

LUIZ HUMBERTO VERARDO

**EDUCAÇÃO POLITICA NO SINDICATO:
Estudo de uma Experiência Recente**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

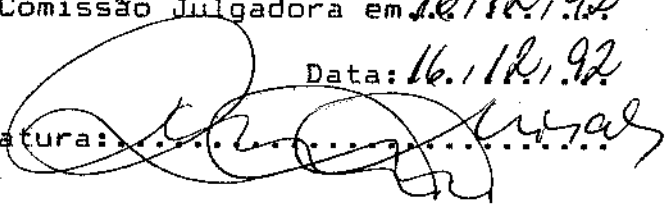
1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

LUIZ HUMBERTO VERARDO

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida
por LUIZ HUMBERTO VERARDO e aprovada
pela Comissão Julgadora em 16/12/92

Data: 16/12/92

Assinatura: 

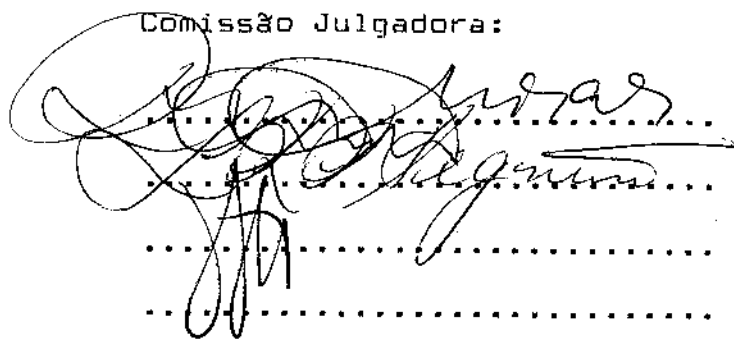
EDUCAÇÃO POLITICA NO SINDICATO:
Estudo de uma Experiência Recente

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, na Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas à Educação, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. m

por, Reginaldo C. (Reginaldo Carmello Corrêa),
1950 -

CM 00011188-9

Comissão Julgadora:



AGRADECIMENTOS

Ao Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, orientador e amigo.

Edmundo Fernandes Dias e Ricardo Antunes pela dedicação e contribuições durante o exame de qualificação.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo.

Fundo de Apoio à Pesquisa-FAP, durante o trabalho de pesquisa da Bibliografia do Movimento Operário e Sindical Brasileiro de 1978 a 1989.

A CAPES, pela Bolsa de Estudos concedida durante os anos de 1988 a 1990.

Ao amor e à amizade de:

Ida
Pedro

Neuza
Lorival
Elza
Elizete

Maria Tereza

Patrizia

RESUMO

A presente dissertação estuda experiências educativas desenvolvidas no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo durante o período de 1982 a 1990.

Tais experiências, além dos eventos explicitamente caracterizados como de formação política em sentido estrito, envolvem atividades de imprensa e de instrução rumo a formas organizacionais e ações reivindicativas.

Para melhor compreender o conjunto das atividades que integram direta e indiretamente esse processo educativo, foram estabelecidas referências à fase cronologicamente anterior. Não apenas para comparar, mas, principalmente, para se entender a herança histórica da estrutura corporativa que se faz tão presente nas relações trabalhistas de hoje.

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	1
PRIMEIRO CAPITULO - <i>CORPORATIVISMO, EDUCAÇÃO E ADESTRAMENTO OPERARIO: Notas Sobre Um Processo.....</i>	5
- QUANDO AS TORRES SÃO CHAMINES.....	14
- UMA LEITURA DO CORPORATIVISMO.....	20
- PELO ALICERÇAMENTO, A PERMANENCIA DA ESTRUTURA...	28
- PRIMEIRO A BORRACHA, DEPOIS A ESCRITA.....	31
- CORPORATIVISMO COM A CRUZ E A ESPADA.....	44
- QUANDO O PERSONAGEM PRINCIPAL ENTRA EM CENA.....	49
- UMA EDUCAÇÃO PARA A FABRICA E PARA A SOCIEDADE...	57
SEGUNDO CAPITULO - <i>O SINDILUTA E A EDUCAÇÃO SINDICAL: Uma Experiência Com Mais Classe e Menos Categoria</i>	62
Primeira Parte - ANTECEDENTES	62
Segunda Parte - O NOVO PROJETO SINDICAL E O SEMINARIO DA IMPRENSA	67
A - Desigualdades Regionais	74
B - Imprensa Unitária para toda a Categoria	76
Terceira Parte - IMPLANTAÇÃO E TRAJETORIA DA IMPRENSA	81
Quarta Parte - PRODUÇÃO PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO	89
Quinta Parte - A POLÍTICA DOS CRITERIOS	94

Sexta Parte - QUALIDADE E NUMERO	103
Sétima Parte - INDICADORES PARA AVALIAÇÃO	109
TERCEIRO CAPITULO - <i>SABER E PODER: Uma Trajetória em Três Tempos</i>	120
Primeira Parte - CONSCIENTIZAÇÃO E CONHECIMENTO ..	120
Segunda Parte - CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHOS ESPECÍFICOS	130
1 - Atividades Espec. com as Operárias..	131
2 - Cursos de Saúde no Trabalho e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes-CIPAs.	133
3 - Encontros Relacionados às Atividades Assistenciais	140
Terceira Parte - NÍVEIS DIFERENCIADOS E PROGRESSIVOS	149
Quarta Parte - INDICADORES AVALIATIVOS DO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS PARTICIPATIVAS	158
QUARTO CAPÍTULO - <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	175
ANEXO 1 - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL BRASILEIRO DE 1978 A 1989	185
ANEXO 2 - FAC-SÍMILES DE EXEMPLARES DO SINDILUTA .	236
BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA	245

INTRODUÇÃO

O estudo das experiências educativas realizadas no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo visava inicialmente o período de 1982 até o começo de 1987. Entretanto, as questões surgidas durante a execução do trabalho passaram a requerer um tratamento mais amplo do que se pressupunha. Com isso, fez-se necessário redimensionar o critério cronológico e a forma de tratamento do material informativo.

Tanto a entidade - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo (STIQFSP) - quanto o período em estudo possuem uma trajetória significativa em termos de transformação da política sindical. Momentos de profunda mudança na conjuntura política nacional - influenciando direta ou indiretamente a vida sindical e experiências transformadoras da política trabalhista num dos mais importantes setores operários da Capital - configuram uma situação em que, de certa forma, o particular e o geral interligam-se e mutuamente se iluminam.

Muitas das iniciativas desse período foram na verdade tentativas e improvisações, outras tiveram algum plano de realização e, conseqüentemente, oportunidade de se desenvolver. Observando mais atentamente as atividades portadoras

de, no mínimo, alguns traços de continuidade é possível caracterizar o trabalho e reconhecer alguns de seus frutos.

Além dos eventos explicitamente definidos na esfera da "formação", como os cursos, palestras e encontros, o trabalho de educação sindical envolve outras atividades, menos escolares mas não menos educativas. Não se trata, apenas, de uma generalização conceitual. Trata-se da necessidade de compreender elementos que, de alguma forma, integram o processo de educação política. Assim, são relacionadas, entre outras, atividades de comunicação sindical, seminários, assembléias, campanhas, movimentos reivindicatórios e orientações de caráter organizativo.

Com isso, pretende-se analisar um processo educativo muito especial que envolve teorias e práticas relacionando a questão do saber com a do poder, vivenciados pelos próprios participantes no conjunto das atividades sindicais.

Analisar experiências educativas acumuladas, durante o maior período em que o órgão trabalhista conseguiu se livrar das persistentes e diretas intervenções governamentais, propicia condições de se avaliar o realizado e subsidiar posteriores desdobramentos do trabalhos de educação política.

A institucionalização dos organismos trabalhistas conforme os ditames legais da estrutura corporativa não apenas

soube subjugar ao nível da representação como também ministrou a mais duradoura disciplina na "escola" de domesticação da consciência. Com isso, tanto para entender o passado, quanto para educar no presente, é necessário começar por "distiguir para melhor compreender" a realidade sindical.

E em decorrência disso que se faz a diferenciação conceitual do termo "sindicato" desdobrando-o enquanto instituição e enquanto "movimento" - demarcando desta forma, a noção de "sindicato estrutura" (entendida como entidade incorporada pela legislação trabalhista à estrutura corporativa global), da noção de "sindicato movimento" (incluindo as iniciativas mais autônomas e as atividades de base não compreendidas na conceituação anterior).

O capítulo referente à educação promovida pela imprensa concentra-se sobretudo no Sindiluta (principal boletim da Secretaria de Comunicação) utilizando sua trajetória (1983-1990) como "leitmotiv" no tratamento das demais atividades de orientação política.

Decorrente da distinção acima relacionada, fez-se caracterização do papel da imprensa enquanto instrumento de comunicação da entidade e de um ponto de vista mais abrangente enquanto imprensa operária.

Nas atividades de formação sindical foram separadas as experiências iniciais, inspiradas na metodologia de Educação Popular, mais genéricas, das atividades educativas estritamente promovidas e executadas no Sindicato. Estas últimas, por sua vez, foram desdobradas entre o papel de formação em geral e o da conscientização dedicada essencialmente à atividade organizativa.

Por fim, no relato de determinadas experiências e com o intuito de caracterizá-las em suas particularidades, algumas passagens da presente dissertação ficaram indiscretamente descritivas. Além disso, a linguagem, enfoque e certos juízos de valor, frequentemente emitidos, mais do que o habitual numa dissertação acadêmica, devem ser creditados à dificuldade de separar o reporter, analista e historiador frente à atitude participante do assessor e militante sindical.

PRIMEIRO CAPITULO

CORPORATIVISMO, EDUCAÇÃO E ADESTRAMENTO OPERARIO - Notas Sobre Um Processo

A formação do núcleo oposicionista na categoria dos trabalhadores químicos e farmacêuticos de São Paulo fazia parte do quadro de ascenso dos movimentos sindicais e operários do final dos anos setenta.

Mais do que rejeição política às atitudes dos diretores tradicionais, os "pelegos", que vinham se perpetuando no Sindicato desde o Golpe Militar de 1964, o grupo de oposição buscava, antes de tudo, uma nova relação política com a entidade de classe.¹ As reivindicações e expectativas que emergiam do processo de mobilização sindical questionavam o papel social da própria instituição.

¹ - Não se tratava da simples troca do "Vanderlício Mascarenha", do "Janjão" ou de outros personagens pertencentes ao livro *Para Além da Greve*, do jornalista Felix NUNES. Nesta obra, as "semelhanças (por ex: as iniciais dos nomes e as histórias narradas) não são meras coincidências". O personagem principal representa o próprio Valdomiro Macedo, ex-presidente do *Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo*, assim como "Janjão" refere-se a Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinão".

Quando se lê o Programa da Chapa de Oposição dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo nota-se a presença de formulações bastante avançadas, combinando-as com propostas concretas e imediatas de transformação da política sindical.²

Isso, longe de representar uma exclusividade, era fruto da efervescência social que marcava a conjuntura política. Uma das características essenciais do "novo sindicalismo" é seu posicionamento crítico à estrutura corporativa e a defesa da organização autônoma dos trabalhadores.

Aliás, nas reivindicações democráticas que se opunham ao Regime Militar, não eram utilizados apenas os espaços institucionais. Boa parte do movimento parece ter sido constituída com razoável autonomia das entidades legalmente reconhecidas. Além dos canais regulares de participação e de

² - Dentre outros pontos do Programa de Luta, lemos o seguinte:

- *"Lutaremos pelo desatrelamento do Ministério do Trabalho, contra o Estatuto Padrão e pelo fim progressivo do Imposto Sindical;*

- *lutaremos junto com as demais categorias de trabalhadores no sentido de conquistar a Liberdade e Autonomia Sindical. Pela total independência do Sindicato frente ao Estado, aos patrões e aos partidos políticos;*

- *vamos lutar pela liberdade de organização nos locais de trabalho. Para que as comissões sejam organizadas, democraticamente, pelos trabalhadores. Pela estabilidade de todos os seus membros. Pela representação sindical dentro das empresas: Delegado Sindical;*

- *Lutar pela criação de Intersindical. Pela unificação das Datas-Bases de todas as categorias. Pela criação de uma central única dos trabalhadores a partir dos organismos de base. Pela elaboração de um código de trabalho produzidos pelos trabalhadores para que sirva como instrumento eficaz na defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora."*

representatividade permitida (como o parlamento, os sindicatos, a Igreja...), ampla parcela da denominada "oposição", constituía-se "debaixo para cima" das instituições oficialmente reconhecidas. A prescrição legal era restritiva demais para as manifestações oposicionistas de alguns segmentos sociais como estudantes, intelectuais, artistas e diversas organizações de bairro, associações de trabalhadores, fundos de solidariedade e oposições sindicais.

Em determinados setores trabalhistas as questões relativas à participação dos organismos da base (comissão de empresas, fundos de greve e associações de trabalhadores) representavam alternativas concretas de ação oposicionista frente ao atrelamento institucional das entidades de classe.

Autonomia e independência de classe eram temas que marcavam a contraposição ao corporativismo dos órgãos sindicais. Constituíam pontos centrais de reflexão sobre as experiências e propostas dos movimentos de oposição.²

² - Dentre as experiências anteriores que serviam de referência ao posicionamento do "novo sindicalismo" destacam-se a avaliação da curta trajetória da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de Osasco (Município da Grande São Paulo), entre 1967-68, e a autocrítica das práticas sindicais dos anos que precederam à intervenção militar. Conforme Vito GIANNOTTI e Sebastião NETO, "Uma das lições fundamentais é o papel do 'sindicalismo oficial' imposto por Getúlio ao movimento sindical. Outra é o papel do Partido Comunista na permanência deste Sindicalismo de Estado." (...) "O sindicalismo que o CGT tinha herdado de Getúlio, com seus vícios congênitos (falta de enraizamento na base, falta de representatividade, atrelamento à estrutura oficial e dependência ideológica da burguesia) precisa ser revisto totalmente." GIANNOTTI V. e NETO, S. - CUT Ontem e Hoje; Vozes, São Paulo, 1991, pp. 12-13.

A reflexão sobre os tristes resultados ⁴ de uma prática sindical marcada pela falta de participação mais autônoma dos trabalhadores e muito adaptada à estrutura oficial apontava a necessidade de se construir agora um "novo sindicalismo". Construir o "novo" com postura crítica às práticas anteriores - populista e de relacionamento conciliador com os representantes da classe dominante. O sindicalismo haveria de enraizar-se no trabalho de base - na própria organização dos trabalhadores.

Assim, seguindo o princípio geral de que "a organização dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores", mais de cinco mil congressistas, presentes à fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, estatuíram-na nos termos da "autonomia e independência de classe".

Não era para menos. Pouco antes, os encontros nacionais - que objetivando estabelecer vínculos da política oposicio-

⁴ - A ilusão de que "com um simples estalar de dedos o CGT faria parar o País" e as frustradas reações ao Golpe Militar apontaram a fragilidade daquela forma de fazer sindicalismo. Mostraram o "pê-de-barro" daquele "dispositivo sindical".

O nível de frustração parece não ter sido menor entre os trabalhadores da maior indústria química do País. Apesar dos trabalhos que vinham sendo realizados desde o final da década de quarenta, pelo Partido Comunista e, pelo fato de a metade da diretoria executiva do Sindicato representar aquela unidade fabril nada aconteceu. Aliás, do que se pode saber, alguns operários tentaram espontaneamente formar "rodinhas", no fim do expediente, para comentar as notícias. Tentaram apenas. Rapidamente, a chefia encarregou-se de ameaçá-los dizendo que, doravante, a coisa iria ser bem diferente.

nista entre os sindicalistas, apontavam a necessidade de criação de uma central - faziam críticas das experiências passadas, discutiam os limites impostos pelo controle institucional e estabeleciam que a partir do trabalho de base se consolidariam os pilares de sustentação do "novo sindicalismo".⁵

Além dessas articulações nacionais, devem ser lembrados, ainda em 1979, do I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e da constituição do Fundo de Greve durante a mobilização operária na região do ABC paulista.

No primeiro, além dos debates sobre as formas de atuação no interior do Sindicato e da condução política oposicionista voltada para o conjunto da classe, destacam-se o posicionamento pela abolição do Imposto Sindical e o repúdio ao Estatuto Padrão. Contudo, o ponto mais caro do Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo era reservado ao papel político das comissões de fábrica.

⁵ - No final da década de setenta e início da seguinte houve o Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS), Encontro Nacional de trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (ANAMPOS). Além desses, houve ainda outros como: O Encontro de João de Monlevade (MG), Encontro de Taboão da Serra (SP) e Encontro de Vitória (ES).

Era a partir dessa instância organizativa, "concebida"⁶ também como núcleo escolar da democracia operária, que muitos dos congressistas propunham construir o poder dos trabalhadores. Não apenas propunham. O funcionamento de diversas comissões e dos grupos de trabalhadores em importantes fábricas da Capital ofereciam, de fato, perspectivas concretas de se consolidar nova forma de se fazer sindicalismo.⁷

O segundo, o Fundo de Greve, que havia sido proposto durante o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, constituiu-se, de fato, com um autêntico sindicato durante a intervenção decretada pelo Ministro do Trabalho,

⁶ - Caberia aqui a expressão "discurso da ação", usada por Amnérís MARONI, por se referir às propostas, estratégias políticas que, embora não fossem escritas e verbalizadas estavam presentes a todo o momento.

"Em outras palavras, o discurso da ação não oferece visibilidade enquanto tal. Ou seja, é preciso 'querer ver' o discurso da ação; caso contrário, ele não se mostra. É preciso buscá-lo lá onde se esconde: um pouco além do social visto de forma institucionalizada; para além dos esquemas teóricos que estabelecem 'verdades' prontas e acabadas; para além dos dogmas políticos que estabelecem trajetórias seguras para a transformação social etc."

Pela leitura do "discurso da ação", a autora pôde observar que o movimento grevista, de 1978 e a organização de base dos metalúrgicos da Capital paulista apontavam "um outro campo de lutas - e um outro projeto que não o contratual - até então oculto e não nomeado porque mantido a uma 'distância cuidadosa' pelo discurso explícito, seja dos militantes sindicais, seja dos próprios grevistas: a fábrica."

Na fábrica delineava-se, ainda que de forma embrionária, a questão da democracia a partir da produção, a democracia organizativa (comissão de fábrica) e a autonomia a partir da decisão (assembleia de fábrica). (MARONI A. - A Estratégia da Recusa (análise das greves de maio/78); Brasiliense, São Paulo, 1982, pp. 18-19).

⁷ - Ver SADER, Eder - Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80); Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988 pp. 258-261.

Murillo Macedo, em 22 de março de 1979. Com isso, enquanto a diretoria (leia-se interventores) ocupava legalmente um prédio praticamente vazio, a condução efetiva das lutas e a organização da categoria competia ao Fundo de Greve.⁹

Por fim, caracterizado pelas extraordinárias experiências do movimento trabalhista, o período histórico mais recente também viu nascer uma expressiva produção teórica sobre o assunto. Mais de 500 obras dedicadas à questão sindical e operária foram publicadas nos anos de 1978 a 1989.⁷

Contribuíram para o crescimento bibliográfico tanto a produção oriunda dos estudos universitários, acadêmicos quanto dos que estão, por assim dizer, "dentro dos movimentos" e geralmente "fora da universidade".¹⁰

⁹ - A solidariedade material e política advinda de outras categorias, de diversos segmentos sociais somada à participação efetiva da categoria criaram condições para que o Fundo de Greve atuasse como "um Sindicato livre e autônomo, sem assistencialismo, garantindo a organização e o encaminhamento das lutas da categoria". (ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE E CULTURAL DOS METALURGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA - Fundo de Greve: da resistência à autonomia sindical; São Bernardo do Campo (SP), 1978, p. 11).

Ver também ANTUNES, Ricardo - *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80)*; Ed. da UNICAMP/ed. Ensaio, Campinas/São Paulo, 1988, pp. 44-62.

⁷ - VERARDO, L. - *Levantamento Bibliográfico Sobre o Movimento Operário Sindical Brasileiro de 1978 a 1989*; Campinas (SP), 1990, mimeo, pesquisa financiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP - UNICAMP). Em anexo.

¹⁰ - Embora a produção dos documentos fossem sobre o mesmo objeto, a origem não. Uma é a universitária, acadêmica e a outra, a dos que estão "dentro do movimento" e, geralmente, fora da universidade.

Os estudos feitos pelos que se relacionam diretamente com o movimento sindical (sindicatos, centrais sindicais, associações, centros de orientação e assessoria) apresentam,

Em consideração aos temas e objetos estudados tanto pelos chamados "teóricos" quanto pelos envolvidos mais diretamente na prática de atuação política, talvez se pudesse falar de uma forma de reeducação social - processo de aproximação político-ideológica do trabalho teórico com o prático e vice-versa. Um dos elementos promotores desse processo estaria no fato de que determinados segmentos da sociedade civil, a partir de 1964, constituíssem os setores sociais que se encontravam no mesmo campo dos que faziam, de alguma forma, oposição à Ditadura Militar.¹¹

Assim, pode-se empregar o termo "novo" referindo-se às análises que têm como temas os fenômenos sociais mais recentes. Pode-se falar também do trabalho que com "nova ótica"

com muita frequência limitações provenientes de seu propósito, de sua intencionalidade política e muito dedicada em responder às necessidades mais imediatas. Muitas vezes, as particularidades acabam por ofuscar o discernimento do que é corriqueiro, imediato e local do relevante ao nível mais geral e histórico. Contudo, estes trabalhos têm a especial capacidade de poder apresentar elementos vivos, concretos de uma realidade social e histórica.

Ver Eric HOBBSBAWM - **Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 17-32).

¹¹ - José Albertino RODRIGUES observa que "grande parte dos movimentos políticos que atraíam os intelectuais e acadêmicos desenvolveram uma expectativa de que o sindicato seria um foco de resistência decisivo para se contapor à reação desencadeada pelo golpe. Refletindo esses fatores, as Ciências Sociais no Brasil passaram a privilegiar os temas relacionados com o trabalhador e o sindicato durante os últimos anos". RODRIGUES, J. Albertino - **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**; São Paulo, Símbolo, 1979, p. 191.

volta-se ao passado com objetivo de reconstituir períodos anteriores e reinterpretar a história sindical e operária.¹²

É, no mínimo interessante (para não dizer sintomático) que, em 1978, dentre os poucos estudos existentes sobre categorias específicas, aparecessem os livros: *O Sindicalismo Bancário em São Paulo e Estado e Sindicato*.¹³

As publicações dos estudos da história do movimento trabalhista dos bancários e dos trabalhadores nas indústrias químicas da Capital surgem em sincronia com o nascimento da organização oposicionista naquelas duas categorias. Ambos analisam o processo de inibição e desmantelamento promovido pela investidura corporativista sobre as atividades sindicais mais autônomas. Logo depois, os dois grandes sindicatos,¹⁴ sediados na Capital paulistas (Sind. dos empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Sind. dos Tra-

¹² - Dentre as diversas obras que perfazem a história reinterpretando-a, algumas exibem títulos sugestivos como: "Os Excluídos da História" e "O Silêncio dos Vencidos". A primeira faz uma leitura foucaultiana do advento da mecanização na França e, quanto à segunda, teremos oportunidade de comentar, mais adiante. (PERROT, Michelle - *Os Excluídos da História (Operários, mulheres e Prisioneiros)*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. DE DECCA, Edgar - *O Silêncio dos Vencidos*; São Paulo, Brasiliense, 1981).

¹³ - BICALHO, Leticia C. - *O Sindicalismo Bancário em São Paulo - No Período de 1923-1944: seu Significado Político*; São Paulo, Símbolo, 1978.

TROYANO, Annez Andraus - *Estado e Sindicalismo*; São Paulo, Símbolo, 1978. Mais adiante, teremos oportunidade de utilizar deste livro como referência histórica, principalmente no tocante às informações do período mais antigo, do Sind. dos Trabs. Inds. Quím. e Farm. de São Paulo.

¹⁴ - Consideram-se "grandes" as entidades que representam categorias com mais de 50 000 trabalhadores. Conforme dados obtidos das Secretarias de Sindicalização e Contribuição Sindical, ambas pertencem a essa classificação.

balhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo), vão assistir a vitória e a posse das diretorias oposicionistas.

QUANDO AS TORRES SÃO CHAMINES

O STIGFSP foi fundado em 1941 conforme os ditames legais da investidura do regime corporativo e na esteira da política do Estado Novo. Antes, durante os anos de 1933 a 1935, havia o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Gás.^{1º} Depois, durante o período compreendido entre a falência daquele e a fundação do atual, foi criado o Sindicato dos Operários e Empregados na Fabricação de Produtos Químicos e Industriais.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Gás representava apenas os trabalhadores de uma única empresa: a The San Paulo Gaz Company, consórcio inglês que monopoliza a produção de gás desde 1872.

A efêmera trajetória deste órgão trabalhista era demarcada por conflitos e muita fragilidade perante a agressividade política da empresa, que não reconhecia a representação do Sindicato e o direito associativo de seus trabalhadores. Apesar de contar com o respaldo legal, a primeira diretoria

^{1º} - Conforme o Decreto-lei 19 770 de 1931.

teve que fechar as portas da instituição. Afinal, para subsistir, o sindicalismo amarelo - esta era a corrente dominante entre os primeiros primeiros diretores - precisaria contar ainda com aquiescência das empresas e, principalmente, com a criação do Imposto Sindical.¹⁶

E a partir da década de 40 que o órgão trabalhista adquire, de forma mais plena, a dimensão da estrutura corporativa.¹⁷ Antes a localização da Sede da entidade sofria de constante mudança de endereço e quase inexistiam funcionários e recursos para o atendimento dos serviços assistenciais.¹⁸ Agora, com o advento da contribuição compulsória pode crescer o assistencialismo e diminuir o número de seus

¹⁶ - "A organização sindical tentada pelas leis de 1931 e 1934, ainda que colocada sob a tutela governamental, não poderia persistir porque, não dispondo de massa sindicalizada, não podia suportar os encargos puramente sindicais. Mas a organização dada pela lei de 1939, imediatamente complementada pela criação do imposto sindical - Decreto-Lei n.º 2 377 de 8-VII-1940 - conseguiu com isso subsistir até os nossos dias, apesar de seu artificialismo." RODRIGUES, Albertino José, opus cit. p. 120.

¹⁷ - NO período, o STIQFSP constituiu-se monopólio da representação oficial de mais de uma dezena de categorias profissionais. Ao agregar trabalhadores de diversos ramos produtivos, incluía, também, os Trabalhadores em Fábrica de Vela, Oleo, Sabão e Similares. Estes, repudiando as intromissões do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a "lei de sindicalização" e constituindo o Comitê Pró-Férias (conforme a política da Federação Operária de São Paulo-FOSP) haviam constituído, bem antes, seu próprio sindicato. A Plebe, São Paulo, 26 de novembro de 1932, p.3 cit. por BERNARDO, A. C. - Tutela e Autonomia Sindical Brasil, 1930-1945; São Paulo, Quieroz, 1982, p. 101.

¹⁸ - Até 1939 havia apenas um zelador, um cobrador e um técnico de contabilidade. De 1941 a 1943 constituía-se um corpo de funcionários administrativos, contratavam-se serviços assistenciais e compravam-se equipamentos de atendimento médico-odontológico. (Conf. Livro n.º 1 de Atas das Assembleias Gerais, Extraordinárias e Ordinárias).

associados. Não se chegou ao limiar do denominado "sindicato de carimbo". Mas não faltou muito. Em 1941, a receita do STIQFSP teve um crescimento astronômico enquanto que o índice da contribuição dos sócios caía nominalmente. Conforme os números aferidos por Annez Troyano, a arrecadação não compulsória passou a representar apenas apenas 1,2 % do montante da receita da entidade.¹⁹

Vejamos os números:

ANO	FONTE DA RECEITA	VALOR EM Cr\$ ANTIGOS
1936	mensalidade dos associados	1 080,00
1938	mensalidade dos associados	3 825,00
1939	mensalidade dos associados	5 000,00
1941	mensalidade dos associados	1 236,00
1941	imposto sindical	101 828,10

A comparação do total aferido antes e depois da regulamentação da contribuição compulsória mostra a sua relevância enquanto sustentáculo da estrutura sindical.

Graças a isso, a partir de 1942 a Sede da entidade passa a conhecer apenas dois endereços: fixando-se durante 34 anos, na Rua 25 de março, antes de ocupar o prédio atual.

Tomando ainda a estrutura física como referência, deve-se observar que a sub-sede de São Miguel Paulista (Zona Leste da Capital) funcionava, de fato, como uma outra espécie de sede política da entidade. Assim, enquanto estavam sendo fechadas as portas do "sindicato dos empregados da The

¹⁹ - Conf. TROYANO A. A. opus cit. p. 62.

San Paulo Gaz Company Limited", estavam-se abrindo as portas do "sindicato dos trabalhadores da Cia. Nitro Química Brasileira", empresa do grupo Ermirio de Moraes, fundada em 1935, naquela região.

Assim como o crescimento industrial era acompanhado pela concentração urbana, algumas vilas foram montadas às sombras das chaminés de determinadas fábricas. A política de alguns empresários de construir moradias para os operários nas proximidades da empresa determinava formas específicas de relacionamento social na comunidade operária constituindo particularidades no exercício da dominação do capital sobre o trabalho.²⁰ Em algumas dessas comunidades a presença atual de resquícios culturais testemunham a herança deixada por aquela forma de administração personalizada e assistencialista no tratamento do espaço público-privado.

Não pretendemos desenvolver aqui um estudo da forma de dominação patrimonialista do sistema fábrica-vila da Cia. Nitro Química de São Miguel Paulista. Aliás, o estudo desta realidade continua merecendo a dedicação de uma pesquisa específica.²¹

²⁰ - Ao mesmo tempo que estavam equacionando os problemas relativos à fixação, ao controle e à formação da mão-de-obra, diversos empresários obtinham incentivos públicos quando construam as moradias para seus operários. (TEIXEIRA, Palmira Petratti - *A Fábrica do Sonho: A Trajetória do Industrial Jorge Street*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 69-73).

²¹ - O que hoje é apenas uma região, outrora era uma cidade que, por pouco, não se tornou autônoma do Município da Capi-

Contudo, no período de efervescência política do pós-guerra (1945-1947), com o surgimento de instâncias organizatórias com relativa independência das direções sindicais e, em certa medida, opostas ao modelo de representação oficial, formou-se em São Miguel Paulista a maior célula do PCB de São Paulo - mais de mil operários compunham aquele organismo.²²

Graças ao investimento político da época do Movimento Unificador dos Trabalhadores-MUT e do desdobramento social desencadeado na década seguinte, uma chapa de oposição venceu as eleições sindicais em 1956.²³ Com isso, o STIOFSP esteve presente nos eventos políticos do Pacto de Unidade Intersindical-PUI e, mais tarde, em atividades promovidas pelo Comando Geral dos Trabalhadores-CGT.²⁴

tal. A cidade de São Miguel formou-se, então, a partir dos núcleos operários proveniente, em sua maioria, do Nordeste.

A empresa instalou-se nos terrenos à beira de rios e perto da ferrovia. Construiu moradias para os trabalhadores: a Cidade Nitro Operária e a Vila Americana, próxima à Praça Getúlio Vargas Filho. Provía a comunidade com equipamentos e serviços de assistência, abastecimento e segurança além de realizar atividades sócio-recreativas com moradores.

Assim, as antigas contruções (a fábrica, as casas e especialmente, a arquitetura da antiga e da nova sub-sede do sindicato) combinam-se com se o novo fosse mera continuidade temporal daquelas. Combinam como se os nomes das antigas ruas (hoje avenidas) afluíssem naturalmente aos logradouros mais recentes.

²² - AMADO Jorge - *Homens e Coisas do Partido Comunista*, Horizonte, Rio de Janeiro, 1946, p. 43; cit. por MARANHÃO, Ricardo - *Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950)*; São Paulo, Brasiliense, p. 77.

²³ - A chapa progressistas obteve 1 067 votos contra 153 dos ministerialista.

²⁴ - Principalmente em 1962, nas mobilizações conduzidas pelo CGT.

Embora a Aliança Intersindical (formada e dirigida pelo PUI) defendesse, entre outras coisas, o capital nacional, realizava-se, em outubro de 1957, a primeira greve na maior indústria química brasileira.²⁵ Assim, ao mobilizar os 7 000 trabalhadores da Companhia, estava sendo desferido um profundo golpe naquela forma patromonialista de administração empresarial. Com isso, atividades como a cooperativa de abastecimento e a celebração do Primeiro de Maio de São Miguel, deixavam de representar mais um dos gestos pertencentes ao repertório das relações de proteção e lealdade tradicionalmente promovidos pela política do "pai-patrão".²⁶

Emprestando a analogia de Evaristo de Moraes Filho de que "o sindicato está para a profissão como o Estado para a nação", poder-se-ia estendê-la ao relacionamento entre a fábrica e a vila operária.²⁷ O conceito de "corporativismo"

²⁵ - NOTÍCIAS DE HOJE, São Paulo, 25 de out. de 1957 p. 2.

- DIÁRIO DA NOITE, São Paulo, 29 de outubro de 1957 p. 2.

- ÚLTIMA HORA, São Paulo, 30 de outubro, (Primeiro Caderno) p. 5.

Fazer uma avaliação do quadro associativo daqueles períodos nem sempre é tarefa fácil. Todos os Livros de Matrícula de Associados anteriores à 1964 foram levados pela Polícia Federal, durante a Intervenção Sindical daquele ano. Contudo, reordenando as fichas dos associados pode-se observar que no período de 1950 a 1970 a média anual de ingresso era de 94 sócios. Durante aqueles 20 anos, apenas duas vezes houve crescimento expressivo acima daquele patamar: em 1957 (na ordem de 100%) e em 1963 (200%).

²⁶ - A tradicional co-promoção Nitro Química/CESI das "Comemorações ao Dia do Trabalhador", até 1957, e as atividades assistenciais e sócio-desportivas conf: COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA - Nitro Jornal (Distribuição Interna), no. 50, junho de 1957, pp. 8 e 15.

²⁷ - MORAES FILHO, Evaristo - O Problema do Sindicato Único no Brasil; São Paulo, Alfa-Omega, 1952, p. 77.

se prestaria à comparação podendo ser aplicado à fábrica e à categoria, principalmente em se tratando do caso fábrica-vila.

Contudo, compreender as manifestações mais específicas do denominado "corporativismo" requer, antes de tudo, uma abordagem mais ampla desse fenômeno, que tem convivido com a história do sindicalismo brasileiro.

UMA LEITURA DO CORPORATIVISMO

Muito em voga na virada do século, o corporativismo encontrou no Brasil condições muito favoráveis para sua implantação e permanência.

O corporativismo representava um fenômeno internacional, enquanto tentativa de preservar a ordem social e garantir a prosperidade. Assim, ainda que a montagem da estrutura corporativa fosse nacional, sua matriz ideológica escapava a esses limites.

Embora alguns ideólogos corporativistas, ao empunhar a bandeira do nacionalismo, chegassem a afirmar que não

"importariam" leis estrangeiras a realidade mostrou outra coisa. O próprio Lindolfo Collor (do "Ministério da Revolução") afirmava que não seriam copiadas leis estrangeiras "como tanto era hábito na República decaída" ²⁶. Mas, logo depois, a Carta Constitucional continha parágrafos inteiros de pura tradução da Carta del Lavoro, conforme aponta Evaristo de Moraes Filho:

"Não constitui nenhum mistério histórico-formal a fonte inspiradora do título referente à Ordem Econômica da Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937 (...) Foi toda ela baseada na Carta del Lavoro de abril de 1927, documento fundamental do regime fascista de Benito Mussolini. Nem se trata mais de imitação ou de mera inspiração, e sim de contrafação, de tradução fiel do texto italiano." ²⁷

Dentre as diversas matrizes histórico-culturais que constituíam as pré-condições de sua manifestação destacam-se

²⁶ - ARAUJO, Rosa M. Barbosa de; O Batismo do Trabalho - a Experiência de Lindolfo Collor; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, p. 89.

²⁷ - MORAES FILHO, Evaristo de - Direito do Trabalho: Páginas de História e Outros Ensaios; São Paulo; LTr; 1982 p. 201.

Como exemplos dessa similaridade são comparados: o artigo 138 com a cláusula III da Carta italiana e o artigo 140 da Carta brasileira com a cláusula VI.

Em 1940, o professor A. F. CESARINO JUNIOR fez um estudo sobre as duas cartas abordando a questão da igualdade e diferença entre o sistema italiano e o brasileiro. CESARINO JUNIOR. A. F. - Direito Corporativo e direito do Trabalho (Soluções Práticas); São Paulo; Livraria Martins; 1940; pp. 5-18.

aquí, três vertentes: a religiosa, a positivista e a política. Os ideários pregados (num país tradicionalmente católico), especialmente, pelas Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*; a influência da filosofia positivista nos setores pertencentes à elite cultural (especialmente jurídica)³⁰; e o processo social de rearranjo no interior da burguesia e de redimensionamento do poder central; configuraram um quadro propício à adesão do sistema corporativo no nosso meio.

A ordem política parece ter sido a mais determinante nesse processo. Ela constituiu o vertice referencial e pôde catalizar as pré-condições existentes pelo estabelecimento de um sistema de ordem superior: constituindo alternativa política de garantia da ordem pública e de prosperidade para o país.

A religião e o direito cumpriram um papel de veículos históricos dos ideais organo-corporativas dos períodos mais remotos. Com isso, fizeram com que na idéia geral de "corporativismo" subsistissem acepções herdadas da época medieval

³⁰ - Resumidamente, caracteriza-se como vertente positivista a transposição mecânica dos modelos explicativos das ciências naturais para relações sociais: o corpo biológico como expressão mais elevada na escala evolutiva, a devoção pelo mecanicismo onde partes são atomizadas, compartimentadas, estabelecendo relação de funcionalidade do conjunto pelo vértice e a recusa radical da dialética, dos conflitos. Pois, acima dos interesses dos segmentos sociais existe o organismo de unidade nacional a ser garantido pelo Estado.

e até da antiga Roma.³¹ Assim - em diversas considerações a respeito do tema - convive um ideário romântico (nostálgico e utópico) de uma sociedade totalmente harmônica e integrada (funcionando como um grande corpo familiar) sincreticamente incrustado num pensamento anti-socialista e quase sempre infenso ao liberalismo.

É exemplar o comentário de Segadas Viana:

"José Nart Rodas, em bem feito estudo sobre a história do corporativismo, prefere admitir, citando Plutarco, que a organização corporativa melhor delineou-se ao tempo de Numa Pompílio (714-671 A.C): - 'Entre todas as instituições que se devem a Numa a melhor é a distribuição do povo segundo as artes e ofícios, pois a cidade - então o Estado - se dividia em duas facções que não queriam unir-se nem apagar suas diferenças, causa diária de disputas e debates entre elas. Numa pensou, pois, que, similarmente aos corpos sólidos, que não se podem misturar previamente enquanto se conservam inteiros, mas se incorporam com facilidade desde que triturados e reduzidos a pó, era necessário dividir o povo das duas facções em várias par-

³¹ - A utilização da idéia de corpo para designar a união dos fiéis com Deus vem desde os primórdios da Igreja Católica. Por exemplo, Paulo Apóstolo (que tinha uma formação romana e responsável pela constituição jurídica da Igreja) utilizava, sistematicamente, a metáfora do corpo: frisando que a diversidade das partes cumprem papel de colaboração harmoniosa com todo o conjunto: o corpo é a Igreja e a cabeça é Cristo ou seus representantes na terra. Quanto aos demais, cabia o papel, para o qual haviam sido designados - ficando em seu devidos lugares, cumprindo suas vocações.

tes diminutas, levando-o, com isso, para os difusos interesses particulares, que desapareceriam face aos interesses gerais do Estado. Dividindo o povo por ofícios (tais como os músicos, ourives, carpinteiros, tintureiros etc.), colocando os artesãos de cada ofício no mesmo corpo, e assinalando o culto que deviam tributar aos deuses, segundo a dignidade de cada ofício, foi Numa o primeiro que fez desaparecer da cidade aquele espírito que impelia a dizer 'sou sabino' ou 'sou romano', 'sou súdito de Tácito' ou 'sou súdito de Rômulo'.³²

O texto, além de ilustrar muito bem a inspiração passadista - de dois autores do moderno corporativismo brasileiro - fala da necessidade de se "particularizar" os trabalhadores em categorias, como artifício de integração social: particularizar no sentido de fragmentação em categorias e, também no sentido de fazer que eles voltem seus interesses às particularidades, às coisas imediatas.

O corporativismo sobrepe, então, àquela idéia da corporação (originária dos trabalhadores), uma nova corporação, um organismo de ordem superior: a do Estado e em nome da nação e do interesse geral.³³ Depois do declínio da consciên-

³² - VIANA, Segadas sobre o artigo de José Nart RODES, publicado no Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio número 6 in - O Sindicato no Brasil; Rio de Janeiro; José Olímpio 1953; p. 13.

³³ - A palavra "corporativismo" tem designação bastante ampla: podendo referir-se às corporações antigas, medievais e como sinônimo de: associativismo, gremialismo e (ao contrário da definição oficial) até de sindicalismo autônomo, res-

cia corporativa das antigas organizações de trabalhadores e diante do crescimento expressivo da classe operária - com as implicações políticas e sociais que decorrem disso - propunha-se, agora, um novo reordenamento social.

A trajetória da consolidação do projeto social parece, de início, buscar a conciliação dos interesses, em disputa, no interior da camada dominante. Mas a sua essência se manifesta, de maneira mais clara, quando se impõe sobre o reordenamento institucional das relações entre os interesses do capital e a "comunidade de trabalho":

"A ordem começa no interior da comunidade de trabalho. Somente depois disso deve se afirmar a vontade do Estado, pelas suas intervenções, enquanto aparelho do governo da nação submetendo a pluridade dos ofícios à necessidade do consenso nacional. Os dois meios essenciais, quase únicos, da realização dos objetivos do corporativismo em ato, são: a organização do trabalho e o aparelho de Estado." ³⁴

guardando até as individualidades. Como exemplo disso, pode-se ler: "As Federações corporativas com completa autonomia ao indivíduos na própria corporação" in **O Que é Maximismo ou Bolchevismo: Programa Comunista** - NEGRO, H. e LEUENROTH, Edgard; edição clandestina, São Paulo, 1919, p. 78. Durante o processo de investidura do modelo corporativista oficial, a conotação mais originária do termo pertencia ao repertório linguístico da cultura operária, sobre a qual o projeto governamental buscava combinar, ideologicamente, com a nova acepção da palavra.

³⁴ - COTTA, Alain; **Le Corporatisme**; Paris Presse Universitaires de France, 1984, p. 9.

Era preciso que fossem eliminados os focos de conflitos que mais se interpunham ao funcionamento (orgânico e regular)³⁰ da paz e progresso social: a questão relacionada ao universo organizativo dos trabalhadores.

Oliveira Vianna estabelece três princípios que regiam a política do projeto trabalhista:

"O primeiro princípio orientador de nossa política sindical é da deliberada e taxativa dissociação deste binário histórico, característico das organizações sindicais dos velhos povos europeus: - o binário 'sindicalismo-socialismo'".

Depois de se vangloriar do mérito de ter "posto à margem o socialismo" e de fundar a estrutura sindical em base estritamente profissional", o ideólogo e "técnico" do novo

³⁰ - A palavra função: "designa ora um sistema de movimentos vitais, abstração feita de suas consequências, ora a relação de correspondência que existe entre estes movimentos e algumas necessidades do organismo. E assim que se fala da função de digestão, de respiração, etc.; mas diz-se também que a digestão tem por função presidir à incorporação no organismo de substâncias líquidas ou sólidas distintas a reparar suas perdas; que a respiração tem por função introduzir nos tecidos do animal o gás necessário à manutenção da vida, etc. E nesta segunda acepção que entendemos a palavra". Mais adiante lê-se o seguinte: "Todas as funções da sociedade são sociais, como as funções do organismo são orgânicas". (DURKHEIM, Emile - *Da Divisão do Trabalho Social*; São Paulo; Abril S. A. cultural e ind.; pp. 321 e 368.

Ministério do Trabalho, prossegue:

"O segundo princípio orientador de nossa política sindical é da separação rigorosa entre as nossas organizações sindicais e os partidos políticos;"

"O terceiro e último princípio (...) não é tanto uma técnica de organização profissional; mas antes de tudo, uma técnica de organização social do povo."³⁴

Aquela nova ordem devia "começar no interior da comunidade de trabalho" e ao nível da representação de seus interesses: o sindicalismo deveria ser outro. Para isso, era preciso que fossem, então, apagadas as práticas políticas daqueles sindicatos existentes para que cedessem o lugar ao sindicalismo "desejável". Era preciso que se exercesse o domínio também pela política de sobreposição. Política que lembrar, por exemplo, da estratégia dos padres na catequização dos índios mexicanos. Lá, eles implantavam (fazendo perdurar) a "nova ordem" construindo os novos templos encima dos alicerces dos monumentos existentes e indesejáveis, dos aborígenes.

³⁴ - VIANNA, Oliveira - **Direito de Trabalho e a Democracia Social (O Problema da Incorporação do Trabalho no Estado;** Rio de Janeiro; Jose Olímpio, 1951; pp. 79-82.

PELO ALICERÇAMENTO, A PERMANÊNCIA DA ESTRUTURA

Desde sua implantação, na década de trinta ³⁷, a estrutura corporativa tem mostrado uma especial vocação para habitar o meio jurídico ³⁸ e sindical, e de impressionante versatilidade para adaptar-se nos diversos períodos políticos de nossa história.

Longe de representar uma peça envelhecida pelo tempo, ela esteve, ou melhor, está ainda presente como um valioso recurso para o sindicalismo tradicional, para os dirigentes renovados e para qualquer governo com pretensões de estender seu domínio sobre os órgãos representativos dos trabalhadores.

Conforme comenta Paulo Sérgio Pinheiro, ela provou ser de inestimável valia para o regime autoritário instalado com o golpe militar de 1964: não foi necessário ter juristas de

³⁷ - O aparecimento da Legislação do Trabalho, em 1937, e da Consolidação das Leis do Trabalho, seis anos mais tarde, são os marcos históricos da implantação do sistema corporativo no Brasil.

³⁸ - Conforme Max WEBER, ao lado do clero, os juristas, formados nas universidades, serviram no passado ao poder dos príncipes e imperadores. O direito cumpriu um papel impulsionador no funcionamento das coisas públicas, estatais rumo à racionalização: cumprindo uma função necessária à existência do estado moderno. Pela formação profissional especializada o direito passou a contribuir como algo sistemático, científico e adequado à racionalidade legal da sociedade moderna.

plantação, tudo estava previsto em lei. "O poder do Estado já estava dotado de uma parafernália extraordinária para controlar os sindicatos: o enquadramento sindical obrigatório, a contribuição compulsória, o atestado ideológico, o direito de veto das autoridades ministeriais. Não foi preciso reprimir a autonomia pois ela nunca existira".³⁷

Mesmo no período democratizante do pós-guerra, mesmo depois da Constituição de 1946, a estrutura corporativa continuou. Continuou a subordinação do Estado sobre as entidades de classe. "A conjuntura de 1945-1947 foi crucial para a manutenção ou revisão das relações entre sindicato e Estado. A detida análise de WEFFORT sobre o problema mostra como os grupos políticos que vinham do Estado Novo, uma UDN cada vez mais distanciada de seus ideais iniciais de formar-se como um partido liberal de tipo reformista, e o Partido Comunista contribuíram - cada qual à sua maneira e com objetivos específicos - para que o arcabouço herdado do Estado Novo se mantivesse praticamente intacto" ⁴⁰

Na Constituinte de 1988, um setor do movimento sindical liderado pela Central Única dos Trabalhadores-CUT defendia a

³⁷ - Paulo Sergio PINHEIRO no Prefácio da 2a. edição in MORAES FILHO, Evaristo de - *Problema do Sindicato Único no Brasil (Seus Fundamentos Sociológicos)*; São Paulo, Editora Alfa-Omega; 1952, pp. XVIII-XIX.

⁴⁰ - FAUSTO, Boris - *Pequenos Ensaios de História da República: (1889-1945)*, São Paulo; CEBRAP, 1982, Caderno no. 10, p. 102.

democratização e o desatrelamento conforme as insígnias de "liberdade e autonomia sindical".

Mas, não foi suficiente para erradicar a estrutura essencial do corporativismo. Conseguiu-se o desatrelamento do Ministério do Trabalho - autonomia com relação ao executivo - mas não se alcançou autonomia perante os poderes do Estado. Houve alterações parciais, mas a essência do arcabouço jurídico-corporativo permaneceu incólume e, em alguns aspectos, saiu até fortalecido.

Mesmo estando ainda para serem normatizadas suas resoluções, a Constituição eliminou, de fato, a famigerada intervenção direta do Ministério. Reconheceu o direito formal de greve e alterou a forma de arrecadação do imposto sindical. Entretanto, os demais aspectos constitutivos da estrutura corporativista permaneceram: a questão do monopólio da representação, sua institucionalidade (carta de reconhecimento e unicidade) e as prerrogativas da estrutura sindical sobre todos os acordos coletivos. O FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, deixou de ser opção para se tornar compulsório. A contribuição financeira saiu mais legitimada e, ao mesmo tempo, mais azeitada à sustentação da pirâmide estrutural do sistema corporativo.⁴¹

⁴¹ - Diversos sindicatos "cutistas" (dentre eles o STIOFSP) devolviam o Imposto Sindical - numa perspectiva prática de maior independência e de autonomia progressiva. Para a manutenção da entidade, cobravam as contribuições definidas em assembleias gerais. No entanto, na Comissão de Redação Final da Constituinte foi enxertado o termo "sistema confedera-

Dentre os diversos fatores que propiciaram a longevidade do corporativismo sindical brasileiro - tornando-o epifenômeno: tanto em comparação com países europeus (que serviram de inspiração ideológica), quanto em comparação com os demais países do nosso continente - destacam-se aqui a questão da violência (aberta e velada) e elementos de ordem ideológica do processo de dominação política.

PRIMEIRO A BORRACHA, DEPOIS A ESCRITA

A propalada "legislação mais adiantada do mundo" haveria de ser inscrita como uma dádiva e sobre papel em branco. Em sua deferência, dizia-se que ela era fruto de "outorga generosa dos dirigentes políticos e não de uma conquista

tivo": resgatando assim, o papel do Imposto Sindical para o custeio do estrutura piramidal. Consequentemente, lê-se no artigo 8a. inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil - 1988 o seguinte: " a assembleia geral fixará a contribuição da categoria que, em se tratando de categoria profissional, sera descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei".

realizada pelos nossas massas trabalhadoras".⁴² J. de Segadas, afirma de forma peremptória que:

"Em nosso país pode ser afirmado, sem o menor receio de contestação, que a legislação sindical antecedeu o desenvolvimento do espírito associativo. Não se verificara, no Brasil, o fenômeno tão comum em outros países, de ter o trabalhador de se reunir a mais companheiros para impor direitos, reivindicações.

Para desenvolver o espírito associativo criou o Governo, em 1934, a Comissão Técnica de Orientação Sindical."

Mais adiante, transcrevendo o discurso proferido na Hora do Brasil, pelo Ministro Marcondes Filho, o autor continua:

"a Comissão Técnica vai buscar o indivíduo não sindicalizado, educa-o, mostra-lhe a orientação do Governo quanto à vida sindical, desperta o seu espírito agremiativo, convence-o de que deve inscrever-se no sin-

⁴² - Essa afirmação proferida por Oliveira VIANNA no livro: **Direito de Trabalho e a Democracia Social (O Problema da Incorporação do Trabalho no Estado)**; contrapõe-se com o comentário, que o mesmo autor faz, quando está se referindo ao mérito dos técnicos do Ministério (que presidiam as comissões elaboradoras dos ante-projetos): "foi, antes de tudo, a sistematização de um direito já existente do que a criação de um novo direito". VIANNA O. - **Instituições Políticas Brasileiras**, citado por VIANNA L. W. - **Sistema Liberal e Direito do Trabalho**; Estudos Cebrap n.º 7, Ed. Brasileira de Ciência, São Paulo, 1974, p. 139.

dicato ou convence grupos de indivíduos não sindicalizados a se reunirem em associação. É uma função missionária, pedagógica, educativa, trabalhando convicções de indivíduos ausentes da vida sindical"⁴³

A política de passar a borracha no indesejável tem função bivalente: de um lado, servir de "borracha" do cas-setete; do outro, a "borracha" na memória (na história das realizações sociais). Desta forma, ela se implantou, combinando os dois gumes: ora cortando mais pela violência da política, ora cortando mais pela política da violência.

Na história mundial de repressão ao movimento operário o Estado brasileiro ocupa um lugar de muito destaque. Mesmo durante os anos em que se começou a discutir publicamente a "questão social" - em que se legislava sobre os conflitos trabalhistas e se constituía o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - a violência parece não ter sido, significativamente, menor que a dos anos anteriores. "Certamente, o nível de repressão continuou a atrair a atenção de observadores estrangeiros raramente suspeitos de grandes simpatias em relação ao movimento operário. O cônsul de Mussolini em São Paulo escreveu em 1927 sobre a repressão absoluta por

⁴³ - VIANA, J. de Segadas - **Brasil Trabalhista**; Rio de Janeiro; Ed.do DIP-Departamento de Imprensa e Propaganda; 1944; p.87. Texto contendo afirmação semelhante pode ser lido em VARGAS, Getúlio - **A Nova República do Brasil**, Rio de Janeiro; José Olímpio, 1938, Vol III, p. 144.

parte das autoridades brasileiras a qualquer tentativa de organização sindical mesmo a mais pacífica."⁴⁴

Se houve períodos de maior violência declarada à "classe perigosa" e às suas manifestações sociais, ela não deixou de persistir nos anos subsequentes - durante a consolidação do novo ordenamento institucional. De fato, os mecanismos de controle e de repressão social, por parte das autoridades governamentais e empresariais foram aprimorados - combinando a "violência aberta" com a "violência velada" e mais sofisticada.⁴⁵

Antes da década de 30 (retrocedendo ao limiar do período escravagista), a "questão social" não pertencia ao re-

⁴⁴ - HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo S. - *Alargando a História Operária: Organização, Lutas e Controle*; Ramete de Males, no. 5, 1985, p. 107.

⁴⁵ - Um exemplo de sofisticação e aprimoramento foi a prática do Centro das Indústrias da Fiação e Tecelagem diante da organização operária. Aquela associação da classe patronal do setor têxtil da Capital (almejando coordenar as atitudes dos empresários) utilizava de boletim de circulação interna. "Nas circulares do CIFTA, a maior preocupação era o desenvolvimento de instrumentos eficientes de repressão. As circulares estão cheias de detalhes a respeito da manutenção de uma lista negra efetiva, instruções sobre cooperação mais eficiente com a polícia na prisão de agitadores suspeitos, planos para ação comum no caso de greves, e muito mais." Idem et ibidem p. 107.

Práticas semelhantes foram utilizadas no Rio de Janeiro e no Interior, em Sorocaba. Ver HARDMAN, F. Foot e LEONARDI, V. - *A Burguesia Industrial na Luta de Classes in Era de Vargas*, Brasiliense, São Paulo, 1981, pp. 65-68.

No processo de translação da "violência declarada" para a "violência velada" é ilustrativo observar que diversos nomes que passaram a ocupar o escalão governamental eram iniciados no "batismo de sangue" da repressão policial. Dentre as figuras mais notórias destacam-se o ministro do trabalho, Salgado Filho e o "pai da previdência social", Eloy Chaves.

pertório linguístico da classe dominante mas à categoria da marginalidade: era ilegal, ilegítima e subversiva; e como tal, assunto devotado ao rigor do tratamento dos aparelhos repressivos do Estado.⁴⁴ Contudo, depois, a "questão social" só se torna susceptível de ser incorporada à fala oficial (e contemplada em lei) quando possuía a potencialidade conotativa de "integração social" ⁴⁵

Similar mutação conceitual atinge palavras como "sindicato" e "associação": ou eles pertencem ao corpo "saudável" da integração institucional ou devem ser "apagados".⁴⁶ É também, nesse sentido, que se compreende a afirmação de que: "E tempo de substituírmos o velho e negativo conceito de *luta de classes* pelo conceito novo, construtor e orgânico, de colaboração de classes ... o capital como o trabalho merecem e terão o amparo e proteção do Governo. As forças reacionárias do capital e as tendências subversivas do operariado são igualmente nocivas à Pátria..."⁴⁷

⁴⁴ - Ou ainda, a questão social e as greves não passavam de "invenção de anarquistas estrangeiros" (NEGRO, H. e LEUENROTH, Edgard. Opus cit., p. 23).

⁴⁵ - GISALIO, Cerqueira Filho - A "Questão Social" no Brasil: Crítica do Discurso Político; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

⁴⁶ - Os decretos-leis: 19 770 de 1931, 24 694 de 1934 e 1939 tinham como um de seus objetivos descarnar as entidades de classe de toda sua autenticidade e autonomia para transformar em órgão de colaboração, para-estatal. Devia-se substituir os termos como: "operário" por "empregado" e "patrão" por "empregador".

⁴⁷ - Discurso de Lindolfo COLLOR no Rotary Clube citado por ARAUJO, Rosa m. B. - O Batismo do Trabalho: a Experiência de Lindolfo Collor; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 1981, p. 89.

Negar é uma forma de reconhecer existência do que se está negando. A recusa insistente do indesejável tem o mérito de reconhecê-lo - ainda que no nível simbólico e abstrato. Entretanto, o desconhecimento da existência da realidade requer uma análise do ponto de vista ideológico de quem comenta as questões sociais e históricas. O desconhecimento da realidade histórica do movimento sindical, de sua expressão social do período, não é, necessariamente, uma artimanha diabólica (arquitetada intencionalmente): não se trata de uma simples "má fé" histórica dos "intelectuais orgânicos" do período. Aliás, é nesse contexto que pode ser entendida a reclamação de Evaristo de Moraes Filho sobre os discursos oficiais do Estado Novo - pelo fato de não mais contemplarem as nuances do projeto corporativista anterior - falando do corporativismo como se ele tivesse originado apenas no período pós-37. ⁸⁰

O mecanismo de apagamento - de tudo que não era institucional e reconhecível pela concepção hegemônica - deixou profundas raízes na nossa história. Fez escola no discurso acadêmico, nos trabalhos intelectuais e na fala das lideranças políticas do movimento sindical e partidário.

Buscando alargar as perspectivas de abordagem da historiografia sobre o século XX a partir da releitura da "revolução de 30" e, apontando a necessidade de desencovar reali-

⁸⁰ - Por conta disso, também foi promovida a associação conceitual "corporativismo-fascismo".

dades soterradas - como a da classe operária brasileira, Paulo Sergio Pinheiro diz:

"Ainda que ela fosse reduzida, desorganizada, reprimida, o Estado e as classes dominantes passam a orientar sua política levando-a em conta. Em outros termos, a classe operária industrial é que condiciona os limites das opções políticas e econômicas das classes dominantes a partir de 1930. A historiografia não foi capaz de perceber esse dado por causa de dois vieses: ou porque negava a existência social da classe operária industrial nascente ou porque tentou estudar isoladamente a classe operária como se tratasse de uma excrecência curiosa. A historiografia e a ciência brasileira sempre privilegiaram as classes dominantes em detrimento das articulações globais que marcam o processo histórico. O fundamento desse procedimento era a aparente falta de 'participação' da classe operária ao nível político. Para tanto se preferia desfiar uma história de heróis através de uma visão personalista e factual da história, onde o que contava eram os atributos individuais das lideranças do *establishment*.

Assim, na insistência quanto a presença operária na sociedade está contida a crítica a uma postura preconceituosa que produziu (e continua produzindo) uma história elitista.(...) Todo o período republicano anterior a 1930

passou a ser considerado sob o domínio das trevas, como se a partir daquela data estivesse magicamente liquidado o padrão autoritário e excludente que sempre caracterizou a política brasileira" ⁸¹

O que não pôde ser incorporado pela institucionalização oficial não permaneceu apenas na penumbra da marginalidade: foi reduzido a um não ser enquanto classe, enquanto movimento sindical.

Diante da outorga da legislação trabalhista (promovida pelo modelo corporativista e pelo processo de industrialização) a classe operária e o movimento sindical mais autêntico é suprimido. E suprimido não só para que ele pudesse adquirir estatuto de realidade a partir de Getúlio, mas para que sequer pudesse subsistir na qualidade de vencidos ou mesmo de dominados.⁸²

De modo mais sistemático, é somente depois da década de sessenta que começou a existir uma postura teórica mais crítica e de desmonte dos discursos que ("naturalmente") se baseavam na memória dos dominantes. Questiona-se a

⁸¹ - PINHEIRO, Paulo S. - Política e Trabalho no Brasil; Paz e Terra; Rio de Janeiro; 1975, p. 10.

Sobre a identificação da classe com sua representação (organizativa e partidária) ver HOBBSBAWM, Eric, J. - Mundo do Trabalho - Novos Estudos sobre História Operária; Paz e Terra; Rio de Janeiro; 1987; pp.17-35.

⁸² - Nesse sentido, parece necessário rever a postura teórica dos estudiosos que enfatizam repetidamente: a imaturidade, a desorganização, a apatia e até mesmo a tese do famigerado "atraso" devido à origem rural.

(re)produção ideológica da própria *intelligentsia* brasileira. Com isso, felizmente, começava-se a ouvir o "silêncio dos vencidos".⁵³

Em decorrência disso, passou-se a reconhecer aquela realidade histórica da classe enquanto tal: independentemente de sua representação através das entidades oficialmente reconhecidas. E, graças a isso, saldamos aquela dívida histórica. Porém, se resgatamos aquela questão restam-nos ainda outras, também merecedoras de atenção e requerendo tratamento teórico mais adequado à compreensão dos acontecimentos sociais mais recentes. As formas organizativas, as grandes assembléias e manifestações, as iniciativas classistas com perspectivas de superação dos limites corporativistas compõem o quadro denominado de "novo sindicalismo". E, esse movimento sindical emergente, desde o final dos anos setenta, ainda espera uma abordagem mais dedicada ao entendimento das experiências mais próximas.

O movimento sindical - e particularmente a CUT - Central Unica dos Trabalhadores - assume na década de oitenta reivindicações avançadas, de caráter classista, ultrapassando os partidos políticos da esquerda socialista.⁵⁴

⁵³ - Expressão extraída do título do livro de DE DECCA: "O Silêncio dos Vencidos" que busca recuperar a história dos que foram silenciados porque vencidos e, finalmente, derrotados pelo ocultamento imposto aos perdedores. DE DECCA, Salvadori Edgar - **O Silêncio dos Vencidos**; Brasiliense, São Paulo, 1981.

⁵⁴ - "De modo que essa politização e essa inversão - a luta sindical à frente da ação dos partidos - fez com que o movi-

Dentre as não negligenciáveis experiências a serem aí consideradas incluiríamos tanto as realizações por dentro (pelas entidades denominadas "combativas" e "autênticas") e por fora da entidade, pelos movimentos oposicionistas (oposições sindicais combinados com movimentos populares, com atividades de pequenos agrupamentos e organizações políticos).⁵⁵

mento sindical hoje, especialmente aquele pólo que se aglutinou em torno do novo sindicalismo e que no início da década de oitenta constituiu-se em torno da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, tenha que enfrentar um conjunto de tarefas explicitamente políticas que não se colocariam no universo das possibilidades da ação sindical, mas que seriam, isto sim, próprias da ação dos partidos. Isto se dá porque a ação sindical está muito próxima do movimento operário espontâneo, e a partir das efetivas reivindicações demandadas por esse ser social, a ação sindical acabou saltando à frente dos partidos. Estes articulam sua ação, predominantemente, no terreno institucional, no terreno parlamentar, no universo da luta politicista, aumentando o fosso entre o movimento social concreto e a ação limitadora dos partidos". ANTUNES, Ricardo; - *O Novo Sindicalismo*; Ed. Brasil Urgente; São Paulo, 1991, pp. 142-143.

ANTUNES lembra ainda que na década de oitenta, no Brasil, o sindicalismo apresenta uma trajetória de contrafluxo do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos; um exemplo disso é o aumento da sindicalização urbana e rural no período. Opus cit. pp. 148-149.

⁵⁵ - A expressão "pré-sindical" (frequentemente empregada por Leônicio Martins RODRIGUES, por exemplo, no livro - *CUT: Os Militantes e a Ideologia*; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990) serve para designar apenas as oposições constituídas exclusivamente com a finalidade de vencer eleições. Todavia, estender esse conceito para os demais movimentos oposicionistas parece ser uma generalização que descaracteriza a dimensão política de muitos desses agrupamentos: colocando, por exemplo, naquela mesma categoria conceitual toda a trajetória oposicionista dos metalúrgicos ou a dos químicos de São Paulo.

E preciso considerar que diversas dessas oposições - depois da vitória eleitoral - continuaram desenvolvendo projeto político oposicionista. Não basta afirmar que "No final, apesar do discurso anticorporativo, toda a atuação prática das lideranças 'combativa' e de esquerda acaba por resultar no fortalecimento do sindicalismo oficial e do corpo-

Diante desse contexto sócio-político é preciso rever principalmente os modelos explicativos que homogeneizam características significativas que - pelo crivo de suas interpretações - expurgam as diferentes "colorações" tornando-as nuances de uma realidade igualmente "parda".⁵⁴

Quanto a isso, a concepção que sublinha a inexorabilidade imediata do processo de burocratização e a postura que - esmerando-se no resguardo de princípios abstratos - caracteriza-se por sistematicamente dar as costas ao que a entidade representa de institucional, constituem duas visões que, em alguma medida, se vinculam. Uma diferença evidente está no fato de que a primeira considera o fenômeno natural, enquanto que a segunda o lamenta. Mas, por outro lado, estas duas perspectivas são demasiadamente parecidas: além de não levarem em conta, suficientemente, as diferentes atitudes assumidas perante a estrutura sindical, delas pouco se pode

rativismo, que, suspeitamos, seja mais interessante controlar do que destruir." Opus cit. p. 25.

⁵⁴ - Esse procedimento teórico pode-se dar até quando se tem em mãos dados empíricos indicando, por exemplo, índices de sindicalização e de frequência grevista (comparando as incidências numéricas nos maiores estabelecimentos com relação aos demais) em determinados sindicatos da Capital.

Aí, em vez de considerar as qualidades diferentes dos dados, promove-se simplesmente a diluição daqueles indicadores pela média geral das várias entidades para concluir que todos são iguais - mesmo que (enquanto oposição) expressassem propósitos de serem diferentes.

E o caso de se perguntar, onde está a mesmice, no objeto observado ou no olhar do observador?

Ver BOITO JR. Armando - O Sindicalismo de Estado no Brasil; mimeo, tese de doutoramento pelo Dpto. de Ciências Humanas da FLCH da USP; 1982, pp. 257-269 (especialmente as tabelas de número: 15 e 18).

extrair, se quisermos conceber potencialidades e perspectivas concretas das políticas a serem desenvolvidas nas e pelas entidades de classe.

No tocante à primeira, parece haver necessidade de se fazer uma revisão dos pressupostos deterministas que tratam, por exemplo, as ações inovadoras como meras exceções de uma regra de natureza universal, ou como "notas de passagem" solúveis numa "cadência perfeita maior". E, quanto à segunda posição - que pode ser caracterizada como tendente ao "purismo ideológico" - vale a pena questionar a radicalidade do critério definidor que qualifica todas atuações "por dentro" das entidades como equidistante das realizadas "por fora" delas. Há de se ponderar que existem, de fato, fortes motivos para acreditar que a institucionalidade é ruim. Porém, não estaria faltando ainda supor que sem ela seria pior?

Evitando escorregar para uma dessas duas leituras, propõe-se trabalhar aqui, com algumas distinções conceituais. Designamos como "sindicato estrutura" a "máquina", o "aparelho institucional" e o "funcionamento burocrático-administrativo" e como "sindicato movimento" a dinâmica da política com relação à base. A expressão "diretor sindical" compreende a representação oficial, eleita e legalmente empossada, enquanto que "direção sindical" refere-se ao nível de relacionamento político com a categoria e à postura de atuação perante a estrutura burocrática da instituição.

Por fim, compondo a base e em relação à condução política, encontram-se os "militantes", os "ativistas" (participantes da política sindical) que se destacam da denominada "massa de trabalhadores". Por ora, ficam apenas essas indicações, que serão caracterizadas no decorrer das partes que seguem esta dissertação.

Resumindo, graças à crítica e à posterior transformação da postura teórica em voga até a década de sessenta (comentada atrás), foi possível começar o reconhecimento da realidade social e histórica da classe - distinguindo-a, inclusive, da sua representação institucional. Isso propiciou acuidade para que se ouvisse o "silêncio dos vencidos" e possibilidade de se restaurar a "história dos que a fizeram e que, porém, não puderam escrevê-la".

A reformulação e o novo posicionamento da ótica do observador permitiram visualizar melhor a classe - podendo também estudá-la em suas manifestações mais autônomas e espontâneas com relação aos órgãos oficiais. Se isso possibilita distingui-la, possui também a virtude de poder iluminar os estudos sobre o relacionamento político e ideológico da classe com o sindicalismo oficial.

Nessa perspectiva, está se propondo a diferenciação conceitual de forma que possibilite observar que uma coisa são as práticas regulares, tradicionais e restritas à estrutura

institucional (corporativista e burocrática), e devotadas exclusivamente ao assistencialismo e às negociações econômicas e; outra coisa, é visualizar, de forma mais abrangente, a dinâmica da atuação política e a postura ideológica do relacionamento com a "máquina" e as formas de interação da direção com a base.

E nesse sentido que enfatizamos a importância de se promover uma espécie de "suspensão temporária de alguns princípios de ordem mais geral" e contemplar mais as particularidades, as especificidades das atitudes políticas assumidas em diversas entidades de classe. Se não ajuda muito na compreensão da trajetória do denominado "novo sindicalismo" pode, pelo menos, lançar alguma luz no estudo de algumas experiências e particularidades de se fazer sindicalismo nestes últimos anos. Através de estudos sobre as diversas experiências acumuladas no período, contribui-se, de alguma forma, para a redefinição de alguns conceitos e redimensionamento do papel político da atividade sindical.

CORPORATIVISMO COM A CRUZ E A ESPADA

Diante do quadro histórico demarcado por profunda crise econômica e conflitos políticos, o Estado, a Igreja e os próprios capitalistas e seus ideólogos) tomam iniciativas de

contrapor às instabilidades e reivindicações sociais através da implantação de "uma nova ordem" política.

A criação do Ministério do Trabalho, o aparecimento da legislação laborial em maio de 1937 e, no mesmo mês, seis anos mais tarde, da Consolidação das Leis do Trabalho, são os marcos históricos da implantação do sistema corporativista.

Não bastariam os decretos e promulgações governamentais. Não bastaria a política policial do desmanche das organizações indesejáveis. Era preciso que concorressem novos fatores para a estruturação dessa nova ordem: a Igreja Católica e a investida empresarial combinada com o processo de industrialização.

A Igreja, à luz da laicização pregada pelas encíclicas papais, promovia seu "aggiornamento" transportando a esfera da vida espiritual para a profana. O Vaticano buscava "intervir no domínio profissional, sindical, político e intelectual para cristianizar a sociedade em seu espírito e em suas estruturas"²⁷

²⁷ - CROUZET, Maurice - História Geral das Civilizações; Difel; São Paulo, 1973, tomo VII, 2 vol., 3a. edição, p. 173. Alceu de Amoroso LIMA diria: "Chegamos ao momento crítico da civilização burguesa... vai a Igreja tentar a salvação social da burguesia...E preciso converter a burguesia...A salvação da burguesia, portanto, não está nas mãos dos técnicos, dos sociólogos, dos economistas ou dos políticos. A Salvação da burguesia está, antes de tudo, nas mãos dos santos... in Problema da Burguesia, 1932; pp. 131,231,242 in MEDEIROS, Jarbas - Ideologia Autoritária no Brasil 1930-

Na década de trinta, dentre inúmeras iniciativas, foram criados: a **Ação Católica Brasileira** (organização laica e ligada à hierarquia) e os **Círculos Operários**. Estes visavam contrapor-se à influência da esquerda no meio operário pela doutrina e pela forma organizativa.⁵⁶ Buscavam enraizar-se (de cima abaixo) através de nucleações de base, funcionamento regional e, no vértice do organograma, da **Federação dos Círculos**, em flagrante confronto com as **Federações Operárias** existentes.

Ainda na mesma década dá-se a proclamação e a solenidade celebrativa (em maio de 1931) de **Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil** e a homenagem e inauguração (em outubro) do **Cristo Redentor**, no alto da Capital do País.⁵⁷ Estes eventos-símbolos são similares de tantos outros promovidos por chefes políticos e/ou espirituais que, diante da multidão, celebravam (preferencialmente nos meses de maio)

1945, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas; 1974, p 219).

⁵⁶ - Aliás, o próprio feitio de poder hierárquico parece ter servido, funcionalmente, à organização dos integralistas.

⁵⁷ - Ver DELLA CAVA, Ralph - **Igreja e Estado no Brasil do Século XX: Sete Monografias Recentes Sobre o Catolicismo Brasileiro: 1916/64**; São Paulo, Ed. Brasiliense de Ciências Sociais Ltda.; Estudos CEBRAP no. 12; pp.5-52.

pactos ⁴⁰ e entronizavam institucionalmente a "cruz e a espada".

Diante dos procedimentos que visavam a investidura corporativista, setores eclesiásticos preocupavam-se em resguardar sua autonomia institucional e garantir seu quinhão no espaço social (como por exemplo na área de educação).⁴¹

⁴⁰ - "Em troca da manutenção de seus interesses em setores onde a intervenção do Estado se fazia sentir de modo crescente (o sistema educacional, o controle dos sindicatos, etc), a Igreja assumia o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade." MICELI, Sérgio - *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*; Difel/Difusão Editorial S.A.; Rio de Janeiro; 1979, p. 51.

Na comemoração do cinquentenário da *Rerum Novarum* o Ministério do Trabalho mandou cunhar 2 medalhas: numa a imagem de Leão XIII, noutra a efígie de Getúlio. Conforme o discurso do ministro, ambas eram equivalentes: a primeira representava o "inspirador da justiça social" e, a segunda, "o instaurador da justiça social no Brasil". *Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio* no. 94 p 373 in GOMES, A. Castro - *A Invenção do Trabalhismo*, Vértice, São Paulo, 1988, p. 287.

⁴¹ - Congregar intelectuais leigos como porta-vozes dos interesses eclesiásticos, investir em publicações (revista *A Ordem*, revista *Vozes*, Editora Agir etc.), Ação Universitária Católica e o Instituto Católico de Estudos Superiores (núcleo que, mais tarde, constituiu a Pontifícia Universidade Católica) são alguns dos exemplos de investimentos da Igreja no período.

O esforço para o reconhecimento do ensino religioso pelo Estado alcança uma expressiva vitória em 1931. Francisco Campos reintroduz, em caráter facultativo, o ensino religioso nas escolas públicas. CURY, Carlos. R. Jamil - *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*; Cortez/Autores Associados, São Paulo, 1982, 2a. ed. pp. 14-17.

Logo depois, a Constituição de 1934 possibilitava o financiamento de escolas e instituições da Igreja, reconhecidas como de "interesse público". DELLA CAVA, R. opus cit. p. 15.

De forma semelhante, setores do empresariado também aspiravam salvaguardar seu *locus* socio-econômico (produção e comércio) dos desdobramentos decorrentes do projeto emergente de controle estatal. É nesse contexto que se trava a polêmica em torno do liberalismo e das diferentes nuances sobre a própria concepção de corporativismo. A Igreja, por exemplo, enfatizava a instituição familiar como fulcro celular do corpo social (daí seu empreendimento político sobre o voto feminino, e a questão do aborto) e a importância da tradição moral: estado "ético-corporativo" (na expressão de Tristão de Ataíde).

Muito embora nem sempre fossem coincidentes os interesses específicos de setores eclesiásticos e empresariais havia pontos sobre os quais as camadas dominantes, sublimando particularidades, partilhavam seus interesses mais gerais: comungavam, por exemplo, as aspirações de "paz social".

A partir da segunda metade da década de trinta, visualiza-se um processo histórico de construção da nova ordem social para a qual convergiram as seguintes áreas: a econômica, a política e a espiritual. E, nessa fase (menos pela desmobilização), investe-se mais na política de integração e participação social, buscando angariar base de apoio e de sustentação ao regime. Mas, para isso, era preciso que a industrialização começasse a liderar um novo perfil econômico para o país.

QUANDO O PERSONAGEM PRINCIPAL ENTRA EM CENA

Não bastariam os decretos governamentais e a sofisticação dos aparatos repressivos e ideológicos do Estado se as transformações ocorridas no período não se dessem pela concretização do essencial. O determinante se dá pela modernização econômica, e esta, pelo o processo de industrialização.

Depois da crise de 1929, a economia nacional encontra condições que propiciariam um razoável crescimento de seu parque industrial. Em 1920, havia 13.300 estabelecimentos. Vinte anos mais tarde esse número já girava em torno de 50.000 unidades. E, desse mesmo ano até 1939, enquanto a produção agrícola (em franco retrocesso) ficava na casa dos 20% e as importações declinavam para um patamar de 23% (até 1937), a produção industrial apresentava uma taxa de crescimento bem diferente, atingindo um índice de 125% (mais de 11% ao ano). ⁴²

⁴² - Os dados foram extraídos de:

- COHN, Gabriel - *Problemas da Industrialização no Século XX* in MOTTA Carlos Guilherme (org.) - *Brasil em Perspectiva*; Difel, Rio de Janeiro, 1975, pp. 283-316;
- PINHEIRO, Paulo Sergio - *Política e Trabalho no Brasil*; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975; p. 65.

Com isso, a indústria passa a constituir força determinante no destino econômico do país e os representantes do patronato industrial passam, progressivamente, a ocupar lugar de maior destaque nas definições políticas.

Assim o Estado assumia, progressivamente, funções mais centralizadoras perante a nação. A Igreja, pela adoção de uma teologia mais dedicada à temporalidade, também ampliava sua influência na sociedade. Os auto-denominados "representantes da classe produtora" faziam ao nível político o que auferiam do nível econômico.

A alocação dos recursos existentes e os investimentos concentram-se em algumas regiões, especialmente no Sudeste do país como: São Paulo e Rio de Janeiro.

O fenômeno migratório se altera substancialmente: o arrefecimento da imigração é compensado pela migração interna. A crise na agricultura e a demanda de mão-de-obra das indústrias promovem o crescimento da população urbana advinda, em sua maioria, da zona rural. Vejamos alguns dados numéricos da evolução de estabelecimentos e empregados:

Anos	Estabs. no Brasil	Estabs. em S.P.	Operários no Brasil	Operários em S.P.
1907	3 187	324	149 140	22 355
1920	13 336	4 145	275 512	83 998
1940	49 418	14 225	781 185	272 865
1950	89 096	24 519	1 256 807	484 844

SIMÃO, Azis - *Sindicato e Estado: Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*; Dominus Editora; São Paulo, 1966; p. 45 e também: PINHEIRO, Paulo S. Opus cit. pp.85-86.

As indústrias químicas, farmacêuticas, de sabão, de cosméticos e de velas quase triplicaram a participação do valor adicionado à produção. PINHEIRO, Paulo, Sergio - *Brasil: a Grande Depressão e a Industrialização*, Col. *História do Século 20*, no. 47, Abril Cultural, São Paulo, p. 1417.

O Estado, depois da Revolução de 1930, encontra-se mais desvencilhado (de atender aos interesses) das particularidades do setor agrário-exportador e passa a se constituir como uma espécie de "demiurgo" das diversas "forças sociais".⁴³ Começou a administrar, promover a partilha das necessidades econômicas intermediando-as em favor do processo da acumulação urbano-industrial.⁴⁴

A instituição católica, que estivera ausente de acontecimentos significativos na década de vinte - como na Semana da Arte e nos movimentos e revoltas que precederam a Revolução de 1930 - ⁴⁵ reorienta sua missão no sentido de cristianizar a "cidade dos homens". E, fazendo-se mais presente na sociedade, passa a buscar o reconhecimento institucional de seu novo apostolado.

⁴³ - Na expressão de Keynes, o Estado como poder "necessário de frear e guiar o livre jogo das forças econômicas" KEYNES, J. M. - *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*; Nova Cultural, São Paulo, 1985, p. 257.

⁴⁴ - Francisco de Oliveira fala da regulamentação da oferta e da demanda dos fatores no conjunto da economia. Além de orientar o relacionamento do fator trabalho (por exemplo, legislação trabalhista, fixação do salário-mínimo, exército de reserva), o Estado intervém nos demais fatores: "operando a fixação dos preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no ganho fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. OLIVEIRA, Francisco - *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*; Brasiliense/Cebrap, São Paulo, 2a. ed. Seleção Cebrap 1, 1976, pp. 12-14.

⁴⁵ - "Uma constatação final (...) é a sua ausência nos grandes acontecimentos do período", da Primeira República. MOURA, S. L. e ALMEIDA, J. M. G. - *A Igreja na Primeira República in Brasil Republicano*, vol. 2, Difel, São Paulo, 1985, p. 342.

Por isso, quando o Cardeal Dom Sebastião Leme - fazendo-se cercar por bispos, arcebispos e fiéis - lançava o desafio: "ou o Estado...reconhece o Deus do Povo ou o povo não reconhecerá o Estado" ⁴⁶ não estava celebrando uma simples homilia dominical.

Os empresários, longe do pretenso apoliticismo, reivindicavam a hegemonia dos interesses industriais apresentando muitas propostas políticas ao governo. As Circulares da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e os discursos da classe patronal estão cheios de sugestões de ordem política e econômica.⁴⁷

Entretanto, para que cada uma dessas "forças sociais" tivesse acento no exercício hegemônico do poder tiveram todas elas que percorrer uma trajetória de auto-afirmação histórica que garantisse, com isso, seus privilégios sociais.

Mesmo considerando o atraso que ainda persistia no processo de industrialização - com a mediana qualidade dos pro-

⁴⁶ - DELLA CAVA, Ralph - opus cit. p. 15

⁴⁷ - Conf. Circulares de 1936 e 1937 in Arquivo da FIESP citadas por VIANNA, Luiz Werneck - *Liberalismo e Sindicato no Brasil*; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976 pp. 206-211.

"Simonsen, Lodi, Lafer, Street, Alvaro Assunção, os três primeiros de destacada participação na Constituinte de 1934, e todos extremamente próximos do centro decisório nacional, conduziam com perícia os interesses da sua classe, reverenciando aqui e ali alguns temas caros aos dirigentes políticos do Estado, como grandeza e poder nacional." BARROS, Edgar Luiz de - *O Estado e a Industrialização (1937-1943)* - Brasil História, Vol 4, Brasiliense, São Paulo, 1982 p. 173.

duto fabricados e muito voltado, ainda, a produção de bens de consumo interno - pode se dizer que houve um expressivo aumento do índice de produtividade econômica. E dentre os vários motivos responsáveis pela promoção do aumento da produtividade industrial, enfatizaremos aqui os seguintes fatores: a) o controle exercido sobre as organizações dos trabalhadores; b) os incentivos e investimentos públicos; c) a implantação de mecanismos mais racionais no processo de produção industrial inspirados nas orientações do taylorismo e fordismo.

Comentando o artigo "The Political History of Organized Labor" de T. Harding, o cientista político Werneck Vianna diz o seguinte: "A desarticulação do sindicalismo de base livre não esgotaria seus efeitos a nível político (...) o corporativismo não se comportou neutralmente quanto à taxa de acumulação do capital industrial. A partir de 1933, a maior parte do aumento na produção resultou do aumento da produtividade, e não da expansão quantitativa da força de trabalho empregada pelo parque fabril, o que, sem dúvida, devia-se ao êxito da ação coercitiva sobre os sindicatos."⁴⁹

E sintomático que Roberto Simonsen tivesse escolhido como laboratório das novidades organizativo-patronais justamente o trabalho da construção dos edifícios militares e o setor da construção civil de Santos (São Paulo) - onde os

⁴⁹ - VIANNA, Luiz Werneck - opus cit. pp. 125-126.

sindicatos angariavam reconhecimento e controlavam o mercado de trabalho em proveito de seus associados.⁴⁷

O documento "O Trabalho Moderno", de Roberto Simonsen, é a publicação (em 1918) que respondia às expectativas de setores da burguesia industrial nascente. Representa a proposta concreta das vantagens oferecidas pela implantação da O.C.T. - Organização Científica do Trabalho, pois, a burguesia, segundo o apóstolo local da O.C.T., carecia de técnicas mais científicas de dominação. Ela não tinha experiência racional do domínio e do adestramento "mais adequado" dos trabalhadores à produção. Assim, diante de um quadro de mobilização operária, nada mais oportuno que - sob a inspiração das experiências desenvolvidas em outros países - implantar aquela nova orientação no trabalho. O discurso é o casamento da questão econômica (especialmente a questão da produtividade) com a ordem política. As suas palavras dizem tudo: diante dos acontecimentos sociais e políticos com tanta franqueza de "guerra de classes", os industriais deve-

⁴⁷ - Em 1909 os sindicatos da construção civil (pedreiros, carpinteiros e pintores) de Santos "conseguem impor o controle do mercado de trabalho da categoria: os sindicatos são reconhecidos pelos patrões; estes comprometem-se a contratar apenas os trabalhadores sindicalizados e também a evitar a admissão de fura-greves; há delegados sindicais em cada canteiro ou oficina; a propaganda sindical realiza-se durante o trabalho.

O sucesso deste tipo de realização implica a organização e a mobilização permanente dos trabalhadores (o exemplo disso são as assembleias semanais dos trabalhadores em pedreiros), já que inexistia qualquer garantia externa (o Estado, as leis, a Justiça do Trabalho, etc)." MUNAKATA, Kazumi - *A Legislação Trabalhista*; Brasiliense, São Paulo, 1981; pp. 20-21.

riam abandonar "os moldes antigos para considerar como uma nova força, existente realmente, o descontentamento do operariado: e proporcionar, com desassombro, a justa remuneração ao trabalho, se não quizerem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas".

E adverte: "fora a má orientação dos patrões que mais concorrera para que os trabalhadores se organizassem em feição de classe". Sobre a questão salarial aconselha:

"O único meio que tem o obreiro hábil de se fazer pagar melhor é de promover o aumento de salário de toda a classe. Daí o principal motivo de formação das Associações de Resistência. Compete, portanto, aos industriais, no seu próprio interesse, evitar que seus principais colaboradores formem uma massa hostil buscando remédios para o seu mal estar em conquistas políticas perturbadoras da produção".⁷⁰

As diretrizes, expostas por Simonsen, visavam disseminar a metodologia científica da administração empresarial e modernizar a mentalidade dos empresários no relacionamento entre o capital e o trabalho. Para isso, era preciso contar com os serviços técnicos de "sólido preparo" que "constituem

⁷⁰ - SIMONSEN, Roberto - O Trabalho Moderno; Seção de Obras de O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1919.

o esquema da organização que tenho imaginado para as nossas empresas (...) em reformar e melhorar as condições do nosso trabalho, visando assentá-lo em bases verdadeiramente científicas."⁷¹

Sobre "essas bases verdadeiramente científicas" o capital encontra condição de impor sua lógica, suas normas de funcionamento, seu ritmo e controle produtivo. A apropriação da "ciência" pelo capital promoveria: o rebaixamento do custo de produção não só pela racionalidade produtiva mas, também, pela utilização massiva de mão-de-obra menos qualificada.

A racionalização técnica no trabalho tinha o mérito de eliminar o saber e, conseqüentemente, o poder dos trabalhadores. Para a lógica do desenvolvimento capitalista era mais do que necessário expropriar o saber do operário em favor da nova direção, de um gerenciamento empresarial investido de saber, autoridade e disciplina.

A D.C.T. oferecia perspectiva impar para que patronato e a classe dirigente do país respondessem à resistência das organizações operárias.

Deve-se considerar, ainda, que o processo de dominação racional não se restringiu apenas aos locais de trabalho.

⁷¹ - Opus cit. p 11.

Paulatinamente, estendeu-se para toda a sociedade através de escolas, instituições sociais, programas ideológicos...

UMA EDUCAÇÃO PARA A FABRICA E PARA A SOCIEDADE

O projeto social da nova combinação entre ciência e tecnologia encontrou, particularmente, na fundação do IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho;⁷² sua consistência institucional e um exemplo de proposta educativa de abrangência mais ampla. Ganham força a divulgação das pesquisas dedicadas à organização racional e os estudos das experiências de ordem administrativa e de controle da atividade fabril.

Mais do que atividades estritamente voltadas à necessidades mais imediatas do empresariado, o IDORT promovia "a identificação dos interesses particulares dos empresários com os da sociedade com um todo, em função do bem-estar da população e do desenvolvimento nacional; estruturado com múltiplo e variado campo de atuação. Concebido como associa-

⁷² - Fundado em 1931, em São Paulo como sociedade civil sem fins lucrativos e ligado ao "Institut d'Organization Scientifique du Travail, de Genebra" Conf. OLIVEIRA, Francisco de Salles - Educação e Organização Científica do Trabalho; Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1938, p. 228.

ção técnico-científica portadora de propostas de cooperação para todos os grupos sociais - como parte de 'uma vasta empresa intelectual da burguesia industrial', foi acompanhada pela fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), assim como da Universidade de São Paulo e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, ligado ao nome do mesmo Armando de Salles Oliveira, então interventor do Estado de São Paulo." ⁷³

O Instituto serviu como núcleo catalizador dos interesses comuns de diversos setores sociais que se desdobraram posteriormente, em entidades de atuação mais específica.

"Conforme as necessidades e possibilidades, diversos desdobramentos foram ocorrendo, através da criação de institutos ou órgãos específicos, como: Instituto de Psicologia, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes, Conselho de Higiene e Segurança do Trabalho, Instituto de Administração, Fundação Getúlio Vargas, DASP, SENAI e muitos outros departamentos, conselhos e organismos que, atendendo às necessidades de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, continuam a compor a sociedade racionalizada a partir de estratégias cada vez mais difu-

⁷³ - ANTONACCI, Maria Antonieta M. - Institucionalizar Ciência e Tecnologia: em Torno da Fundação do IDORT (São Paulo, 1919/1931) in Rev. Bras. de Hist.; São Paulo, vol. no. 14, mar./ago., 1987, pp. 77-78.

sas e abrangentes, invadindo todos os espaços da vida social, política, cultural e mental." 74

O ideário industrial estende sua proposta para toda a sociedade, acompanhando o próprio desenvolvimento industrial. O fluxo ampliado da cadeia produtiva transpõe as dependências da unidade fabril e permeia as relações sociais da comunidade: a industrialização passa a ocupar, cada vez mais, o coração da sociedade.

Os princípios de "aproveitamento racional" e "organização científica" vieram acompanhados pela necessidade da "instrução funcional e científica" no sentido de se conseguir, conforme a expressão de Ford, "o homem certo no lugar certo".

Os métodos, a seleção e o conteúdo curricular respondem aos anseios de se obter resultados imediatos educando para ser trabalhador dentro do novo tipo de trabalho. A estrutura educacional implantada no Brasil a partir dos anos 30 vinha ao encontro das solicitações do processo de industrialização e da moderna "filosofia" de trabalho. "Concomitantemente a apropriação das experiências de trabalho e do saber-fazer operário, promovidas pela decomposição e recomposição do processo de trabalho subjacentes na administração científica, implantavam-se os alicerces de nova bases, posturas e dire-

74 - Opus cit. p.77.

trizes no ensino geral e no ensino profissional em particular". 75

Neste período, o próprio exercício da atividade educativa torna-se mais profissionalizado e laicizado. E a hora de se instituir com funções essencialmente integradoras e integradas aos "novos objetivos" sociais.

O desenvolvimento das escolas técnico-profissionais dá-se independentemente dos outros ramos escolares enquanto que paralelamente são reformuladas as escolas secundárias e de nível superior.⁷⁶ Isto é, de um lado ficam as escolas voltadas à reprodução direta e imediata do capital; e do outro, a secundária e da elite.⁷⁷ Assim, consolida-se a dicotomia entre o ensino profissional, para "os menos favorecidos"⁷⁸ e o ensino secundário e superior destinados aos mais favorecidos, dissociando, no processo educativo, desenvolvimento intelectual e trabalho manual.

75 - opus cit pp. 71-72.

76 - NAGLE, Jorge - *A Educação na Primeira República* in *Brasil Republicano* Vol 2, Tomo III, pp. 262-291.

77 - É interessante comparar esses fatos com o comentário de A. Gorz sobre a *Reforma Fouchet*, descrevendo a divisão do ensino pós-secundário em: a) superior do tipo "humanista", liberal (universidade tradicional); b) escolas técnicas e de engenharia, não liberal, "paramilitar"; não está dizendo coisa muito diferentes. GORZ, André - *Socialismo Difícil*, Zahar Ed.; Rio de Janeiro, 1968, pp. 60-65.

78 - Na própria Constituição de 1937, no artigo 129, referindo-se ao programa de ensino profissional diz que ele "se destina às classes menos favorecidas".

No processo de desenvolvimento histórico da constituição do poder, na "dominação legal e burocrática"⁷⁷ a educação é chamada a cumprir um papel novo e central na sociedade. Ela passa a formar os caracteres e o substrato do exercício da dominação. Monitorada por profissionais, especializados e técnicos, sob um regime de regulamentação expressamente objetiva, deixa a pretensão de formar o cidadão por excelência (homem culto) para se dedicar a treinar o especialista e capacitar o indivíduo a exercer, compartimentadamente, sua profissão de forma eficaz.

⁷⁷ - Expressão de Max Weber.

SEGUNDO CAPITULO

O SINDILUTA E A EDUCAÇÃO SINDICAL: Uma Experiência com mais Classe e menos Categoria.

PRIMEIRA PARTE - ANTECEDENTES

Os jornais sindicais tem o poder de representar uma das mais ricas expressões dos problemas enfrentados pela categoria e o perfil político da direção sindical. Entretanto, estamos nos restringindo ao estudo do processo de implantação e desenvolvimento de uma experiência determinada na área de educação sindical. Por conta disso, buscamos, antes de tudo, estabelecer o papel político do Sindiluta, boletim do STIQFSP, combinando-o com as demais atividades da política sindical.

Fazendo breve retrospectiva das quatro primeiras décadas de existência do STIQFSP, deparamos com uma quase inexistência de jornais, revistas e boletins sindicais. Até certo ponto, isso pode ser explicado pelas frequentes inge-

rências do Ministério do Trabalho, intercaladas com períodos de intervenção política, como a de 1947 e a de 1964.

Contudo, a frágil tradição de luta na categoria não estava associada à ausência de problemas como, por exemplo, o nível salarial e as precárias condições de saúde dos trabalhadores.

Assim, quando a Entidade completava seu quadragésimo segundo aniversário, poderia comemorar apenas nove anos do que se pode chamar, com restrição, de "sindicalismo de luta".

Para um órgão de representação de classe que tem a maior parte de sua existência delimitada pelos padrões legais, de "colaboração com os poderes públicos", não é de se estranhar que o primeiro jornal, o "Trabalhador Químico" tivesse surgido só em 1966 e, ainda assim, como algo muito secundário. Basta observar que transcorridos quatro anos, o tablóide não havia ainda chegado ao seu décimo número. E que a partir de 1974, quando a diretoria começava a construir um novo prédio, sua tiragem ficou ainda mais irregular: até 1977 saíria apenas um exemplar por ano.

Sem dúvida, o "Trabalhador Químico" surgia durante o período da mais aguda repressão política, quando os meios de comunicação, e especialmente a imprensa sindical, eram

fortemente controlados. Porém, uma coisa é sofrer as restrições impostas, outra é a subserviência. Não é nada difícil encontrar exemplos de matérias políticas de causar inveja até aos redatores propagandistas do sistema. Ocupando toda a primeira página do número 18, de agosto de 1972, pode se ler o seguinte: "Nosso regime está consolidado. O Governo valoriza os operários através de seus muitos planos para dar-lhes trabalho e educação".

De fato, quando se inicia o período de ascenso do "novo sindicalismo" e em que começa a se constituir o grupo oposicionista na categoria, a imprensa da Entidade moderniza-se. Afinal, havia chegado a hora de se adaptar aos novos tempos. Surgia agora o "Boletim Semanal Informativo". O aspecto gráfico era atualizado, no entanto, o conteúdo permanecia inalterado. Os boletins passavam agora a ser produzidos por uma equipe mais especializada no trabalho de comunicação que - "não se sabe se por ironia ou por devoção" - "era chamada" pelos tradicionais dirigentes "Departamento de Imprensa e Propaganda".¹

Quando se avizinhava a sétima e última gestão originada da intervenção de 1964, não só a imprensa mas outras atividades faziam parte do rearranjo institucional. Além de incrementar as atividades de lazer eram ainda programados congressos, seminários e campanha de sindicalização. Porém,

¹ Alusão ao DIP do Governo Getúlio.

diversas destas atividades eram impulsionadas pela Comissão Permanente de Mobilização, onde os oposicionistas atuavam em conjunto com alguns dirigentes "pelegos".

Contudo, enquanto que para os antigos dirigentes aquelas novidades representavam formas de recuperar a confiança nas "legítimas lideranças sindicais",² para os oposicionistas era, antes de tudo, um espaço propício para se estabelecer como referência política do "novo sindicalismo".

Os componentes da nova diretoria tinham, sem dúvida alguma, acumulado muita experiência enquanto militantes do movimento de oposição desde 1979. Talvez se possa dizer que, mais do que nenhum grupo "pré-sindical", havia acompanhado de perto o cotidiano da antiga diretoria. Aliás, a prática deliberada de também atuar criticamente ao lado dos velhos pelegos permitiu conhecer muito melhor a realidade das fábricas; permitiu demarcar uma conduta diferenciadora tanto no nível do discurso quanto da prática diária.

Entretanto, se os acúmulos no nível subjetivos são importantes, não são suficientes, principalmente em se tratando da relação com a Estrutura Corporativa do sindicalismo brasileiro que, semelhante a uma grande máquina, conserva suas partes azeitadas e engrenadas no e para o grande con-

² Conf. Boletim Semanal Informativo no. 13, de agosto de 1981.

junto estrutural, com o objetivo definido no topo da pirâmide: a conciliação de classes.

Havia clareza para a nova diretoria, de que o movimento de oposição era muito mais do que vencer a eleição. Antes de tudo, era um combate persistente e maior porque se tratava da implantação de uma política sistemática de confronto com essa estrutura oficial do sindicalismo brasileiro, com meio século de tradição e muito bem encarnada naquele sindicato em particular. Desde o seu nascimento até nas marcas presentes, o STIQFSP é testemunho vivo e um bom exemplo da eficiência do projeto governamental de implantação daquela política de abafamento das contradições.

No período de 1979 a 1982 havia acúmulos de experiências significativas dos militantes oposicionistas, seja nos movimentos populares (que aliás tiveram presença decisiva durante a campanha da eleição sindical); seja no nível propriamente sindical, em outras categorias, como na Oposição Metalúrgico de São Paulo que de certa forma, havia "vencido mas não derrotado", nas eleições de 79 e 81, a diretoria pelega, cujo núcleo inicial provinha da intervenção decretada pela ditadura militar. Porém, experiências enquanto diretorias sindicais eram menos numerosas. Mais próximas e influentes eram as do Sindicato dos Trabs. em Estabs. Bancários de São Paulo, desde 1979, e Sindicato Trabs. Inds. Metalúrgicas, Mec. e Mat. Elet. de São Bernardo do Campo e

Diadema com suas históricas lutas de 1978 a 1981. Assim, os contatos, reuniões, depoimentos, em suma, tudo que servisse para troca de experiências era de extrema valia. Esse constante intercâmbio permitiu orientar desde as primeiras providências até a reestruturação completa do STIQFSP.

Os primeiros meses de 1983 foram de intensa dedicação de todo o conjunto da diretoria para os encaminhamentos do programa político que vinha sendo elaborado desde o período de oposição, com a tentativa de comprometer nessas mudanças uma boa parcela da categoria. Em síntese, o que mais preocupava a nova liderança era a questão de como utilizar, estrategicamente, o sindicato estrutura, a máquina sindical, como instrumento adequado à atuação política do sindicalismo-de-luta, voltado essencialmente à organização e desenvolvimento da consciência de classe.

SEGUNDA PARTE — O NOVO PROJETO SINDICAL E O SEMINÁRIO DA IMPRENSA

Com o propósito de efetivar esse projeto era necessário, desde logo, readaptar a estrutura e o funcionamento da Entidade, prover os recursos e definir tanto quanto possível as condições objetivas e subjetivas.

Para que tal empreendimento pudesse vingar via-se como necessário que o conjunto oposicionista, definido como "colegiado" somado a militantes sem cargo de direção, assumissem cada passo da implementação do novo projeto. Assim, as reuniões eram longas, constantes e realizadas em quase todos os fins de semana uma vez que apenas nestes dias a militância podia participar. Os encontros tinham uma pauta sempre muito carregada de assuntos bastante diversificados. As questões específicas, como a da estruturação da imprensa por exemplo, mereciam a realização de seminários e com uma programação tempestivamente preparada; realizados fora das instalações do Sindicato. Assim, no dia 12 de fevereiro, um sábado, realizou-se o Seminário da Imprensa com a seguinte pauta:

- Abertura e apresentação dos objetivos do encontro;
- Orientação para o funcionamento das discussões em grupos;
- Relatório da experiência da Folha Bancária feita pelo diretor responsável por esta atividade naquele sindicato;
- Discussão monitorada com jornalista recém contratado;
- Troca de idéias sobre o tema: nossa imprensa e o programa de oposição;
- levantamento de necessidade específicas por região e de propostas com relação à periodicidade da publicação, tiragem, forma de distribuição, mecanismo de envolvimento dos trabalhadores na própria elaboração do jornal e definição geral do material a ser divulgado;

- Apresentação, em forma de painel, das conclusões obtidas nos grupos e decisão coletiva de um Projeto de Imprensa.

O Seminário teve três eixos de fundo, que nortearam todo o debate: o que significa informar? qual o papel da comunicação para os trabalhadores? quais as formas adequadas para o funcionamento de uma imprensa no Sindicato.

O exame das particularidades do trabalho da imprensa deve, antes de tudo, considerar o que e como o meios de comunicação de massa estão trabalhando. Os operários da categoria estão, evidentemente, sendo bombardeados a todo instante pela chamada "grande imprensa". Diante disso os participantes do Seminário se perguntavam:

"Quem são os donos das emissoras de rádio, TV, dos jornais e dos outros meios que formam a chamada grande imprensa brasileira? Quais são os objetivos e interesses de seus proprietários? E, por outro lado, quais são os interesses dos trabalhadores? Em que eles são diferentes e em que medida divergem ou não do que é veiculado através desses meios de comunicação de massa? Por que?" ³

A discussão dos grupos estabelece uma demarcação entre o que significa informar na grande imprensa e aquilo que

³ Ata do Seminário da Diretoria sobre Imprensa de 12/02/83.

significa informação em um "novo sindicato". Quanto à grande imprensa, os participantes do Seminário caracterizam-na como instrumento da classe dominante, que busca, além do interesse econômico (como o de simplesmente lucrar, noticiando o que mais vende, promover o consumo através de sua publicidade e chegando até ao ponto de "comercializar e lucrar com a própria luta dos trabalhadores"), veicular "políticas e informações distorcidas", "promover a alienação" e "passar a sua própria ideologia". Por outro lado, para os trabalhadores, a informação é vista como de importância fundamental: "Os trabalhadores precisam de sua própria informação", pois, afinal, "informar é antes de tudo um poder".

"Temos como objetivo informar os trabalhadores, recuperar as distorções feitas pela grande imprensa através do nosso instrumento de comunicação, destacar o que não tem saído pela imprensa. Aliás, nosso objetivo principal é o de utilizar a imprensa para organizar os trabalhadores". ⁴

São, ainda, relacionadas questões sobre a necessidade e o papel da comunicação que se quer estabelecer com a categoria:

"de que forma os trabalhadores da nossa categoria se comunicam? Quais os meios utilizados por eles? Quais as

⁴ Opus cit.

vantagens e desvantagens dessa comunicação? O Sindicato precisa da imprensa para comunicar-se com a categoria? Qual deve ser a frequência da comunicação da diretoria com a categoria? Qual a frequência da comunicação de trabalhador para trabalhador? A partir destas perguntas, que conclusões podemos tirar sobre a questão da comunicação: a) entre o Sindicato e a categoria; b) entre os trabalhadores de uma fábrica e outra, entre um setor e outro etc.?" *

No cotidiano da vida fabril a comunicação entre os trabalhadores é sempre muito limitada. Dá-se normalmente de forma dispersa e fragmentada. Forçados e habituados a falar sem muita sequência, a conversa é constituída de fragmentos entrecortados: "a conversa é pouca, só quando possível: na hora do almoço, no vestiário, no pé de máquina, ela é sempre desorganizada. A comunicação não tem continuidade". Daí, a conclusão de que "é preciso que se estimule o desenvolvimento de todo e qualquer tipo de comunicação".

No painel final, os grupos (distribuídos por regiões) relataram suas avaliações e propostas. Vale a pena comparar os resultados apresentados pelo grupo da Zona Leste com os da Zona Sul, pois são regiões bastante diferentes. Nestas duas regiões apresentam-se traços culturais bem distintos, as fábricas têm características diferentes e, em consequên-

* Opus cit.

cia os diretores e militantes de cada uma destas zonas herdadas, representam ou expressam particularidades.

O "grupo da Zona Leste" esboçou o seguinte quadro:

- frequência - diária;
- distribuição - na sede e nas sub-sedes, nos bares, caixinha nas proximidades das fábricas e num trabalho conjunto com os militantes do movimento popular;
- a forma de participação deve ser pelo telefone e com serviço de reportagem na porta da fábrica;
- o conteúdo - denúncias, notícias do movimento sindical, divulgação de atividades socio-culturais, especialmente, de atividades de lazer nas regiões e resultados de loterias;

O "grupo da Zona Sul" apresentou o seguinte quadro:

- a frequência - diária;
- a distribuição - embora incluísse as formas relacionadas acima e propusesse que as caixinhas de distribuição fossem, quando possível afixadas dentro das próprias empresas; sugeria, entretanto, uma distribuição que envolvesse mais diretamente os trabalhadores de fábrica através da utilização das CIPAS (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), e comissões (Comissão de Fábrica e/ou Comissão de Acordo de Compensação de Horas).⁴

⁴ As Comissões de Acordo de Compensação de Horas eleitas em assembleia e acompanhadas por diretores do Sindicato repre-

- participação - "o trabalhador deve levar as denúncias para as sub-sedes ou sede central";

- o conteúdo - "abordar os problemas existentes nos locais de trabalho, falar das lutas e conquistas da categoria e enfatizar as grandes lutas dos trabalhadores no mundo".

No geral, houve consenso no que diz respeito à necessidade de se ter um boletim diário, boletim específico por fábrica.... Porém, nos pontos referentes: à forma da participação da categoria, ao processo de distribuição e, ao conteúdo do editorial havia diferenças, como podemos observar acima, entre as regiões leste e sul. Estas diferenças não eram meras particularidades regionais mas fruto de duas realidades bastantes distintas expressadas pelos diretores e militantes destas duas regiões.⁷

sentavam um instrumento bastante rico enquanto instrumento organizativo dos trabalhadores. Para que os eleitos pudessem fiscalizar o cumprimento do Acordo deveriam, à semelhança da CIPA, possuir estabilidade de emprego.

⁷ Alguns meses depois, durante o processo de implantação do Sindiluta (quando se utilizava do próprio Boletim para: estimular os trabalhadores na tarefa de fazê-lo circular nos locais de trabalho; orientar para que fossem busca-lo e; denunciar a resistência patronal àquela iniciativa), as diferenças regionais tornaram-se visíveis nos próprios Boletins. A maior luta para a implantação deu-se na Sul. Quase todas as denúncias aí noticiadas eram devido à resistência encontrada em fábricas grandes e multinacionais do ramo farmacêutico conf. os exemplares do Sindiluta números: 27,38,63,121 e 518.

A - Desigualdades Regionais.

A Zona Sul concentra grandes e modernas empresas. Ai, localizam-se fábricas de porte grande e médio pertencentes a grupos multinacionais no ramo farmacêutico e cosmético. A região leste, é bem diferente, caracteriza-se pela dispersão de empresas de diferentes ramos industriais e salvando raras exceções (empresas como Cia. Nitroquímica Brasileira, Orniex S/A), a quase totalidade das fábricas são de porte médio e pequeno e geralmente de capital nacional.

A categoria dos trabalhadores químicos, consequentemente, apresenta um perfil socio-cultural bastante diferenciado quando comparadas as duas regiões. A Zona Sul apresenta um maior relacionamento inter-categorias com as consequências culturais e políticas decorrentes, exemplo: as experiências das comissões de fábricas e formas de luta dos metalúrgicos.

Na Zona Leste, configuram-se dois núcleos, comumente chamados de Leste Um (região do bairro da Moóca incluindo Braz, Tatuapé, Belem e adjacências) e Leste Dois (região de São Miguel Paulista, Itaquera, Vila Mara, Cid. Nitro-operária e adjacências) . No primeiro, encontram-se fábricas mais antigas e muito espalhadas com exceção do setor das tinturarias e estamparias. Estas estão, quase todas lo-

calizadas nesta área, somando quase uma centena médias e pequenas empresas muito parecidas umas com as outras. Elas caracterizam-se pela forma bastante tradicional de produção, sistema de gerenciamento personalizado, processo de produção ainda muito artesanal e constituindo um segmento profissional corporificando traços expressivos de identificação e solidariedade profissional. Os tintureiros e estampadores são os únicos trabalhadores da categoria que combinam, em média, maior tempo de atividade profissional e, simultaneamente, a maior rotatividade interna.⁸

Em São Miguel Paulista está sediada a maior e uma das mais antigas fábrica da categoria. Nela trabalham atualmente 3.500 operários que ainda manifestam traços oriundos de uma herança sindical bastante tradicional. Como vimos no capítulo anterior, a arquitetura da sub-sede de São Miguel Paulista é a mostra mais completa disso que tentamos caracterizar aqui. A construção e estrutura do prédio, a localização, o hábito da frequência dos operários da ativa e, especialmente, as solicitações assistencialistas dos aposentados constituem ali um "caldo de cultura" o mais tradicional de toda a categoria.

Não é de se estranhar, portanto, que enquanto os trabalhadores de uma região, como a sul, tenham a perspectiva da

⁸ Numa pesquisa realizada em 1990 observou-se que 2/3 dos trabalhadores das tinturarias possuíam menos de 3 anos de firma e que, nesta faixa de tempo de casa, a média do tempo de atividade no ramo é superior ao de fábrica.

participação direta da base no processo de produção do jornal, distribuição mais seletiva e envolvendo os grupos organizados no local de trabalho, propondo atribuições superiores à CIPA (cuja finalidade legal é de mero serviço de prevenção de acidente) e à C.A.C.H. (grupo de trabalhadores eleitos, contemplados em acordo coletivo ou por fábrica, com estabilidade (na época) superior à CIPA e com a finalidade de fiscalizar a compensação dos horários). Desta mesma forma, também é compreensível que os representantes da Leste, ao se referir à forma de participação use termos como o de "colaboração" e que, referindo-se ao conteúdo a ser veiculado pela imprensa proponha a divulgação de "atividades de lazer na região", promoção de "atividades culturais" e até de "resultados de loterias".

B - Imprensa Unitária para Toda a Categoria.

Os encaminhamentos das decisões do Seminário de Imprensa foram sendo efetivados logo em seguida, como se pode constatar nos relatórios e atas das reuniões posteriores. Em 05/03/83, 18 diretores e 3 militantes fizeram uma reunião para ultimar as providências do que havia sido decidido no Seminário.

Além de redefinir o orçamento necessário para a aquisição dos recursos materiais (equipamentos do laboratório fotográfico, máquinas impressoras, gravadora, guilhotina,

etc.), contratação de profissionais (jornalista, pestupista, desenhista, gráfico etc.) e reestruturar o prédio para alocação e funcionamento adequado da imprensa, havia muita coisa a ser esclarecida quanto ao papel político da imprensa no Sindicato.

Quanto ao fato de o Boletim ser diário observou-se que ele teria a virtude de substituir os numerosos boletins específicos por empresas, evitando assim a dispersão dos diretores, além de propiciar um posicionamento mais coletivo nas intervenções dos problemas específicos de cada fábrica. Porém, como garantir a distribuição diária se o quinzenal já era difícil de cumprir? Essa pergunta foi respondida com a afirmação de que a imprensa "não é tarefa da diretoria e requer uma organização de militantes junto ao Sindicato para que se possa levar adiante tal empreendimento".⁷ A questão anterior remete a duas outras. Devido ao desdobramento posterior dessa e de outras experiências sindicais, vale a pena relatar, na íntegra os comentários registrados:

"O canal da passagem da denúncia até chegar ao departamento de imprensa deve ser o próprio diretor pois, inclui-se aí o saber do encaminhamento certo para tal ou qual fábrica no sentido programático da organização da categoria, conforme o nosso Plano de Trabalho.

⁷ Ata da Reunião da Diretoria em 05/05/83.

-Isso, contribuiria, em muito, para o avanço do Plano de Trabalho nas empresas menos importantes, ou pequenas, tendo em vista que obrigaria, pela própria dinâmica da imprensa diária, o diretor, diante das numerosas denúncias, preocupar-se em distinguir as formas particulares de organização dessas empresas.

-A proposta de se ter um diretor como filtro entre o trabalhador e a imprensa não irá desmontar o funcionamento da Imprensa Diária?

-Os bancários trabalham em escritórios, isso facilita o contato por telefone entre bancário e o Departamento de Imprensa.

-O filtro é um aperfeiçoamento da imprensa diária dos bancários, pois, não se vê na categoria bancária um nível de organização que corresponda ao nível de informação e consciência apresentados hoje pela categoria dos bancários. Isso mostra que a diretoria não acompanhou o ritmo da imprensa diária, não agilizando a questão organizativa da classe. Para nós, químicos, isso não deve acontecer pois, achamos que o essencial é a organização dos trabalhadores, de acordo com nosso Plano de Trabalho.

-A questão organizativa caminha junto com o avanço da consciência-informação.

-A imprensa dos bancários é autônoma da diretoria.

-As denúncias de dentro das fábricas podem ser passadas ao Departamento de Imprensa através dos militantes dessa fábrica. Aliás, a imprensa não pode ser apenas tarefa da diretoria...".¹⁰

A reunião concluiu definindo os seguintes pontos: 1- a tarefa de implantação e funcionamento da imprensa passa a representar, no período imediato, maior "desafio"; 2- a imprensa não se distanciará do trabalho político do conjunto da direção sindical; 3- ela estará "a serviço da organização dos trabalhadores"; 4- vai "suscitar mais denúncias" e promover novos questionamentos a serem feitos pelos próprios trabalhadores. Em síntese, a imprensa trabalhará, simultaneamente, em três seções: notícias, informações e denúncias. "As notícias e informações a serem veiculadas ficaram sob a responsabilidade do Departamento de Imprensa e as denúncias a cargo da diretoria".¹¹

Dentre todos os pontos levantados, algumas questões fundamentais foram com o tempo resolvidas e outras foram simplesmente esquecidas ou abandonadas ao ponto de causar surpresa sete anos mais tarde, ao se avaliar os resultados de uma pesquisa que analisaremos mais adiante.

¹⁰ Opus cit.

¹¹ Opus cit.

Ao comentar a experiência bancária, sobre o fenômeno do distanciamento da imprensa com relação à diretoria sindical, os presentes na reunião acreditaram, conforme se pode ler no relatório, ser essa advertência improcedente com relação ao STIOFSP. Parece que isso nem sequer serviu de alerta, de um risco possível. De fato, aqueles diretores viam o funcionamento no novo Sindicato como sendo de outra qualidade. A intenção e a perspectiva que cada um tinha em mente e a realidade constante da militância cotidiana, naquela conjuntura, permitiam que se visualizasse, realmente, um outro panorama, com uma perspectiva política muito mais favorável para o movimento sindical.

As denúncias deveriam chegar das fábricas pelas mãos dos ativistas, pela iniciativa dos militantes. Afinal, os boletins, doravante diários, iriam, inexoravelmente, promover um maior grau de conscientização e aguçar progressivamente a sensibilidade dos trabalhadores diante das irregularidades e injustiças tão presentes na vida fabril. Ao diretor caberia o papel de critério (de "filtro", diziam eles) para confirmar a denúncia, verificar se não estava, por exemplo, tratando de questões pessoais, e o de avaliar a oportunidade e a forma da publicação.

Além disso, previa-se que a distribuição do Boletim seria seletiva e executada pessoalmente pelos diretores e mi-

litantes. Realmente, no começo era muito frequente os trabalhadores passarem na sede e nas sub-sedes para pegar os Sindilutas e levar para a fábrica. Eram constantes as denúncias trazidas e redigidas por um grupo de trabalhadores.¹² Cada diretor visitava, em média, quatro fábricas por dia e aí entregava diretamente os boletins, colhia impressões, denúncias e comentava partes da publicação.

TERCEIRA PARTE: IMPLANTAÇÃO E TRAJETÓRIA DA IMPRENSA.

Apesar de estarem ainda em processo de implantação os recursos materiais e humanos para o funcionamento regular da imprensa diária no Sindicato, o lançamento do primeiro número diário do Sindiluta, no dia sete de abril de 1983, foi precipitado pela necessidade de estabelecer um comunicado urgente da diretoria para o maior número possível de trabalhadores da categoria. Desta forma, aparece estampada no verso do primeiro número do Sindiluta a reprodução da nota oficial de esclarecimento. Esta matéria tinha sido enviada no dia anterior, em forma de carta, para que os principais jornais, radios e canais de televisão da Capital divulgassem, numa tentativa de contrapor-se ao noticiário que afirmava o envolvimento dos diretores do Sindicato como promotores dos distúrbios ocorridos nas adjacências do Largo Treze

¹² No período, até 1983 havia perto de 150 militantes que frequentavam regularmente as atividades do Sindicato.

de Maio, em Santo Amaro, ocasião em que uma numerosa massa de desempregados realizara saques e "quebra-quebra".

Assim, diante da premência dos fatos, ficavam evidentes três coisas:

a) a necessidade de estabelecer uma comunicação que se contrapusesse ao que era veiculado pela Grande Imprensa;

b) a importância de a diretoria comunicar-se com rapidez com o maior número de trabalhadores; e, principalmente,

c) a necessidade de abordar o problema do desemprego relacionando-o com a recessão, inflação e salário, de maneira a permitir que o trabalhador compreendesse compreensão aqueles problemas vividos no período. Era necessário, portanto, que se desse continuidade àquele assunto: os boletins subsequentes saem abordando a questão do desemprego, a violência, inflação e estabilidade no emprego etc.¹³

No editorial do primeiro Sindiluta, de 7 de abril de 1983 lê-se o seguinte: "Um dos compromissos que a atual diretoria assumiu durante sua campanha eleitoral foi o de man-

¹³ O Sindiluta no. 2 estampa na capa o título: "Desemprego na categoria já atinge oito mil trabalhadores"; no verso se lê: "Pró-Cut repudia badernas e violência". Os Boletins números: 5, 10, 16, 17, 20, 22, 27, trabalham especialmente, a questão do desemprego, inflação e custo de vida.

ter um jornal informativo para a categoria". Mais adiante, continua:

"Hoje temos o Sindiluta, jornal que está no segundo número e daqui para a frente será mensal. Mas os problemas nos locais de trabalho acontecem todos os dias e a luta dos trabalhadores contra a exploração também é diária.

Então, os trabalhadores têm necessidade de se comunicar a todo instante e o Sindicato precisa comunicar-se com a categoria todos os dias.

Por isso está surgindo Sindiluta Diário, publicação oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo que estará circulando de fábrica em fábrica, de 2a. a 6a. feira.

Através do Sindiluta Diário a Diretoria do Sindicato vai estar em contato com a categoria diariamente para informar, convocar, denunciar, orientar, conclamar e levar suas palavras de ordem.

E cada trabalhador vai poder comunicar seus problemas, suas preocupações assim como tomar conhecimento das lutas que outros trabalhadores estão levando em outros locais de trabalho ou outras categorias.

Sindiluta Diário será um porta-voz da classe trabalhadora contra os baixos salários, a insalubridade, a discriminação, as péssimas condições de trabalho, as arbitrariedades das chefias, a repressão patronal. Enfim, contra toda a exploração imposta pelo governo e pelos patrões.

Mas Sindiluta Diário será, principalmente, um instrumento de luta dos trabalhadores. Sendo assim, não será um jornalzinho para os trabalhadores.

Os trabalhadores é que fornecerão o material a ser publicado; definirão a maneira de se tratar cada assunto e, principalmente, cuidarão da distribuição, levando diariamente alguns exemplares para o seu local de trabalho e discutindo com os companheiros os assuntos publicados.

Sindiluta Diário será, portanto, um jornalzinho do trabalhador e, sendo assim, depende de cada trabalhador."

14

O novo jornal com logotipo em cor verde clara (cor da chapa de oposição) e o símbolo da uma cobra ¹⁴, da mesma

¹⁴ Sindiluta no. 1, 7 de abril de 1983.

¹⁵ A figura da cobra já estava estampada no brasão do Sindicato de forma minúscula, no interior de uma engrenagem e rodeando a poção (farmacon). Porém, o Movimento de Oposição passou a estampar uma grande cobra envolvendo inclusive a engrenagem. Ela surgiu quando um dos diretores pelegos,

cor, como logomarca, eram a expressão do movimento oposicionista, tanto pelo nome "Sindiluta" (Sindicato de Luta) como pela cor. ¹⁶ Ele seria um jornal mensal do Sindicato. Não havia segurança de garantir a continuidade de uma publicação diária, quer pela manutenção dos recursos materiais, quer pela dedicação que iria absorver dos diretores e militantes. Na prática, no entanto, substituiu os boletins específicos. O Boletim Diário tinha a virtude de catalizar, sem dúvida, a pulverização dos recursos e disponibilidades dos diretores e militantes. Além disso, possibilitava um posicionamento político mais centralizado diante dos inúmeros problemas que afloravam no dia-a-dia. ¹⁷

Pretende-se mostrar aqui, a partir da reprodução do editorial, que ao Sindiluta estava sendo proposta a tarefa de realizar papel de duas impressas: uma impressão sindical e

percebendo a articulação que se constituía como oposição e antevendo seu destino lançou um alerta: "estamos aquecendo cobra que vai nos picar depois". Esta mesma cobra, posteriormente, vai adquirir definitivamente um charuto aceso na boca ilustrando a palavra de ordem da Campanha Salarial daquele ano: "Este ano a cobra vai fumar!"

Em 1990, num encontro de aposentados para o qual foram convidados antigos diretores com a intenção de documentar, através de depoimentos, experiência de lutas anteriores, fiquei sabendo, acidentalmente, que a mesma expressão e símbolo haviam sido usados durante a Campanha Salarial que acabou por deflagrar a primeira grande greve na Cia. Nitroquímica, da família Ermírio de Moraes, em 1957.

¹⁶ O novo Boletim tem um formato de 32,5 por 23 centímetros, com frente e verso, impresso em "off-set" com duas cores (verde e preta), em papel branco de gramatura variada de 20 a 24 quilos.

¹⁷ O nome: "Sindiluta Diário" vai perdurar em todas as publicações até o número 305 de 10 de julho de 1984. Depois deste número o nome ficará, em definitivo, como "Sindiluta" simplesmente.

o de ser uma imprensa operária. Decorrente disso, aparece a definição não muito consciente da ambivalência dos papéis. Lê-se que, de um lado, que ele será um órgão de "publicação oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo" e com a função de "a Diretoria do Sindicato (...) informar, convocar, denunciar, orientar, conclamar e levar suas palavras de ordem" e; por outro lado, caracteriza-o como um jornal dos trabalhadores: "Mas Sindiluta Diário será, principalmente (...) não um jornalzinho feito pelo Sindicato para o trabalhador. mas um jornalzinho feito com os trabalhadores.

Os trabalhadores é que fornecerão o material e a ser publicado; definirão a maneira de se tratar cada assunto e (...) será, portanto, um jornalzinho do trabalhador e sendo assim depende de cada trabalhador" ¹⁰

Há, de fato, uma homogeneização dos conceitos de "sindicato", "diretoria" e "trabalhadores" como se em virtude de o sindicato estar nas mãos de uma diretoria de oposição, e esta ser, genuinamente, oriunda da classe e estar devotada aos interesses dos próprios trabalhadores, pudesse realmente, redimir distinções e diferenças.

Em consequência dessa concepção, ao Sindiluta foi atribuída a tarefa de açambarcar papéis de duas imprensas ao mesmo tempo: imprensa sindical e imprensa operária; acrédi-

¹⁰ Sindiluta no. 1, 7 de abril de 1983.

tando que de uma coisa para outra houvesse uma gradação de uma natureza contínua.

Caracterizar a imprensa sindical como algo distinto da imprensa operária requer uma análise do processo de produção, maneira de distribuir, forma de consumo e, principalmente, o público ao qual se destina. Não se pretende aqui desenvolver esta distinção conceitual mas apenas apontar alguns traços que justifiquem esta distinção. Quanto à imprensa sindical, pode-se, por enquanto, defini-la simplesmente como instrumento de comunicação com a categoria e canal privilegiado de expressão da entidade. Este instrumento pode ser mais ou menos participativo e cumprir, conforme o ideário político da diretoria, funções mais abrangentes. Pode inclusive cumprir um papel significativo de conscientização e de desenvolvimento organizativo da categoria.

Porém, quando se fala em imprensa operária é preciso ater-se, um pouco mais, sobre o seu significado. "Falar em jornalismo operário é falar em jornalismo especializado. Jornalismo dirigido à um público bem definido: jornalismo para classe com sua ideologia, seu estilo de vida, seus valores. Uma classe com sua história, sua cultura, seu futuro e consequentemente sua linguagem particular".¹⁹ O jornalismo operário tem como característica sua "identidade" de classe

¹⁹ GIANNOTTI, Vito - O que é Jornalismo Operário; mimeo, 1987, p.1.

e até com o setor ou segmento de classe ao qual ele se dirige. Um jornal operário dos metalúrgicos de São Bernardo não pode ser o mesmo dos operários das indústrias têxteis de Recife, por exemplo.

Fazer jornalismo operário requer por parte do emissor um trabalho de comunicação com muita intimidade e entendimento das representações vivenciadas pelo receptor. Aliás, requer do emissor um grau significativo da vivência experimentada pelos receptores. E, pois, necessário levar em conta a relação de trabalho e as relações sociais, suas formas de comunicação no dia-a-dia, suas fantasias etc.. As formas habituais de expressão próprias da "linguagem operária" estabelecem parâmetros e referências necessárias para a efetivação desta imprensa.²⁰

²⁰ A experiência de jornalismo operário produzido pela Oposição Metalúrgica de São Paulo tem propiciado condições de se caracterizar de maneira muito concreta o que significa fazer "jornal operário". A esse respeito o estudo "Luta Sindical: Radiografia de um Jornal Operário", publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro, trabalha de forma muito rica aquela experiência apontando o processo de confecção, distribuição e formas de se constatar a funcionalidade comunicativa do jornal. Trata-se de saber como é passada a mensagem na fábrica e como esta é recebida. A pesquisa não busca simplesmente saber de assuntos ou temas de interesses ou mesmo expectativas dos trabalhadores mas, saber do fundamental. Saber se houve ou não entendimento e que tipo de compreensão se deu de fato, a partir do que se pretendeu passar para a categoria através do jornal. CPV - CENTRO PASTORAL VERGUEIRO - Luta Sindical: Radiografia de um Jornalismo Operário; mimeo, São Paulo, 1984, 262pp.

QUARTA PARTE: A PRODUÇÃO PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO.

O trabalho cotidiano da imprensa no Sindicato é realizado diretamente por uma equipe de onze profissionais: dois gráficos, uma secretária, dois desenhistas, dois diagramadores, dois jornalistas e dois motoristas que se revezam na tarefa de distribuir as publicações. Além dessa equipe, o trabalho conta com a presença constante de representante do coletivo da diretoria e responsável pelo conteúdo político do editorial.

Contudo, a produção do Sindiluta normalmente requer ainda a participação de diretores, militantes e/ou ativistas de uma das três regiões compreendidas pela sub-divisão da base sindical na elaboração de material (geralmente recados e denúncias) específicas de fábricas ou região.

A participação dos trabalhadores de fábrica na imprensa dá-se basicamente através de fornecimento de material (quase sempre denúncias e recados) a serem publicados. Entretanto, conforme a necessidade e importância do conteúdo informativo é necessário que se faça: a) a verificação, especialmente em se tratando de denúncias; e b) levantamento mais completo de elementos informativos para complementar o material a ser

veiculado, pois muitas vezes a informação chega "cifrada" demais.²¹ Concretamente, são os Boletins Específicos, os Sindilutas Especiais, Sindilutas "Semi-específicos" (a frente de interesse comum e o verso específico), além das cartas e recados a serem publicados no próprio Sindiluta, que representam o espaço mais regular de participação efetiva, na imprensa, por parte dos trabalhadores de base.

Conforme a característica do material de publicação alteram-se o grau e a forma participativa dos trabalhadores. No Sindiluta regular, a participação, como já foi dito, faz-se principalmente através das cartas, recados e matérias específicas por fábrica ou região. Entretanto, essa participação é maior quando se refere a Boletim Especial, matérias específicas, Sindiluta Especial ou Semi-especial, Boletins de Fábrica com nomes variados (por exemplo, "Sindinitro" dos trabs. da Cia. Nitroquímica; "Pilotando" dos trabs. da Pilot Pen S/A; "Lepeluta" dos trabs. do Lab. Lepetit S/A; "Avontade Nossa" dos trabs. da Avon Cosméticos Ltda. etc.), que são discutidos e redigidos com os próprios trabalhadores.

A prática de enviar à Secretaria de Imprensa notícias, recados, denúncias, reclamações e, até mesmo, algumas con-

²¹ Não é raro ocorrer que trabalhadores cobrem pela agilidade da publicação do material, por eles enviado, enquanto o diretor ainda estava ao encalço de confirmação e/ou complemento da tal matéria. Isto acontece, com mais frequência, quando se trata de fábrica pequena, questões muito específicas de determinadas seções e/ou onde não há trabalhadores participantes da vida sindical.

tribuições literárias e desenhos era mais frequente nos anos de 1984 a 1987 do que no período posterior. Sobre isso, gostaria de destacar dentre alguns dos motivos que provocaram o refluxo daquele hábito os seguintes: a) a dificuldade de um mesmo instrumento, o **Sindiluta**, poder cumprir satisfatoriamente aquele duplo papel de "jornalismo sindical" e "jornalismo operário"; e b) a existência dos "Boletins de Fábrica" (implantados em empresas prioritárias a partir de 1988) passaram a solicitar um envolvimento bastante grande por parte dos trabalhadores. Este novocanal de comunicação recuperou o espaço da "imprensa operária" que vinha sendo diminuído no funcionamento regular do **Sindiluta**. Aliás, não só o recuperou, mas criou condições de se estabelecer um nível mais elevado daquela prática participante.

O funcionamento do Boletim de Fábrica requer um conjunto de tarefas e decisões para as quais não basta a iniciativa individual - não se trata apenas de esboçar, por exemplo, denúncias e reclamações e enviá-las à Secretaria de Imprensa. O trabalho requer dos indivíduos um comprometimento maior e empenho mais coletivo. Sua realização permite envolver os participantes em quase todo o processo de comunicação: os trabalhadores devem discutir sobre o conteúdo do material a ser veiculado, avaliar a oportunidade de tal divulgação, definir forma de distribuir o Boletim, fazer acompanhamento de como se dá a recepção por parte dos leitores no local de trabalho etc.

O Boletim de Fábrica representa uma atividade de comunicação bastante próxima da realidade cotidiana dos trabalhadores de um determinado espaço fabril, pois é feito com eles e dirigido para eles.²²

O envolvimento dos trabalhadores na produção de outras publicações é quase nulo. Os folhetos de campanha salarial, cadernos de acordo, cadernos de saúde, adesivos, folhinhas e cartazes são instrumentos essencialmente voltados ao trabalho periódico do calendário sindical. Aí, a presença participativa dos trabalhadores dá-se na forma de aproveitamento e utilização política do material.²³

O trabalho de fazer circular o Sindiluta, de forma adequada, também requer formas de participação da base -

²² Pelo fato de ser um instrumento de comunicação a ser veiculado com exclusividade para uma determinada fábrica, além de possuir as qualidades educativas da imprensa operária, não comete, por exemplos, as generalizações que uma imprensa sindical faz quando se propõe unitária (no caso, o Sindiluta) ao veicular de maneira igual (massiva), realidades de fábricas bem diferentes. É praticamente impossível que um boletim específico de fábrica veicule, por exemplo, denúncias chocantes, matérias das sofríveis condições de trabalho de uma fábrica "fundo-de-quintal" (comumente chamada de "boca-de-porco") para trabalhadores de uma empresa moderna, de sofisticadas relações trabalhistas.

²³ Numa pesquisa realizada no ano de 1990, em fábricas que recebiam e não recebiam o Jornal Diário, quando se perguntou que boletins, jornais, cartazes, e outros materiais feitos pelo Sindicato eram conhecidos pelos 400 entrevistados, obteve-se espontaneamente (sem estimulação), o seguinte resultado:

Sindiluta = 61%; Nenhum = 33%; Boletins do Sindicato = 4.3%; Folhetos Camp. Salarial = 2.3%; Cartazes = 2.3%; Adesivos = 1.3%; e Folhinha = 0.8%.

compreendendo desde a busca do material na Sede Central do Sindicato,²⁴ até a presença em panfletagens na porta das empresas. No final da cadeia da circulação do material existe ainda um papel fundamental, onde os trabalhadores mais conscientes fazem o trabalho de "aquecimento", auxiliam na compreensão do material no interior da fábrica, e na observação permanente dos efeitos e/ou de reações à leitura dos boletins.²⁵

Ainda, quanto à distribuição, é necessário considerar que o serviço de entrega tem um processo muito rotineiro: inicia-se através da entrega noturna pelo denominado "correio noturno", que é somado ainda com serviço complementar das sub-sedes regionais, no intuito de fazer chegar às por-

²⁴ Durante o período de 1983-85 era muito frequente a busca direta do Sindiluta por parte dos ativistas e militantes para distribuí-los nos locais de trabalho. Contudo, o Departamento de Imprensa considerava, desde o início, que aquele conjunto de ativistas não estava ainda suficientemente organizado para fazer chegar os Boletins a todas as fábricas prioritárias. Decidiu então, em caráter provisório, negociar com algumas empresas a colocação do Sindiluta nas dependências internas ou nas proximidades das portarias. Posteriormente, aquela prática de distribuição, mais participativa, foi cedendo lugar ao funcionamento mais profissionalizado e rotineiro de distribuição. Hoje, apenas nas sub-sedes regionais persistem ainda um pouco daquela antiga prática.

²⁵ Conforme experiência do Sindicato dos Bancários de São Paulo e incorporada pelo STIQFSP, o número ideal de boletins a serem entregues regularmente é de 1/3 do total de trabalhadores de cada unidade fabril. Esta prática, além de, obviamente, mais econômica é mais educativa: propicia a troca de impressões, comentários entre os trabalhadores da fábrica. É mais interessante o intercâmbio de opiniões sobre determinadas matérias que a simples leitura individual feita por cada trabalhador.

Numa pesquisa feita no ano de 1990 em que foram entrevistados 400 trabalhadores, diante da pergunta de como utilizavam o Sindiluta, 69% afirmaram que tinham o hábito de comentar o Sindiluta com os companheiros.

tas das principais fábricas durante a madrugada. A cadeia de distribuição regular executa um serviço de entrega impessoal - mera colocação na portaria ²⁶ ou nas "Caixinhas do Sindiluta" afixadas nas imediações das entradas das empresas. Contudo, não se pode deixar de lembrar aqui, a forma de distribuição personalizada e mais política, a panfletagem: atividade fundamental e diária dos diretores e alguns militantes que a fazem, muitas vezes, acompanhados de aparelhagem de som, faixas, painéis e telões.

QUINTA PARTE: A POLITICA DOS CRITERIOS

Conforme os critérios de prioridade traçados pela diretoria do Sindicato, o Jornal é enviado aos trabalhadores de 121 empresas, atingindo fábricas onde se concentram mais da metade de toda a categoria.²⁷

²⁶ As formas de distribuição final tem, por vez, novidades variando a forma de entrega do material conforme o nível de relacionamento entre Sindicato e a empresa. Existe além da entrega pessoal do Boletim, a entrega na portaria (dependência interna da fábrica); a utilização da "Caixinha do Sindiluta" (instrumento criado e mantido pelo Sindicato); havia a colocação em alguns bares próximos e frequentados pelos trabalhadores; e, finalmente, existe ainda a utilização dos "ganchos de ferro", tão em voga na época da ditadura militar. Agora eles ainda existem quando a repressão interna transpassa os muros da fábrica para alcançar as ruas. Há casos, não raros, da utilização desse recurso durante meses a fio.

²⁷ Há 57 600 trabalhadores distribuídos em 1 296 empresas. Porém, em 120 dessas empresas, às quais são endereçados os Boletins Diários, encontram-se 31 340 trabalhadores, isto

A definição das prioridades, por sua vez, ora enfatiza os aspectos gerais e coletivos, ora atende mais às particularidades regionais ou mesmo características do trabalho de alguns diretores. Muitas vezes os critérios mais elaborados e com objetivo expresso de servir de guia e instrumento dedicado ao trabalho subjetivo (como o da conscientização política) podem acabar por se submeter à própria subjetividade, ou melhor a determinadas subjetividades, marcadas pela intencionalidade e pelo voluntarismo. É o que poderíamos chamar de perversão da finalidade sobre os meios: o laço serve tão bem ao boi que acaba por enlaçar o tão dedicado cavaleiro.

Em contrapartida, a mera opção pelos critérios ditos "objetivos", associados à valorização dos fatores de maior exterioridade não são, por si, suficientes, máxime em se tratando de trabalho eminentemente dedicado à esfera da subjetividade.

Há que se considerar a necessidade de ter clareza sobre quais elementos objetivos e/ou subjetivos são verdadeiramente pertinentes e/ou fundamentais. Assim, os critérios como: 1) concentração operária ou por unidade fabril ou pela densidade geográfica (muitas fábricas adjacentes) ou; 2) o da importância ou estratégia socio-econômica de determinada

é 54,4% de todo conjunto da categoria. Esta proporção não tem sido muito alterada de 1985 até 1990. Naquele ano o Sindiluta cobria 110 empresas, nas quais havia um número de 30 640 trabalhadores.

empresa no parque industrial - são mais facilmente identificados e demonstráveis pelos assessores e diretores sindicais e mais compreensíveis pelo conjunto pois, são tirados de uma realidade socio-econômica dada. Contudo, os critérios baseados nos fatos mais subjetivos, como os decorrentes da política de atuação tem sido os mais delicados e difíceis para o entendimento conjunto.

De fato, em se tratando de trabalho inicial, implantação de atividade em setor novo e pouco conhecido, aqueles critérios são, geralmente, os únicos à mão que permitem, a priori, apontar perspectivas. Os elementos mais significativos, da subjetividade, na maior parte das vezes só se manifestam mesmo durante o processo de desenvolvimento do trabalho.

Os hábitos, crenças, expectativas, conflitos vivenciados individualmente, as experiências acumuladas coletivamente e coisas desta ordem, constituem, sem dúvida, o rol dos elementos mais preciosos quando detectados e decifrados no trabalho de formação política. Eles trazem, entre outras coisas, conteúdos para avaliação do trabalho que está sendo desenvolvido e fornecem parâmetro para continuidade e desdobramento do trabalho de educação política.

Quando se olha para o mapa da distribuição dos Boletins do Sindicato observa-se que obedece diferentes critérios:

alguns visíveis e compreensíveis e outros que só o são na medida em que são consideradas as particularidades sociais, históricas e políticas da categoria, do setor, ramo de atividade, região etc.

A prioridade de distribuição do Sindiluta tem como principal critério o da concentração operária por unidade fabril ^{2º} e, em segundo lugar, o da maior densidade operária aglomerada sub-regionalmente - incluindo aí fábricas de diversos tamanhos, porém todas muito próximas uma das outras.

Gostaria de descrever agora como se dá a execução desse segundo critério e deixar para desenvolver o principal critério, o da concentração operária, mais à frente.

Decorrente do critério de distribuição do Sindiluta em locais onde a geografia industrial apresenta forte densidade fabril, muitas empresas de tamanho médio, e mesmo pequeno, recebem diariamente o Boletim veiculado pelo Sindicato.

^{2º} Concentração operária e não simplesmente de trabalhadores pois o setor eleito na escala de prioridade é relativa ao "setor de produção secundário" (conforme a designação de COLIN CLARK) e não ao setor terciário. Aliás, este último é bastante numeroso na região metropolitana de São Paulo. Estes setor compreende escritórios de representação comercial (poucos trabalhadores por unidade) e, centro de serviços administrativos (com maior número de empregados) das empresas que atuam no país. A concentração geográfica deste setor dá-se preferencialmente na região central da cidade e no Centro Empresarial, localizado na Zona Sul da Capital. Dos 214 unidades administrativas 22 (10%) estão na região leste, 26 (12%) na sul e 166 (78%) no centro e oeste da cidade. (STIQFSP - Perfil da Indústria Química, maio de 1988, p. 9)

Regiões como a Zona Sul e Oeste da Capital, onde existe a maior concentração industrial, são, naturalmente, os locais onde mais ocorre a distribuição inter-categoria. Na Zona Oeste, no "corredor da Vila Leopoldina" por exemplo, muitos metalúrgicos que passam pelas proximidades de duas fábricas químicas aí sediadas, desenvolveram o hábito de pegar, diariamente, o Sindiluta de dentro das caixas afixadas nos postes mais próximos à entrada das fábricas. Fenômeno semelhante se dá, nesta mesma região, no "corredor do Jaguaré" e Jaguará. Na Zona Sul, isto ocorre no final da avenida Nações Unidas, na sub-região em torno da rua Verbo Divino e em vários outros locais.²⁷

Há uma definição política herdada desde o período do Movimento de Oposição Sindical (1979 a 1982), quando era significativo o inter-relacionamento horizontal (de diferentes categorias profissionais e até com relação aos Movimentos Populares). Posteriormente, enquanto direção sindical, esta postura, com característica menos corporativa e mais classista, não arrefeceu. E essa tendência tem seus motivos históricos.

²⁷ Em consequência dessa distribuição do Boletim em locais de grande concentração de trabalhadores, muitas vezes acontece atingir operários da categoria de fábricas que não recebem o jornal. Durante o período de 1983 a 1986, chegaram cartas com denúncias para serem divulgadas no Sindiluta provenientes de 63 fábricas para as quais não era distribuído o Boletim.

A compartimentação da classe operária através da divisão em categorias conforme a implantação legal da Estrutura Sindical, corporativa, legada desde os anos de 1937 e 1939, deixou, indubitavelmente, tradição no seio da classe operária mas, também, muita contradição. Contradição que ora aflora mais, ora menos, conforme a conjuntura. E que deixa revelar seu caráter de artificialidade mais em alguns setores que em outros. Quanto a isso, a Carta Sindical do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêutica de São Paulo é talvez a melhor amostra de tal façanha - agregando mais de 20 diferentes ramos produtivos. ³⁰

³⁰ A Lei do Enquadramento Sindical abarca sob a designação de uma mesma associação sindical os setores de atividade dos seguintes ramos profissionais:

- 01 - Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais;
- 02 - Indústrias de Produtos Farmacêuticos;
- 03 - Indústrias de Produtos de Preparação de Oleos Vegetais e Animais;
- 04 - Indústrias de Perfumarias e Artigos de Toucador;
- 05 - Indústrias de Resinas Sintéticas e Colas;
- 06 - Indústrias de Sabão, Velas e Produtos de Limpeza;
- 07 - Indústrias de Fabricação de Alcool;
- 08 - Indústrias de Explosivos;
- 09 - Indústrias de Tintas e Vernizes;
- 10 - Indústrias de Fósforos;
- 11 - Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas;
- 12 - Indústrias de Defensivos Agrícolas (Formicidas e Inseticidas etc.);
- 13 - Indústrias de Tinturarias e Estamparias;
- 14 - Indústrias de Destilação e Refino de Petróleo;
- 15 - Indústrias de Matérias Primas para Inseticidas e Fertilizantes;
- 16 - Indústrias de Petroquímicas;
- 17 - Indústrias de Lápis, Canetas e Material de Escritório;
- 18 - Indústrias de Defensivos Animais (Produtos Veterinários);
- 19 - Indústrias de Alcalis;
- 20 - Indústrias de Materiais Plásticos (inclusive Prod. Laminados Plásticos);
- 21 - Indústrias de Abrasivos;
- 22 - Indústrias de Re-refino de Oleos Minerais (Lubrif. usados ou contaminados).

Diante desse quadro, saltam ao olhos duas coisas: o artifício que representa a Estrutura Sindical e o quanto limitadora é sua demarcação corporativa. Aliás, a própria massa trabalhadora parece sensível a esses limites da definição de categoria. Por exemplo, numa pesquisa realizada em 1986 apenas 11% afirmavam que a Campanha Salarial daquele ano deveria ser restrita à categoria, contra 82% que escolheram a ação conjunta com outras categorias.³¹ Esta mesma proporção tem-se manifestado em um determinado momento do Curso de Formação Sindical, por onde passaram 600 trabalhadores. No início do encontro, os trabalhadores faziam uma listagem de "problemas mais sentidos no local de trabalho" para, depois, afixá-los, classificando cada um dos itens escritos em 4 colunas distintas que eram encabeçadas com os seguintes títulos: a) "problemas relativos à seção"; b) "problemas relativos à fábrica" c) problemas relativos à categoria"; d) "problemas relativos à classe".

Estas empresas não têm a mesma Data Base e, como se isso não bastasse, existe ainda a incorporação de setores compreendidos em outras categorias sindicais como, por exemplo, os trabalhadores nas indústrias de materiais plásticos de municípios da região sudoeste da Grande São Paulo: Taboão da Serra, Embú e Embú-Guaçu. Deve-se observar que existe o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Plásticos desde 1951, em São Paulo. Fenômeno (ou melhor, epifenômeno) semelhante ocorre com relação ao tintureiros, estapadores.

³¹ Na pesquisa com 1065 operários feita em abril de 1986, diante da pergunta de como deveria ser a Campanha Salarial daquele ano teve: 7% sem resposta, 11% como campanha exclusiva da categoria e 82% como campanha conjunta com outras categorias.

Diante disso, não é muito difícil compreender o conflito, que aqueles ditames ideológicos e legais da estrutura corporativa geram quando se pretende realizar um trabalho de política sindical, com alguma profundidade, voltada para o conjunto da categoria e integrada ao conjunto da classe.³²

E a partir desse patamar que se pode compreender as razões de ter sido a partir daí, do STIQFSP, que se lançou a Campanha Salarial Unificada - C.S.U. (originada em 1985).³³

³² Da década de 50 até o ano de 1964 (período que podemos cromatizar como "vermelho" - devido à presença do PC) e o período, subsequente, de 1965 até 1982 (período herdado da pós-intervenção, "azul" e dirigido por uma diretoria legalista e tradicional), os diretores do Sindicato optaram, por motivos diferentes, por uma mesma política de representação sindical: trabalhar com quase exclusividade para uma fábrica determinada. Assim, de 1952 até o ano de 1982 pode-se constatar uma média aritmética em que 50% da ocupação dos postos de diretores executivos serem sempre de uma mesma fábrica. A leitura do Livro das Atas de Posse do período mostram que essa proporcionalidade foi assim distribuída: em 1952 essa relação, foi de 1/7; 1954: 3/6; 1956: 5/7; 1958: 4/7; 1962: 3/7; 1965: 2/7; 1967: 4/7; 1979: 4/7; 1973: 5/7; 1976: 4/7; 1979: 2/7.

Aliás, toda a história da diretoria do Sindicato teve essa prática de representação marcadamente corporativista, de trabalhar para um número reduzido de fábricas sobre as quais estabeleciam suas representações sindicais e apoio político. Desde o início (quando recebeu o nome atual, conforme o decreto lei de 1939 e lei do enquadramento de 1941), tiveram assento na diretoria executiva apenas representantes de 23 fábricas diferentes. Na primeira fase, que caracterizamos de "período amarelo" devido à forte influência da política governista (através de representação permanente oficial e/ou oficiosa do Ministério do Trabalho) havia uma hiper-representação de 4 fábricas: Indús. Gessy-Lever, Degussa S/A (ex Labofarma), Elekeiroz S/A e Laboratório Paulista de Biologia. Dois representantes das duas últimas empresas, Reynaldo dos Santos (sócio no. 5) e Luiz Gonzaga Jr. (sócio no. 132), fizeram-se presentes de 1939 ao meado de 1950. Depois do "período vermelho" (1956-64), tiveram retorno garantido pela intervenção militar de 64.

³³ Não se pode esquecer das experiências históricas de campanhas sindicais e classistas. Contudo, a mais recente, parece ter ocorrido em 1963, na denominada Greve dos 700 mil,

Explica-se também a razoável continuidade de interação com outras categorias sindicais (incluindo nisso a Secretaria de Comunicação)³⁴ e o processo, em curso, de unificação efetiva com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Materiais Plásticos de São Paulo, separado legalmente em 1955.³⁵

Estes traços de política mais classista (ou pelo menos mais panorâmica) devem ser compreendidos, antes de tudo, como fruto da implantação de um projeto de trabalho para uma categoria que muito pouco tem de categoria. Pois, no geral, mais parece existir um "aglomerado de trabalhadores" de diferentes ramos e setores onde propriamente inexistente uma identificação enquanto categoria.

em São Paulo, ocasião em que 14 categorias profissionais, com datas-bases diferente, buscavam negociação coletiva e horizontal em flagrante desafio ao artigo 857 da Legislação Trabalhista que regulamenta a forma de negociação vertical e separada conforme as datas-bases. ERICKSON, Kenneth Paul, *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1969, p. 181 e NEVES, Lucília de Almeida, *CGT no Brasil 1961-1964*, Vega, Belo Horizonte, 1981, pp. 131-132.

³⁴ De forma mais particular, deve se relacionar ainda o empenho na organização de dezenas de movimentos de oposições sindicais e a dedicação efetiva na construção da CUT como: na constituição dos Departamentos; na organização da CUT Regional de São Paulo e; na realização do Suplemento Informativo Semanal da CUT - Estadual de São Paulo. O Boletim era produzido no Sindicato e o *Sindiluta* não saía às sextas-feiras - em seu lugar, durante todo o ano de 1985, circulava aquele jornal para toda a categoria.

³⁵ O desmembramento do trabalhadores do ramo plástico e laminados foi engendrada pela corrente governistas. Ainda, na segunda metade da década de 50, aquela articulação sindical vai tentar fazer o mesmo com o setor farmacêutico. Vai, por fim, tramar a destituição do presidente, Adelço de Almeida ("Neguinho do Carvão"). Mas, em tempo, as duas últimas tentativas foram debeladas graças à reorganização sindical do período.

Diante disso, pode-se dizer que o Sindiluta, na qualidade de boletim unificado, desempenha, até certo ponto, um papel de identificação da categoria. Porém, é oportuno considerar aqui que buscar a superação do "corporativismo de fábrica" e de determinados setores não implica que, necessariamente, vá substituí-lo pelo outro, o da categoria.

SEXTA PARTE - QUALIDADE E NUMERO

Vimos acima que, devido ao critério da concentração operária, o Sindiluta, ao ser endereçado para 121 empresas, permite, em tese, atingir mais da metade da categoria. O complemento dessa afirmativa é o fato de que o Boletim vai para os trabalhadores das fábricas cuja média é de 260 trabalhadores para cada unidade fabril e não vai para as restantes, que têm um índice de 22 trabalhadores por fábrica. Entretanto, não se trata aqui de uma questão meramente quantitativa. Os indicadores de quantidade quando concentrados por unidade fabril e/ou por sub-região, ou relacionados com modernidade da fábrica parecem, que, pelo menos potencialmente, manifestam qualidades diferentes. E quando o fator quantitativo se apresenta intimamente relacionado ao qualitativo.

Esta relação de intimidade se dá quando são comparadas as proporções numéricas dos seguintes indicadores: a - número de trabalhadores por fábrica; b - índice de sindicalização por empresa;³⁶ c - percentagem de votos que a diretoria obteve na apuração e; d - taxa de participação por fábrica da frequência aos cursos de formação.

Nas eleições de 1982 - quando concorreram as seguintes chapas: número um, azul, representando a situação, que vinha se perpetuando na diretoria desde 1965 (período posterior à intervenção sindical); e a número dois, verde, representando a oposição sindical - observamos que a oposição garantiu sua vitória nas urnas que colhiam votos das fábricas maiores e mais modernas enquanto que a situação tinha a maior percentagem de seus votos nas mesas coletoras dos aposentados e em urnas que colhiam votos em fábricas caracterizadas como pequenas, tradicionais e localizadas na região central e/ou mais antigas da Capital.³⁷

Nas eleições seguintes, em 1985, quando a chapa da nova diretoria vencia mais uma vez os velhos diretores, com uma

³⁶ Nas empresas onde não têm trabalhadores sindicalizados o coeficiente médio da quantidade de trabalhadores por empresas é de 30 enquanto que nas que têm algum associado a média sobe para 116 por unidade fabril.

³⁷ No resultado final das 19 urnas apuradas, em setembro de 1982, os números foram os seguintes: a chapa 1 somou 2457 votos, obtendo maioria apenas em 4 urnas: nas duas fixas, de aposentados) e nas de no. 10 e 17 que percorreram as regiões mais centrais da Capital. A oposição, chapa 2, obteve seus 3686 votos com percentagem maior de votação nas urnas de números 2, 3, 5, 9, 11 e 14 que colhiam votos em fábricas de mais de 1 000 trabalhadores.

média percentual de 74% dos votos colhidos, podemos observar que foi nas fábricas pequenas o seu pior desempenho eleitoral, enquanto que os votos colhidos nas empresas de tamanho médio e, especialmente, nas grandes (acima de 1000 trabalhadores), garantiram o melhor perfil eleitoral da chapa vencedora. Isto é, foram os votos advindos das fábricas maiores que elevaram o índice percentual da Chapa 1 - tanto em termos absolutos (massa de votos), quanto em termos relativos (número de votos/número de votantes).³⁰

Fazendo um cruzamento da votação relacionando-a quanto à origem do capital das empresas (o que pode servir de indicio quanto ao grau de competitividade e até da modernidade ou não da Relação Industrial), é possível comparar a votação em apenas 22 empresas de tamanho médio (de 100 a 500 trabalhadores). Pode-se observar, na leitura daqueles números, que os trabalhadores nas empresas cujo capital é de origem externa (ou majoritariamente externa) apresentam uma

³⁰ Na análise das Atas de apuração das eleições de 1985, foi possível isolar 4593 votos (a metade dos votos colhidos das 246 fábricas por onde passaram as urnas coletoras) correspondente a 90 fábricas. Graças ao fato de as mesas coletoras serem munidas de uma urna para cada dia do pleito, os números aferidos têm uma razoável margem de segurança (somente não se pôde eliminar os residuais, relativos à coleta da "repescagem" do último dia de votação). Obteve-se assim o seguinte quadro:

- em 4 fábricas com mais de 1 000 trabalhadores a chapa 1 obteve 88%; a chapa 2, 10.7% e os brancos e nulos, 1.3% ;
- em 9 fábricas de 500 a 1 000 trabalhadores a chapa 1 obteve 73.5% contra 23.2% e 3.3%;
- em 25 fábricas de 100 a 500 trabalhadores a chapa 1 obteve 74.9% contra 22.2 e 2.9%;
- em 52 fábricas com um número menor que 100 trabalhadores a chapa 1 obteve 57.4 contra 36.3 e 6.3 de brancos e nulos.

taxa de sindicalização maior.³⁹ Além disso, votaram acima da média geral na chapa da nova diretoria e fizeram bem menos dos votos brancos ou nulos (quase metade) que os trabalhadores das empresas nacionais.⁴⁰

O fato de o Boletim Diário investir prioritariamente em locais de grande concentração operária permite atingir, como vimos acima, mais da metade da categoria. Em decorrência daquele critério, pode se dizer que há um investimento junto aos trabalhadores nas empresas de médio e grande porte, em setores mais estratégicos da economia, mais modernos e de maior competitividade no mercado.

Se fizermos um quadro equacionando a percentagem da distribuição por fábrica e relacionarmos estas em função dos seguintes fatores: ramo de produção industrial, densidade operária, origem do capital e índice de sindicalização; constatamos os seguintes pontos:

³⁹ Na classificação das empresas estrangeiras, foi utilizado o Guia Interinvest: Brasil e o Capital Internacional, Jean BERNET, Rio de Janeiro, Interinvest, 1983.

⁴⁰ A percentagem dos votos nas empresas de capital externo com 100 a 500 trabalhadores foi a seguinte: chapa 1 obteve 78% contra 19.4% da chapa 2 e, 2.4% de brancos e nulo. Enquanto que nas empresas nacionais a chapa 1 obteve 68.8% contra 26.8% da chapa 2 e, 4.4% de branco e nulos.

Em seis empresas, onde houve votação em 1985, que cerraram suas portas antes de terminar a década e com uma média aproximada de 100 por fábrica, a taxa média de votação para a chapa 1 foi uma das mais baixa: 55% contra 43 e 2% de nulos e brancos.

a - Há uma proximidade numérica, poderíamos dizer "coerência", entre o grau de investimento da imprensa com relação: 1) à taxa de concentração média de trabalhadores por empresa; 2) à percentagem de sócio do total de trabalhadores e; 3) ao índice de presença de capital externo nos ramos de número dois (indústrias farmacêuticas), número cinco (indústrias de resinas sintéticas e colas), número nove (indústrias de tintas e vernizes) e, número dezessete (indústrias de lápis, canetas e materiais de escritório).

b - Não ocorre aquela mesma simetria, "coerência" com relação aos ramos de número vinte (indústrias de materiais plásticos) e de número treze (tinturarias e estamparias). Nestes dois ramos industriais, de fato, há uma discrepância entre o nível de investimento (comparativamente alto) e a baixa concentração por unidade fabril.⁴¹ Esta desproporção seria ainda maior se se considerar que, nestes dois setores, é insignificante a presença de capital de origem externa. No ramo das tinturarias e estamparias (de capital exclusivamente nacional) existe, contudo, uma taxa de sindicalização bastante elevada, mais de 55% em média. Além disso, trata-se de uma área que vem sendo disputada juridicamente, há anos, pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo. Atividade, aliás, promovida

⁴¹ O Sindiluta é endereçado diariamente para 32% das pequenas empresas do ramo plástico que ainda existem na categoria e, para 38% das tinturarias e estamparias.

e arquitetada pelos interesses econômicos e políticos do sindicato patronal no ramo.

De maneira geral, pode-se concluir que, fora algumas particularidades, existe realmente uma política de comunicação do Sindicato que busca conscientizar a massa trabalhadora, ou melhor, operária das empresas pertencentes aos setores mais dinâmicos da categoria. Talvez seja fruto dessa política que, a partir da segunda metade dessa década, o STIQFSP seja um dos poucos que exibe uma taxa de sindicalização mais alta entre as empresas maiores da Capital.⁴²

⁴² Num quadro dos índices de sindicalização nos maiores estabelecimentos da cidade de São Paulo vemos que nos químicos, nos plásticos e nos vidreiros os números percentuais das grandes empresas são maiores que média:

categoria	índice de sindicalização nas maiores empresas	índice geral
bancários	31%	42%
textéis	18%	26%
coureiros	12%	25%
padeiros	9%	14%
calçateiros	28%	33%
marceneiros	30%	32%
metalúrgicos	29%	30%
frios	16%	16%
químicos	28%	25%
plásticos	26%	22%
vidreiros	39%	33%

Fonte: Bancos de Dados dos Sindicatos conforme levantamento feito em 1987 por BDITO, A. in *O Sindicalismo de Estado no Brasil*; mimeo, tese de doutoramento, FLCH-USP, 1989, p.257.

SETIMA PARTE: INDICADORES PARA AVALIAÇÃO

Dentre várias pesquisas feitas junto aos trabalhadores da categoria houve algumas avaliações que merecem ser aqui relacionadas de forma a se ter uma idéia geral do trabalho produzido pela imprensa do Sindicato. Já em 1983, o jornalista do Sindicato apresentou alguns exemplares do Sindiluta para dezenas de trabalhadores da categoria que estavam reunidos na Sede Central. Solicitou que cada um classificasse os exemplares conforme critério de agradabilidade e compreensão da mensagem. Nesta ocasião, pôde-se perceber, dentre outras coisas, que os recortes extraídos da Grande Imprensa (uma prática inspirada no *Jornal dos Jornais* e muito frequente até então no *Boletim do Sindicato*) eram pouco lidos devido à dificuldade de inteligência por parte dos trabalhadores.⁴³ Mais tarde, em princípio de 1986 foi feita uma

⁴³ No dia 17 de junho de 1983, exatamente quando se tirava o no. 50, foi realizada a 1a. avaliação do Sindiluta com os operários da categoria. Foram chamados à Sede através de nota no próprio *Boletim Diário* e por cartas enviadas para os 75 participantes do 1o. Curso de Formação Sindical. Compareceram 37 pessoas (29 homens e 8 mulheres) provenientes de 15 diferentes fábricas. Dentre eles, dois eram analfabetos (para os quais os companheiros leram alguns artigos), 19 tinham apenas curso primário, 13 com nível ginásial, 3 com nível colegial e nenhum com nível superior. As respostas dos questionários demonstraram que o Sindiluta era lido e sempre provocava alguma discussão, mas nem sempre o conteúdo era entendido. Isso apareceu no questionário e ficou claro também nas discussões que se seguiram: assuntos publicados, linguagem, apresentação gráfica e participação. Graças àquela pesquisa, o Dpto. de Imprensa realizou as seguintes

pesquisa com os operários das fábricas prioritárias com o objetivo de avaliar o trabalho sindical da gestão anterior e reorientar o triênio seguinte. Foram entrevistados 705 trabalhadores onde 88% responderam afirmativamente diante da pergunta "se liam ou não o Sindiluta" enquanto, apenas 10% disseram "não". Dentre estes 10%, quase todos alegaram, apontando como principal motivo, que o jornal não chegava ao local de trabalho. Por fim, apenas 2% não responderam.

Nesta mesma entrevista, diante da pergunta do que achavam do Sindiluta, 48% apontaram a alternativa "bom", 6% a alternativa "regular", 2% a "ruim" e 44% de abstenção (justificando-a: ou pelo fato de não conhecer, ou não saber opinar). Fazendo, "a posteriori" uma classificação dos motivos esboçados nas folhas das entrevistas, pode-se perceber que o tema referente a realidade da fábrica recebeu cinco vezes mais indicação de "bom" que as notícias da realidade política em geral. Isto, aliás, permite presumir que o Sindiluta seja muito mais lido quando saem notícias de fábrica e que poucos tenham o hábito de lê-lo por inteiro.

Quando se fez um cruzamento entre os "leitores do Sindiluta" com relação à sindicalização observou-se que dentre os 58% que afirmavam gostar de ler o Sindiluta havia uma

alterações: a) simplificar a linguagem, eliminado o emprego de palavras que não eram do repertório dos trabalhadores, a não ser que estivessem acompanhadas de uma explicação; b) ter mais critério na reprodução de matérias de jornais da grande imprensa e; c) tornar o Boletim mais agradável, mais leve, e utilizar de charges e ilustrações diariamente.

percentagem, paradoxalmente alta, de 47%, que afirmavam não querer ficar sócio do Sindicato. Esta discrepância numérica estava sugerindo que: uma coisa significa ler o Sindiluta, gostar dele, querer que ele seja cada vez mais constante e acessível e que; uma outra coisa é (na ótica deles) estabelecer uma relação de identidade com o Sindicato e/ou com a diretoria, por exemplo.

Em uma outra avaliação posterior, para a qual foi contratado os serviços de uma empresa especializada neste gênero de pesquisa,⁴⁴ pode-se ver confirmado alguns dos pontos acima descritos. Foram colhidos quatrocentos formulários de pesquisa que apontaram o seguinte: a) 39% dos leitores não liam o Boletim por inteiro; b) as matérias e assuntos que os entrevistados mais tinham marcado eram os relativos à realidade da fábrica (segurança no trabalho, salário, informações sobre outras empresas); c) 74% classificaram como "ótimo" ou "bom" o Sindiluta contra 19% de "regulares", 4% de "ruim" e 3% de "péssimo". Entretanto, quando se perguntou da disponibilidade de colaborar com a imprensa do Sindicato, quando se buscou saber da imagem que se tinha do Sindicato a partir do Sindiluta e, mesmo, do interesse em sindicalizar-se, verificou-se a persistência daquela disparidade.⁴⁵

⁴⁴ KOTSCHO ATENDIMENTO E CONTATO - Perfil da Categoria, São Paulo, 1990.

⁴⁵ Tendo como base os 318 entrevistados que conheciam o Boletim responderam:

a) quanto ao jeito que é escrito - bem fácil de entender, 87.1%; mais ou menos fácil, 10.1%; pouco difícil, 2.2% e muito complicado, 0.6%;

O fato de os leitores do Sindiluta não associá-los ao Sindicato poderia fazer supor que uma boa parte deles estivessem identificando-o a outra coisa. Talvez estivesse sendo associado a jornal de grupo de trabalhadores, a CUT, ao PT, por exemplo?

Contudo, esta hipótese faria sentido se os resultados fossem apenas das pesquisas realizadas nos anos de 1983 a 1985, período em que o Sindiluta era novo e trazia algumas características marcantes de jornalismo operário: o verso do Boletim (a partir do número 162) era composto de cartas dos trabalhadores, recados dos próprios leitores, convites de eventos culturais e sócio-recreativos que eles mesmos promoviam etc. Durante aqueles anos, a metade do jornal era constituída regularmente pela "seção de cartas", "seção porta de fábrica" quando não promoviam concursos de cartas-respostas sobre determinados temas (por exemplo nos números: 302 e 701), poesias, cordel etc. Porém, a partir de 1986, o Sindiluta enfatiza mais e mais as características de boletim sindical: órgão de comunicação da entidade ou da direção sindical. Não é verdade que aquela característica tenha desaparecido por completo, mas ficara muito reduzida, res-

b) 94% afirmaram "não" diante da pergunta se reduziria a frequência do Boletim e;

c) no entanto, quando se perguntou da disponibilidade dos leitores de participar, em algum nível, da produção do Boletim houve - 85% de "não", 14% de "sim" e 1% n/s.

tringindo-se quase que exclusivamente, ao espaço reservado aos personagens do cartum e dos quadrinhos.

Como a avaliação compreende resultados de pesquisa de final de 1990 com uma categoria cuja rotatividade que chega a u'a média de 1/3 por ano, parece, a priori, ser muito difícil ocorrer que os entrevistados estivessem imaginando outra coisas do Sindiluta.

Além daquela não associação do Boletim com a Entidade ou mesmo com a direção sindical, queria chamar a atenção para o fato de 86% dos leitores do Sindiluta apontarem as reportagens da fábrica como a preferencial dentre as demais e, que muitos só o lêem quando sai matéria e recado relativo à fábrica onde trabalha. Aliás, esse interesse restritivo ao particular, ao local onde trabalha, chega ao ponto de "atomizar" a visão do operário à seção onde trabalha apenas. Esse fenômeno é notório nos cursos de formação sindical (assunto a ser tratado no próximo capítulo), no momento em que é solicitado dos participantes que desenhem a fábrica ou quando é pedido para que eles façam a listagem e a classificação dos problemas relacionados ao trabalho.

Acredito que esse mecanismo "atomizante" ao nível do interesse e que identifica, ao nível da consciência, apenas o concreto-particular permite esclarecer o que acima foi designado de "dissociação" dos elementos: boletim-sindicato,

gostar-participar. Aliás, esse mesmo processo de compartimentação subjetiva é reproduzida, salvando a proporção, nos relacionamentos entre: questão salarial-questão política, política sindical-política em geral.

Esta questão remete à outros temas mais gerais no tocante ao papel e a função da atividade sindical: o sindicato deve ser órgão de "representação da categoria" ou, "direção efetiva" da classe? Qual deve ser a inter-relação sindicato-partido?

O fato de se constatar existência, ou melhor, manifestação daqueles mecanismos culturais e ideológicos que fazem ver a realidade apenas naquilo que é concreto-particular, que promovem a restrição do olhar e do desejo estão, de fato, circunscrevendo o desenvolvimento de potencialidades. Estão, em última instância, prevenindo-se da existência de possibilidades como, por exemplo, da vontade de poder.

Por fim, vale a pena observar que dentro da própria trajetória do Boletim do Sindicato encontram-se experiências bastante ricas apontando algumas perspectivas que permitem elucidar formas de tratamento das limitações atrás apresentadas.

Nos textos da imprensa, chamam a atenção algumas das tentativas de trabalhar as notícias e matérias em sequência

sobre temas determinados como, por exemplo, imposto sindical, lucro das empresas, eleições presidenciais. Estas matérias eram bastante didáticas, combinavam os desenhos gráficos com personagens que ilustravam o conteúdo dos textos. Nos quadrinhos, por exemplo, caricaturas de funcionários envolvidos nas denúncias e situações de conflito em algumas fábricas ao lado de personagens da vida pública do país representa uma tentativa muito rica no sentido de estabelecer o nexo do particular com o coletivo, relacionar o específico com o geral. Esta é, aliás, uma maneira muito interessante de tratar a "atomização" da vida fabril.⁴⁶

A utilização de cartuns e o emprego constante do quadrinismo, permitem que os personagens possam representar, através das sequências, situações muito presente no cotidiano dos trabalhadores. Os encadeamentos dos fatos e situações, permitem criar liames entre realidades "naturalmente" dissociadas na ótica do leitor. Contudo, para que isso aconteça, é preciso que o personagem "entre" na vida do trabalhador, participando, retratando "intimamente" as realidades experimentada no local de trabalho. Além disso, os quadrinhos, pelo fato de serem histórias em sequência, promovem o desenvolvimento de continuidade acima da compartimentação natural de cada exemplar.

⁴⁶ Por exemplo, Sindiluta dos números: 313-316, 357-384, 409-411, 487-490.

O Sindiluta sempre teve ilustrações.⁴⁷ Desde o primeiro número já aparece o "Chico Acido". Este personagem, conforme o nome sugere, era um operário da indústria química, porém não era qualquer um, era o que gostaríamos que fosse o operário - alguém em franco processo de conscientização. Ele era sócio do Sindicato que, ora perguntava, ora orientava a categoria mandando recados. Houve até um período (1983 e 1984) em que criou-se o hábito de chamar os ativistas da base com este nome. Mais tarde, foi criada a "Maria dos Remédios" (com alguns traços de ideologia feminista) para contemplar, de forma particular, o setor farmacêutico e cosmético, onde se encontra o maior contingente feminino da categoria. No entanto, este novo personagem, não era muito diferente de seu parceiro, o "Chico Acido". Ambos os símbolos tinham características de "pequenos heróis" para a massa operária - gostava de suas façanhas, "tiradas" e de sua "firmeza" - como ocorria com o "João Ferrador" dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Posteriormente, estes personagens foram substituídos por outros como: "Chilique", "Meia Noite", "Natureza" e "Mimi". Os dois últimos tem características parecidas com os personagens anteriores. A "Mini" começou a frequentar o Sindiluta desde 1986 e é antítipo da "Maria dos Remédios". O "Natureza" conforme sugere o nome, é a própria crítica em pessoa das condições que afetam a saúde do trabalhador. En-

⁴⁷ Ver em anexo.

tretanto, os personagens de nome "Chilique", e "Meia Noite", que estão presentes nos quadrinhos do Sindiluta desde agosto de 1986, diferentemente dos demais personagens, são antipodas dos anteriores - são anti-heróis por excelência. Ambos foram criados para sensibilizar os trabalhadores de dois problemas que afligem o cotidiano dos trabalhadores: a hora extra e o medo. "Chilique" é, antes de tudo, um fóbico - vive tremendo de medo e está sempre à beira de um ataque de nervos. Sua insegurança acaba com sua vida afetiva. A submissão ao chefe, o pavor de perder o emprego deixam-no sempre perturbado. O "Meia Noite" é a figura que, pelo fato de "adorar" o prolongamento da jornada de trabalho fica absolutamente sem tempo para mais nada: sua esposa, seus filhos, seus amigos, seus desejos e fantasias ficam sem nenhuma dedicação. Vivendo assim, tanto o "Chilique", quanto o "Meia Noite", relacionam-se muito mal com os demais companheiros de fábrica - não colaboram com ninguém, não contribuem para nada que seja de interesse coletivo. Aliás, fogem justamente das coisas que poderiam melhorar a vida de cada um deles.

A pesquisa de 1990 apontou, na ordem de preferência dos leitores, em primeiro lugar: "Chilique" com 25.3% e; em segundo lugar: "Meia Noite" com 22.8% . Contudo, observando a ordem de preferência conforme a função desempenhada pelos entrevistados, constata-se que "Mimi" é a eleita com 21% dentre os que desempenham alguma função de chefia, enquanto

que dentre os operacionais a escolha recai sobre o "Meia Noite" com 26% e "chilique", logo abaixo, com 24.5%. ⁴⁸

Primeiramente, gostaria de comentar o fato de que o segmento que ocupa função de chefia apresenta, conforme a amostra daquela pesquisa, um perfil muito singular. Com relação ao esporte, por exemplo, os chefes são os que mais assistem competições esportivas na televisão, são os que mais lêem Gazeta Esportiva e, em contrapartida, são os que menos praticam esta atividade em relação aos demais segmentos. Eles são os que menos vão ao cinema e, quando entrevistados sobre quais filmes mais se recordam, apontam em primeiro lugar (bem acima dos demais segmentos), o gênero aventura e em segundo lugar, o gênero infantil. Isto faz perguntar se porventura o gosto pela "Mimi" não é senão alimento para suas fantasias, "aventuras"? Um diletantismo a mais ou uma representação fruto da dicotomia entre o real e o imaginário de cada um deles? Eles não estariam preferindo a "Mimi" justamente por ela conter a virtude de redimir ao nível da fantasia o que lhes falta na vida real de cada dia?

Todavia, com relação aos demais segmentos (o administrativo e o operacional) pode-se acreditar que a simpatia manifestada aos personagens: "Meia Noite" e "Chilique" seja

⁴⁸ Dentre os personagens dos quadrinhos o "Meia Noite" consegue ser um símbolo que pode com mais facilidade ser incorporado na expressão do cotidiano dos trabalhadores. Em diversos encontros da categoria pôde-se ouvir a expressão "Meia Noite" sendo utilizada ora com tom jocoso e provocativo, ora como crítico referindo-se ao "fazedor de extras".

pelo fato de que os trabalhadores estabeleçam algum nexo de identificação com eles. Possivelmente, estas figuras tenham, até certo ponto, conseguido penetrar na esfera daquela "realidade-imediata", que acima foi denominada de "concreto-particular", referindo-se ao cotidiano vivenciado pelos trabalhadores.

TERCEIRO CAPITULO

SABER E PODER: Uma Trajetória em Três Tempos

PRIMEIRA PARTE - CONSCIENTIZAÇÃO E CONHECIMENTO

Durante o "período oposicionista" e o início da primeira gestão, as atividades educativas estavam voltadas a responder às necessidades imediatas de capacitar o próprio núcleo responsável pela condução do movimento. Investir na formação era indispensável. Não era só pela carência de respostas aos desafios conjunturais (internos e externos), mas principalmente para que cada um dos novos dirigentes pudesse cumprir o papel de presidente da entidade: pelo funcionamento da "diretoria colegiada" (não presidencialista), todo diretor deveria estar habilitado - na sua área de atuação e conforme as circunstâncias - ao cumprimento daquela função.

No início da década de 80, as manifestações de descontentamento com relação à política ditatorial do governo e à recessão econômica configuravam um período de ascenso dos movimentos sociais. A mobilização popular e sindical - a

partir dos grandes centros urbanos (notadamente da Grande São Paulo) estendia-se por todo o país - encarnava novas aspirações e projetava novas perspectivas sociais para o sindicalismo brasileiro. Naquele contexto propício à politização, com expressiva afluência de trabalhadores às suas entidades de classe, havia, "naturalmente", uma constante demanda de informações relacionadas às questões políticas.¹

Era, portanto, indispensável instruir-se sobre leis trabalhistas, aprender a lidar com a administração e funcionamento da entidade, melhorar a comunicação escrita e oral e conhecer rudimentos de economia e política.

Os primeiros trabalhos de formação eram atividades dos serviços de assessoria prestados pelas entidades - Centro de Assessoria: Pesquisa e Publicações Sindicais (CAPPS) e 13 de Maio Núcleo de Educação Popular - durante o "período opcionista" e início da primeira gestão.² Assim, coube ao GEB-Grupo de Educação Popular do URPLAN/PUC-SP a especialidade de executar, de forma regular, as primeiras atividades educativas.

¹ - Deve-se acrescentar que, além do quadro conjuntural, no caso do STIQFSP havia ainda a expectativa depositada pela categoria na eleição de nova diretoria.

² - Durante o período "pré-sindical" houve o rompimento com o serviço prestado pelo Centro de Assessoria, Pesquisa e Documentação (CAPPS): em seguida, o 13 de Maio-NEP ocupou aquela função.

Nos anos de 1983 e 1984 o GEP-Grupo de Educação Popular passou a

"desenvolver o programa de formação sindical junto com os sindicatos dos Bancários e dos Químicos em São Paulo. Realizamos 21 cursos: dez ocorreram no Sindicato dos Bancários, até a cassação da diretoria em fins de julho de 1983. Passaram pelos cursos 250 trabalhadores das indústrias químico-farmacêuticas de São Paulo e 233 bancários.

Sua duração média foi de 12 a 15 horas, funcionando com dois coordenadores (um técnico e um dirigente sindical). Foram realizados durante os fins de semana, em locais distantes do centro da cidade e da rotina diária. Apesar das dificuldades em se conseguir locais disponíveis e adequados para tais atividades, a experiência demonstrou que esse aspecto é muito importante. Nessas condições, o trabalhador pode afastar-se mais facilmente de suas preocupações cotidianas e, conseqüentemente, refletir melhor sobre a realidade vivida. Isso, também, propicia um clima de maior disponibilidade e uma maior aproximação entre as pessoas da categoria, pois na programação dos cursos também há preocupação com as atividades de convivência e lazer."³

³ - GEB-Grupo de Educação Popular do URPLAN/PUC-SP - Práticas Alternativas de Educação no Meio Sindical, pp. 11-18 in Proposta n.º 30: Formação Sindical em Debate; Rio de Janeiro,

A estruturação do programa educativo baseava-se no princípio metodológico de que trabalhadores, dirigentes e coordenadores (técnicos e/ou assessores) eram "ao mesmo tempo ensinantes e aprendizes". Antes da realização dos encontros, fazia-se uma pesquisa ou contatos informativos sobre o perfil dos participantes e dos assuntos que os trabalhadores mais gostariam de conhecer. As atividades propriamente educativas iniciavam-se com utilização de técnicas de aquecimento grupal.

"Após uma breve apresentação dos participantes e do curso, era necessário desenvolver algumas atividades que favoreçam a descontração e o entrosamento entre os presentes".

Seguia-se a isso, a fase de "reflexão coletiva":

"1) partir da realidade e dos conhecimentos dos participantes; 2) aprofundar a análise e questionamento da realidade e 3) retornar à realidade e/ou problemas iniciais, discutindo formas de ação coletivas e organizadas."⁴

ro, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE, 1986.

⁴ - Idem et ibidem, p. 14.

Este mesmo grupo (responsável pelas atividades de formação no STIOFSP e no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo) vinha, há bastante tempo, utilizando da mesma metodologia de trabalho no Sindicato dos Trabs. nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo. Todavia, não se encontram documentos que avaliem satisfatoriamente os resultados que aquele trabalho tinha produzido em termos de continuidade e desdobramento prático de seus participantes. As avaliações, quando existem, são muito genéricas:

"Esses são resultados gerais, visto que é difícil quantificar e perceber o grau de envolvimento de cada participante nas atividades sindicais a partir de sua passagem pelos cursos"⁵

Nas partes avaliativas da tese de doutoramento: *Educação em Sindicato* de Silvia Maria Manfredi (UNICAMP, FE); há indicadores quantitativos do perfil da clientela participante e depoimentos individuais ("pesquisa de opinião") do que achavam dos cursos realizados no Sind. dos Metalúrgicos de São Paulo - não existindo, portanto, um balanço de resultados relacionados às "atitudes participantes", à prática sindical posterior.

⁵ - idem et ibidem, p. 18.

Conforme o perfil dos frequentadores, apresentado pela autora, a maioria era constituída por trabalhadores qualificados e semi-qualificados: o que permite pressumir que o índice de evasão da categoria fosse relativamente pequeno.⁶ Além disso, deve-se levar em conta ainda, o período de duração do trabalho educativo naquela entidade e, principalmente, as metas declaradas: de "retorno à realidade" e através das "formas de ações coletivas e organizadas"⁷. Ora, é de se estranhar a carência avaliativa dos resultados daquele projeto, justamente, onde os "resultados" políticos converteram-se em "política de resultados". A bandeira inspirada na - matriz ideológica - da "business unions" foi posterior. Porém, o alicerce (predecessor de seu hasteamento) remonta justamente ao início dos anos oitenta!

Durante a campanha eleitoral de 1981, entre os metalúrgicos, surgiu o grupo denominado "Décio Malho" - "falange" de ativistas ligados aos diretores da entidade - cuja presença se notabilizou pela dispolitização de suas ações combinadas com uma prática muito agressiva, própria do gangsterismo. Esse fenômeno foi um saldo político decorrente ou subproduto das atividades educativas daquela época? Ou,

⁶ - Fazendo a caracterização dos frequentadores dos cursos, a autora diz: 'Com relação ao nível de qualificação predominaram (e ainda predominam) os trabalhadores vinculados à produção, qualificados e semi-qualificados.'
MANFREDI, Sílvia M.- Educação em Sindicato (Quem Disse que a Gente não Sabe); tese de doutoramento em Sociologia, Dpto. de Ciência Sociais da Fac. Fil. Letras e C. Humanas da USP, São Paulo, mimeo,, 1983, p. 250.

⁷ - Opus cit. p. 14.

ainda, de seus equívocos, se quisermos uma avaliação tolerante? Tudo indica que sim.

Isso leva a duvidar ou pôr em questão uma proposta de educação política dentro de um sindicato como atividade "independente" ou à parte ("tecnicamente neutra") da conduta política levada pela diretoria.

A autora do estudo recusa discutir a questão desse relacionamento: sindicato-diretoria-categoria.

"Neste trabalho não nos propomos a fazer uma análise da correlação de forças entre os grupo de interesse que atuaram (ou atuam) no interior do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e muito menos, a compreender como essa correlação se expressa, quando se busca desvendar a relação sindicato-diretoria e a categoria."^e

Os cursos tinham como objetivo promover o envolvimento de seus frequentadores nas atividades sindicais. Porém, que atividades eram essas? Pelas entrevistas não se percebe qualquer distinção conceitual entre "sindicato" e "diretoria": a participatividade sindical tinha uma conotação homogênea. Aliás, até pela ótica na qual eram abordadas as instâncias organizativas, não se diferenciava o "locus" político de base com relação à diretoria. Assim (e conforme a

^e - Idem et ibidem p. 240.

orientação dada nos cursos), o que poderia representar porta de saída era de entrada para a mesma dependência.

"Quanto às relações sindicato-fábrica, norma explícita (que é apresentada nos cursos) revela que, em termos organizatórios deve-se instituir representações sindicais nas empresas através da luta pela legitimação e legalização do delegado sindical." (...) "A partir de 1979-1980, a representação por intermédio de delegados foi substituída, pela proposição de organização de comissões de fábrica.

Essas comissões foram entendidas como núcleo de militantes mais ativos e sindicalizados, organizadas para gravitar em torno dos militantes e diretores de base. Essas comissões são esboçadas a partir de uma estratégia de ampliação das bases de influência da diretoria do sindicato e, no sentido de: a) enraizar o sindicato nas fábricas e b) ampliar os canais de comunicação entre base-diretoria." *

A centralização era a arma de controle institucional sobre tudo que pudesse parecer como mais espontâneo. Contudo, não era só isso. O quadro era marcado por um ascenso do movimento sindical e pelo fortalecimento dos oposicionistas constituindo estes uma verdadeira direção alternativa,

* - Idem et ibidem p 236.

graças ao trabalho de politização nas lutas (como por ex. nas greves de 1978 e 79), eleições de inúmeras comissões de fábrica, trabalho informativo promovido pelos boletins operários e sindicais. Nessas circunstâncias, os diretores situacionistas passaram a investir nas suas comissões sindicais de base com o nome de "comissões de fábrica".

Para a manutenção do aparelho e o continuismo da diretoria era preciso fazer retoques no estilo de atuação junto àquela "máquina institucional". Dentre as diversas coisas que passaram a promover uma nova imagem da diretoria citam-se: a contratação de assessorias, mudança no "lay-out" e matérias do jornal "O Metalúrgico", realocação dos diretores por região (com infraestrutura e assessoria), tornando-os mais próximos das portas de fábrica.

Agora, competia aos cursos o exercício de treinar os diretores.

"Até 1979, os cursos eram tão somente desenvolvidos pelo DEC e pelo técnico de educação. A partir desse ano, fez-se um trabalho de treinamento de dirigentes (da própria diretoria - os diretores de base) para que estes assumissem junto com os técnicos em educação (cujo quadro também foi ampliado) a monitoria dos cursos de capacitação sindical."¹⁰

¹⁰ - Idem et ibidem pp. 243-244.

Deve-se enfatizar ainda que o próprio procedimento metodológico criava condições propícias à sua utilização política por parte da diretoria. Primeiramente, a pesquisa e o processo de levantamento da realidade (objetiva e subjetiva), que precediam e iniciavam os encontros, constituíam um painel muito especial de informações. O mapeamento das questões essenciais, que serviam no processo de desenvolvimento da consciência, podia, muito bem, servir para que alguns dirigentes o utilizasse com objetivos mais pragmáticos que os educativos. Por ventura, o conhecimento não é uma boa arma de dominação?

Além disso, na etapa final dos encontros, "de retorno à realidade", eram os próprios diretores que realizavam o fechamento dos trabalhos - amarrando as conclusões e direcionando os encaminhamentos. Não estavam eles catalizando todo o clima (de "descontração, agradabilidades, entrosamento coletivo") e, chamando para si mesmos a responsabilidade na solução daqueles problemas e angústias suscitados pelo conjunto de trabalhadores presentes nos encontros?

Enfim, é de se supor que, visualizando justamente isso - a suscetibilidade daquela metodologia e as potencialidades de aproveitamento político - pudesse haver quem imaginasse que: aqueles que foram capazes de preparar os "Décios Malhos" poderiam também servir na constituição de um grupo

de militantes aguerridos que "descessem o malho" nos "verdadeiros inimigos de classe".

De fato, da realização daquele projeto educativo, o STIQFSP constituiu um coletivo de militantes, denominado "Fundo de Greve" que atuava em conjunto com os diretores, no início da nova gestão sindical.

Contudo, para que se efetivasse um trabalho educativo mais voltado às particularidades da luta sindical, foi preciso que se rompesse com aquela prática anterior e constituísse um grupo de assessoria permanente na própria entidade. Graças a isso, puderam ser incorporadas experiências anteriores, sintetizadas algumas propostas originárias de outras entidades subsidiando o desdobramento de novos e mais adequados projetos educativos.¹¹

SEGUNDA PARTE - CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHOS ESPECÍFICOS.

Entende-se aqui como curso específico as atividades de formação de: mulheres, saúde, inscritos para o atendimento assistencial, aposentados e legislação trabalhista. Apenas

¹¹ - Das experiências que contribuíram para o desenvolvimento dos projetos posteriores destacam-se as dos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André e de Campinas.

os três primeiros faziam parte da programação regular - os dois últimos eram eventuais.

1 - *Atividades Específicas com as Operárias.*

Desde a fundação até o final dos anos setenta, apenas durante os anos de 1958-1960 encontra-se um trabalho significativo junto ao segmento feminino da categoria. Aliás, esta atividade foi obra da única mulher que chegou a fazer parte da diretoria executiva, durante aquele período, no STIQFSP.¹² De resto, não se tem notícia de trabalho específico que estivesse além do gênero de atividade como: desfiles e escolha de Rainha ou Miss Química.

A nova direção que assumia em 1982, como vimos, demarcava - com seu projeto e conduta política - uma posição profundamente diferente daqueles tradicionais pelegos. Pode-se dizer que uma das coisas que mais expressava aquela diferença era o trabalho com as mulheres da categoria. Aliás, durante o "período oposicionista" era este o nódulo desencadeador de represália por parte da diretoria situacionista.¹³ Decorrente disso, quando o chapa oposicionista assumiu a di-

¹² - Conf. Livro de Atas de Posses e Livros de Atas das Assembleias Gerais, Extraordinárias e Ordinárias.

Do que se pode saber, perto de quinhentas trabalhadoras participavam do Grupo Feminino de São Miguel Paulista.

¹³ - A primeira eclosão do conflito contra o grupo de oposição deu-se durante o II Congresso da Mulher Trabalhadora na Indústria Química e Farmacêutica de São Paulo, em setembro de 1979.

reção da entidade pôde, pela primeira vez, contar com um número expressivo de mulheres ocupando as funções de diretoras no Sindicato.

A Comissão de Mulheres, composta por militantes e diretoras, passou a enfrentar sérias divergências no interior da nova diretoria. Além do "natural" e esperado preconceito sexual (declarado ou não) de vários diretores, havia forte resistência de se levar adiante um trabalho específico com esse segmento.

A prioridades dos trabalhos, na época, eram bastante centralizadas pela diretoria e, aí, dominava a concepção de que trabalhar a questão das mulheres era, simplesmente, incluí-las nas lutas gerais: havia uma generalizada aversão à especificidade. Desta forma, não havia outra saída senão alcançar o específico através do geral. Isto é, as mulheres da categoria passaram a participar de forma constante dos encontros feministas, congressos e debates. Restava agora desenvolver o trabalho sobre a situação da mulher trabalhadora, operária. Nisso, a Comissão de Mulheres representou um instrumento adequado para levar adiante o que era geral para a diretoria porém específico para as mulheres.

A partir disso, a Comissão de Mulheres, em consonância com assessoria da Secretaria de Formação e Organização, nos últimos anos, além dos encontros e reuniões específicas,

pôde incluir em todas as atividades de formação temas relacionados à questão da mulher trabalhadora. No curso, denominado de "Intermediário", que será visto adiante, havia sempre, paralelamente, uma discussão sobre a "saúde da mulher" para as acompanhantes dos operários que frequentavam o Sítio de Arujá.¹⁴

2 - Curso de Saúde no Trabalho e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes-CIPAs.

A realização destas atividades requeria integração dos educadores com os profissionais da área de medicina e segurança no trabalho. No STIQFSP isso se dava pela programação conjunta da Secretaria de Formação e Organização com a Secretaria de Saúde.¹⁵

Os encontros de Saúde eram constituídos, basicamente, pelos cipeiros em exercício e por operários em período de eleição da nova CIPA. Contava-se, ainda, com a presença de trabalhadores vinculados a empresas em que as condições de saúde eram as mais críticas em termos de insalubridade,

¹⁴ - Local adquirido pela Sindicato, em 1988, com dedicação exclusiva às atividades educacionais.

¹⁵ - A rigor, a efetivação de um programa de saúde ocupacional - por compreender a segurança, higiene do ambiente fabril e a saúde de quem trabalha - envolveria, ainda, serviços multiprofissionais de: médico do trabalho, engenheiro de segurança, ergonomista, toxicologista e psicólogo.

ocorrência de doenças profissionais, alto nível de periculosidade e acidentes.

Considerando especialmente os problemas relacionados ao espaço físico-químico e ao processo de manipulação dos produtos, há um quadro bastante generalizado de insalubridade e periculosidade na categoria dos trabalhadores das indústrias químicas e farmacêuticas.

Existe uma gama de fatores que, objetivamente, são causadores de doenças profissionais: instalações, máquinas, instrumentos inadequados, e presença de produtos tóxicos (químicos e biológicos) ainda não catalogados pela legislação no rol dos agentes nocivos.

Entretanto, é no nível da consciência dos operários e de seus representantes nas entidades de classe que existe uma falta de clareza política no enfrentamento às doenças profissionais. É bastante frequente ver operários e sindicalistas satisfazerem-se com medidas paliativas: como por exemplo, pelas conquistas dos adicionais de insalubridade e periculosidade.¹⁴

¹⁴ - As campanhas promovidas pela CUT, pelos seus Departamentos e Sindicatos alertando os trabalhadores que operam com determinados produtos (como, por exemplo: a Campanha sobre os riscos na utilização dos benzeno) combinadas com a "bandeira de luta": "Saúde não se vende!" tem representado uma iniciativa bastante adequada de conscientização na área de saúde operária.

As precárias condições de saúde e higiene vêm associadas ao atraso cultural e ideológico. A ignorância, o medo (como por exemplo: do desemprego e da miséria) configuram um quadro de exploração que incorpora inclusive as angústias e as neuroses provocadas. O livro "Travail: Usure Mental", de Christophe Dejours, ao abordar a questão da "ideologia ocupacional defensiva" caracteriza uma situação bastante próxima dos operários brasileiros: onde o medo do desemprego, da marginalidade e do sofrimento aparece associado a uma postura de "resistência massiva em falar da doença e do sofrimento. Quando está doente tenta esconder dos outros, de sua família e dos vizinhos". Há um sentido coletivo de vergonha. "Massivamente emerge uma verdadeira concepção da doença própria do meio. concepção dominada pela acusação. De alguma maneira, toda doença seria voluntária: 'Se está doente, é por fingimento'. 'Quando se sente julgado pelos outros'.¹⁷

A temática relacionada à educação no trabalho requer, portanto, um desenvolvimento bem mais amplo do que está se propondo tratar aqui. Assim, falar do trabalho educativo nesta área compreende um programa de conscientização permanente, de massa e ações mobilizadoras através de: campanhas, lutas específicas e atividades constantes de orientações técnicas e políticas.

¹⁷ - DEJOURS, Christophe; Travail: Usure Mentale (Essay de psychopathologie du Travail); Paris, Editions du Centurion, 1980, pp. 25-26.

Assim, referindo-nos às atividades de formação, no sentido mais estrito da palavra, estamos nos reportando aos encontros de cipeiros e funcionários em empresas onde a situação eram mais crítica.

Articular lutas por melhores condições de trabalho e desenvolver práticas de atuação mais política junto às CIPAS era o objetivo principal dos cursos. A metodologia empregada no trabalho buscava, antes de tudo, promover a integração dos cipeiros de diferentes unidades fabris sensibilizando-os diante da importância organizativa em defesa da saúde.

A programação regularmente se iniciava com uma análise coletiva dos cartazes mais comumente utilizados pela empresa nas campanhas internas ou nas Semanas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SEPAT). Fazer uma leitura crítica dos conteúdos veiculados pelas ilustrações permitia desvelar as intencionalidades de culpabilizar o próprio trabalhador pelos incidentes ou de remediar a questão. Isto é, ao abordar o acidente como "ato inseguro" responsabiliza sobremaneira o sujeito que trabalha - como se a origem do problema estivesse, por exemplo, na negligência do operador. E, os propósitos paliativos ou de meias-soluções ocorrem, com muita frequência, pela indicação sistemática do uso dos Equipamentos

de Proteção Individual (EPI) - como se todas as soluções possíveis estivessem exclusivamente nisso. ¹⁶

Em prosseguimento, discutiam-se as causas dos acidentes de trabalho, as características das práticas de atuação nas CIPAS (usando como tipologia os exemplos das "burocráticas" ou das "combativas"), analisava-se a relação de interdependência do processo de trabalho e a saúde; disseminava-se informação a respeito da utilização das normas legais (seus limites e potencialidades). ¹⁷ Por fim, havia exercícios de capacitação dos cipeiros pela utilização da técnica de dramatização, simulando uma negociação a partir de um acidente de trabalho ocorrido recentemente na categoria.

Os eventos tinham normalmente a duração de um dia, mas ocasionalmente, estendiam-se por dois períodos. Ai, à programação eram acrescentados os seguintes pontos: a) abordagem da saúde no trabalho relacionada às condições de vida - transporte, habitação, tarefas familiares, horas extras e salário. b) a distinção entre "ato inseguro" (que responsabiliza sempre o sujeito da ação, o trabalhador) e "condições

¹⁶ - Na utilização dos EPI devem ser considerados, também, seus efeitos colaterais e maléficos: criação de novos perigos, idéia falsa de segurança e desconforto; principalmente quando se leva em conta a qualidade dos equipamentos nacionais. A. Wisner enumera ainda a incompatibilidade na realização das tarefas e os problemas originados pela sua utilização prolongada. WISNER, Alain - Por Dentro do Trabalho (Ergonomia: Método & Técnica); São Paulo, FTD/Oboré, 1987; pp. 92-94.

¹⁷ - Por exemplo, conhecer a Norma Regulamentadora da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR-5).

inseguras", montagem da denominada "Árvore de Causas" a partir da análise coletiva do relato de um acidente de trabalho e, finalmente; c) a questão do Estado e a saúde da população - previdência e assistência pública e privada.

A formulação dos cursos de saúde requer uma abordagem integrada à atuação das CIPAs, pois elas ocupam um lugar central na área de saúde do trabalhador. Em primeiro lugar, porque prevista em lei (desde a década de quarenta), contempla as fábricas com mais de cinquenta trabalhadores. Considerando ainda o elevado índice de acidente de trabalho no Brasil (entre os maiores do mundo)²⁰ as CIPAs têm a virtude potencial de constituírem instrumentos muito especiais na defesa da saúde. No entanto, até hoje têm cumprido precariamente suas finalidades mais específicas.

²⁰ - A partir de 1975 - ano em que o Brasil foi considerado Campeão Mundial em Acidentes de Trabalho - foram providenciados mecanismos mascaradores dos números oficiais: fazendo cair sensivelmente as notificações dos sinistros. Dentre as causas do sub-registro, vale a pena lembrar da lei 6 367 de 19/10/76 que (ao responsabilizar as empresas pela indenização dos acidentados nos primeiros 15 dias após a ocorrência do acidente) abre brechas para que a notificação possa não se registrada oficialmente. Especialmente quando quinze dias forem suficientes para contornar o problema.

Contudo, os acidentes fatais (mais difíceis de serem mascarados) continuaram a crescer: em 1975 houve 3.133 acidentes fatais, em 1982 houve 4.496 e, em 1986 houve 4.578. Esse crescimento é indício do crescimento dos casos sem óbitos.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - Manual de Legislação Atlas ; 20a. edição, São Paulo, Ed. Atlas, 1991, pp. 46-50. Ver também artigo: "5 355 trabalhadores morreram em acidentes de trabalho no país em 1990" in *Notícias Populares* de 11 de març. de 1992. *Revista Projeção* no. 9, Porto Alegre, MPF Publicações Ltda., 1989, pp. 20-23.

A prática do formalismo e a burocratização são alguns dos hábitos mais constantes da política patronal de responder aos requisitos legais escamoteando sua finalidade. A realização de simulacro eleitoral (garantindo, com isso, que sejam cipeiros apenas os trabalhadores indicados pela empresa), confecção de atas fictícias das reuniões periódicas (e obrigatórias), cooptação e até suborno de seus componentes são alguns dos exemplos de práticas corriqueiras na minipulação do papel e funcionamento das CIPAs.²¹

Neste sentido, informar sobre os atributos e recursos regimentais de seu funcionamento e conscientizar da importância da utilização da CIPA requer um programa de acompanhamento permanente de atividades educativas na área de saúde.

Consideremos que o funcionamento da comissão é paritário (uma metade dos integrantes são eleitos, representando os trabalhadores e, a outra metade, representando a empresa) e, que os cipeiros escolhidos pelos trabalhadores têm estabilidade temporária no emprego. As CIPAs podem desempenhar funções mais amplas como, por exemplo aquelas relativas às tarefas organizativas por local de trabalho. Assim, além de suas funções específicas, possuem ainda potencialidade de

²¹ - Estão sendo referidos alguns dos mecanismos, que pelo menos na aparência, não infringem formalmente a regulamentação. Não se considerou, contudo, as práticas menos dissimuladas da política de controle e de enfrentamento, promovido pelas empresas, diante da existência de CIPAs ou cipeiros combativos.

desenvolver, efetivamente, trabalhos mais abrangentes em defesa da classe trabalhadora. Pois, afinal, a melhor maneira de se combater os acidentes é preveni-los. Para isso, há de se abordar as pré-condições de suas ocorrências, o que implica conhecer as instalações e as atividades pertencentes ao espaço fabril - seções, produtos, formas de manipulação - e realizar reuniões periódicas ampliando a comunicação e relacionamento com os demais companheiros de trabalho.

3 - Encontros Relacionados às Atividades Assistenciais

a) Atividade com os Aposentados

A imagem que os aposentados têm da entidade de classe é, antes de tudo, fruto de uma trajetória sedimentada durante meio século de existência do STIQFSP. Como vimos, excluído o período mais recente (a partir de 1982) e os sete anos que precederam ao Golpe Militar de 64, não se encontra nessa entidade quase nada que possa servir de referência em termos de política sindical combativa.

A tradição assistencialista testemunha a eficiente implantação da estrutura corporativa no sindicalismo brasileiro. Em muitos casos, parece não existir grande diferença

entre uma repartição pública, um posto de atendimento do INAMPS e o Sindicato.²²

Diante dessa situação, uma abordagem histórica do movimento sindical e operário constitui recurso pedagógico bastante adequado no intuito de resgatar o papel político e histórico da organização trabalhista.

Projeção de filmes e audio-visuais que documentem o passado e depoimentos de pessoas que vivenciaram algumas das lutas políticas passadas têm servido como instrumental adequado na presentificação daquelas experiências (contemporaneas àqueles participantes) proporcionado debates que, por sua vez, acabam por se reportar ao presente pela discussão sobre o assistencialismo, papel atual do sindicato, reivindicações dos aposentados referentes aos seus recebimentos, previdência social etc.

b) Encontro Mensal dos Trabalhadores em Atendimento do Serviço Assistencial.

Durante o processo de redução do atendimento assistencial, houve resistências por parte de alguns setores. O en-

²² - Por exemplo, entre os metalúrgicos da capital paulista, enquanto aproximadamente 2 500 trabalhadores passavam diariamente pelos serviços assistenciais do "maior sindicato da América Latina", o número de presença nas assembléias decisivas de 1981 a 1984 não alcançava aquele montante. Conf. GIANNOTTI, Vito; *O Que Estrutura Sindical*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 19.

trave maior ocorreu na região leste - onde havia maior tradição e, conseqüentemente, maior demanda da prática assistencialista.

Conforme vimos no início do primeiro capítulo, a política de enfrentamento contra o domínio "patrimonialista", em São Miguel Paulista, exigiu do Sindicato uma certa obrigatoriedade de substituir parte daquele assistencialismo pertencente, até 1957, à política da "benevolência" empresarial. Fez parte daquela reestruturação sindical a aprovação, em 1959, do Regulamento da Assistência Social, Médica, Hospitalar, Dentária, Maternal e Jurídica.

Hoje, das cinco unidades de atendimento, apenas as três mais antigas (Sede central, Sub-sede da região sul e Sub-sede da região leste) possuem serviços de assistência médico-odontológica. Nas unidades que foram criadas depois de 1982 não se implantou este serviço.

Contudo, uma única Sub-sede realiza a metade de todos os serviços assistenciais da Entidade. Por exemplo, 10.4% do total de associados da Zona Leste utilizaram o atendimento odontológico no ano de 1990. Em compensação, a percentagem na Zona Sul correspondia a 1.6% e a da Centro/Oeste não passava de 2.9%. E, principalmente, o volume da demanda dos associados (da ativa e aposentados) pertencentes a Cia. Nitroquímica que mais eleva a média da primeira região citada.

Aí, o número de atendimento chega a 40% do quadro associativo.

Devido às dificuldades legais e políticas para restringir, ainda mais, os recursos assistenciais, em 1986, foi posta em prática a reestruturação na forma dos encaminhamento da clientela do serviço assistencial. Fixava-se, alternadamente, um período de espera com um período intensivo de atendimento. Com isso, dezenas de pessoas passavam mensalmente por uma seção coletiva. E, nesta oportunidade, difundiam-se rudimentos de saúde preventiva e discutiam-se assuntos relativos à função política do Sindicato.

c) - Cursos de Legislação Trabalhista

Durante os períodos ditatoriais e de intervencionismo, tão constante na história do sindicalismo brasileiro,²³ um "Curso de Legislação Trabalhista" servia, muitas vezes, para acobertar diversos gêneros de educação política junto à classe operária. Mas, a partir do início da década de oitenta o termo recuperou, paulatinamente, sua acepção mais restrita.

²³ - Entre 1964 a 1979 houve 1206 intervenções sindicais. FREITAS JR., A. R. - *Sindicato: Domesticação e Ruptura (Um Estudo da Representação no Direito Brasileiro)*; São Paulo, Departamento Editorial da D. A. B., p 103.

Conhecer as normas legais ²⁴ - quer pelas perspectivas que representam enquanto instrumentalização para defesa de direitos e de reivindicações, quer pela conscientização de seus limites - constitui elemento imprescindível na condução dos procedimentos políticos e no sentido de abalizar os propósitos justos, legítimos, nem sempre contemplados ou previstos em lei.

No último decênio, esta área de educação sindical ficou, quase exclusivamente, no cumprimento de funções subsidiárias do desenvolvimento da luta sindical: a formação jurídica constituía elemento integrado nos serviços de assessoria dos diretores e funcionários da entidade.

Quanto à qualidade do trabalho de orientação jurídica e ao encaminhamento dos processos, vale a pena observar a relação existente entre o número dos processos individuais e os coletivos. Assim, relacionando as ações jurídicas por região, obtemos o seguinte quadro:

Região	-	Proces. Ind.	-	Proces. Col.	-	Total
Leste	-	67%	-	33%	-	100%
Sul	-	53%	-	47%	-	100%
Centr/Dest	-	69%	-	31%	-	100%
Total	-	63%	-	37%	-	100%

²⁴ - Especialmente elementos da Consolidação das Leis do Trabalho e algumas cláusulas do Acordo do Dissídio Coletivo, combinando-os com exercícios da denominada "matemática sindical".

As reclamações trabalhistas individuais, encaminhadas pelo Departamento Jurídico, são proporcionalmente maiores na região leste e menores na sul. Contudo, levando-se em conta o número de trabalhadores envolvidos nos processos coletivos - nas ações em que o Sindicato se institui enquanto a entidade reclamante -, a quantidade é maior e a qualidade política do trabalho jurídico parece ser melhor. Nesse sentido, aquelas diferenças apontadas entre o serviço assistencial de saúde da região sul e a leste parece persistir, ainda que em menor escala, no assistencial jurídico.

d) Algumas Considerações a Respeitos dos Serviços Assistenciais.

Se os cursos específicos, acima relacionados, constituem atividades auxiliares do serviço assistencial, são insuficientes para enfrentar e reverter a prática assistencialista. Pois, este hábito representa a mais concreta expressão da maneira pela qual os trabalhadores vêem o sindicato. O assistencialismo não é apenas fruto da herança da política trabalhista de ontem, mas resultado da conduta e orientação desenvolvidas pela diretoria e funcionários no presente.

Mais do que o percentual do quadro associativo (muitas vezes utilizado como indicador avaliativo do resultado político), é a relação que se estabelece entre o processo de sindicalização e a forma de se utilizar dos serviços as-

sistenciais que pode revelar o grau de desenvolvimento político-ideológico da classe e indicar os frutos do trabalho sindical.

Utilizando, como exemplo, da relação dos serviços assistenciais de saúde observa-se que não existe diferença significativa por ramos de atividade. Mas existem variações quando se leva em conta a região (como vimos atrás), o tamanho da empresa e a relação de proximidade entre a empresa e o local de atendimento.

Tamando a região sul, onde o fator "tradição assistencial" é menor, observa-se que a procura é maior nas fábricas menores. A proporcionalidade entre atendimento e o número de associados nas empresas com menos de 200 funcionários é de 17%. Nas maiores, como mais de 200 operários, o percentual cai para 5.7%. ²⁵

²⁵ - O número dos associados refere-se aos 49 estabelecimentos (27 menores e 22 maiores) que estavam relacionados no livro de atendimento do ano de 1990.

Quanto ao fator "proximidade" temos o seguinte quadro:

Região	-	Empresas próximas	-Atend./sócio destas empresas	
Leste	-	1 nac. grande	-	-
-	-	3 multi. grandes	-	53.0%
Centro	-	1 multi. grande	-	-
-	-	2 multi. médias	-	-
-	-	4 nac. médias	-	21.4%
Sul	-	4 multi. grandes	-	-
-	-	2 multi. médias	-	-
-	-	1 nac. média	-	8.9%

Considerando que a média proporcional da demanda corresponde a 16.4% dos sócios - das 195 empresas inscritas no serviço assistencial daquele ano - parece que o índice de atendimento é maior quando o fator "proximidade" combina-se com "tradição assistencial". O inverso se dá na região sul. Ai - onde as empresas são maiores, quase todas pertencentes ao setor mais dinâmico e com menor tradição assistencial -, o índice chega a ser menor que a média de todas as fábricas relacionadas ao atendimento médico-odontológico.

Fazendo uma rápida comparação com períodos anteriores observa-se que o número dos atendimentos era bem maior - caracterizando uma situação claramente assistencialista. O número dos sócios era menor, quase a metade do atual, enquanto que o dos atendimentos era bem mais elevado.²⁶ Tomando os

²⁶ - O número dos atendimentos odontológicos de 1971 era 15 vezes maior que em 1990. A proporcionalidade deste número com relação à categoria era ainda mais acentuada. O total da

anos de 1971 e 1981 como referência, observa-se que os índices das frequências assistenciais eram superiores a 40% do total dos associados.²⁷

Os motivos pelos quais os trabalhadores ficam sócios é, em certa medida, expressão da imagem que eles têm do Sindicato. Nesse sentido, uma pesquisa realizada em 1971 confirmava aquela prática assistencialista. A metade das respostas apontava o serviço assistencial como o principal motivo da sindicalização. "Dos sindicalizados, 50% é filiado pelas vantagens e assistências que o sindicato fornece. Segue-se 23,1% que visualiza o sindicato de uma forma que demonstra um melhor nível de conscientização..."²⁸

E interessante observar que em uma entrevista posterior, em 1990, 12% das respostas apontavam a assistência médica. A categoria de 1990 supera aquele período em 6.500 trabalhadores.

²⁷ - Comparando com a atualidade, seria como se fosse ampliada para as demais fábricas a situação em que se encontram as quatro fábricas mais próximas da Sub-sede de São Miguel Paulista.

Os dados foram obtidas pela leitura das seguintes fontes:

- STIQFSP/DIEESE - Caracterização, Situação e Férias do Trabalhador nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo; SP, mimeo, 1971.

- TROYANOS, A., opus cit. pp: 139, 144 e 153.

- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍM. FARM. DO EST. DE S. PAULO - Censo da Categoria (março de 1981), SP, 1981.

- STIQFSP - Atas de Ass. de Prestação de Contas de 1981, Relatório e Livro de Atendimento de 1990.

²⁸ - Pesquisa dirigida pelo DIEESE e aplicada pelo Sindicato. 430 entrevistas feitas em fábricas que tinham algum sócio. STIQFSP/DIEESE - Caracterização, Situação e Férias do Trabalhador nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo; SP, mimeo, 1971, p. 19.

dico-odontológica. O conjunto de motivos que obteve o maior índice de indicação referia-se à "informação/orientação e defesa de direito", com 32% das respostas. ²⁹

TERCEIRA PARTE - NIVEIS DIFERENCIADOS E PROGRESSIVOS

A realização de trabalhos educativos de forma regular e integrando a programação cotidiana das atividades sindicais é, ainda, uma coisa bastante rara de se ver nas agendas dos diretores e nos calendários das entidades.

No STIOFSP essa prática começa a existir, de fato, a partir do final da segunda gestão. Antes contratavam-se entidades especializadas e por tempo determinado. Depois promoviam-se cursos periódicos e eventuais, como acontece, normalmente com as campanhas (por ex: campanhas eleitorais, de sindicalização, salariais e de saúde).

²⁹ - Pesquisa sob responsabilidade de uma empresa especializada. 400 entrevistas em empresas que tinham algum assessorado. KOTSCHO - opus cit. p. 35.

Educar de forma regular com condições de acompanhar, até certo ponto, o desenvolvimento de seus participantes deu-se através da execução de dois projetos: o primeiro, no período de 1988 e início de 1989, o segundo, de 1990 a 1991.

A primeira proposta apenas diferenciava o denominado "nível massa 1" do "nível massa 2". Eram cursos realizados nas proximidades da capital com 1 e 2 dias de duração. O programa das atividades era constituído por um trabalho essencialmente informativo. Sua principal virtude estava, conforme seu próprio nome, na execução de um trabalho massivo. O número de frequências nas seções do primeiro nível era elevado: não era raro encontrar perto de uma centena de trabalhadores presentes.

Os conteúdos desenvolvidos abordavam os seguintes pontos: definição do conceito "sindicato"; o funcionamento do corporativismo; história do movimento operário nos últimos 10 anos; informação das atividades que estavam sendo realizadas pela Entidade e pela Central Única dos Trabalhadores-CUT (à qual o Sindicato é filiado).

Nos encontros do segundo nível fazia-se uma retrospectiva, com maior aprofundamento do que tinha sido exposto anteriormente. Eram apontadas as necessidades e perspectivas do trabalho organizativo.

A realização de cada um dos encontros carecia de maior regularidade: dava-se, ainda, conforme o que se considerava oportuno. Decorrente disso, sua execução ficava muito na dependência da iniciativa da diretoria e acessores da entidade, quase nada por conta da própria militância. A diferenciação, em apenas dois níveis, demonstrou-se insuficiente para um maior desenvolvimento de seus participantes: as atividades de formação ficavam muito aquém da capacitação necessária ao desdobramento do trabalho organizativo.

Foi a partir da avaliação destas e de outras experiências anteriores que se elaborou o segundo projeto. Programou-se, então, uma maior integração das atividades informativo-reflexivas com a prática organizativa.

Porém, alcançar as metas organizacionais requer um acompanhamento mais assíduo dos participantes e ampliação da estratégia de aprofundamento gradativo das atividades educativas. Isto é, um calendário de atividades que propiciasse uma sequência de encontros, de forma que frequentadores de um nível de atividade mais elementar pudessem, logo em seguida, ter oportunidade de complementar seu desenvolvimento participando de novos encontros.

Desta forma, foi criada uma sequência em três níveis, qualitativamente diferenciados, de encontros periódicos de

formação sindical e operária com os nomes de: "Casa Aberta", "Intermediário" e "Balão".

1 - *O primeiro encontro do programa de formação, a nível de massa, denominava-se: "Casa Aberta".*

A montagem desta atividade era resultado da síntese de dois projetos realizados, anteriormente, no Sindicato: dos cursos realizados na Praia Grande nos anos de 1985 e 1986 e das atividades de massa, mais recentes e acima descritas. Da última experiência herdou basicamente a proposta de iniciar sequência através de seções com um número grande de participantes. Da anterior, a idéia de se fazer um estudo coletivo a partir da "linguagem silenciosa" do meio circundante - leitura da distribuição arquitetônica, equipamentos e funcionalidade dos recursos materiais expostos.³⁰

A convocação dos participantes fazia-se através de cartas (enviadas aos novos sócios e aos que estavam utilizando de algum atendimento assistencial), convites feitos pelos diretores nas portas de fábricas ou pelos próprios companheiros que já haviam participado de encontros anteriores.

³⁰ - A arquitetura e os serviços de atendimento da clientela observados num simples percurso pela Rua do Sindicato, na Cidade Ocean, servia como um livro aberto no ensino do funcionamento da estrutura piramidal e do corporativismo.

Com um público relativamente numeroso e heterogêneo, a programação deveria ser muito dinâmica, rica em recursos didáticos e não muito longa: utilizava apenas a parte da manhã do fim de semana.

O "Casa Aberta" tinha a característica de promover a integração de trabalhadores provenientes de diversas unidades fabris na Sede Central da Entidade. A denominação, "Casa Aberta", era, antes de tudo, "sindicato aberto" onde se trabalhava algumas características marcantes do sindicalismo brasileiro e o funcionamento do STIQFSP.

A atividade iniciava-se com o emprego de técnicas de aquecimento grupal, apresentação dos participantes e exposição dialogada sobre a concepção de sindicalismo.

Nesta parte, era utilizada uma sequência de mais de uma dezena de grandes ilustrações afixadas em três conjuntos: representações do sindicato enquanto entidade legal; caricaturas de atitudes próprias das diretorias tradicionais o sindicalismo originário (anterior e de resistência à implantação do sistema corporativo) e o seu papel político atual enquanto sindicato em movimento - atuando fora e dentro da estrutura oficial.

Depois desta introdução geral, os trabalhadores eram convidados a fazer uma visita monitorada às dependências físicas da Sede em três estágios - correspondentes ao fun-

cionamento de três andares do prédio: no 2o. andar, o "sindicato assistencial" (serviços de atendimento médico-odontológico e jurídico); no 3o. andar, as formas de utilização "máquina sindical" para o desenvolvimento do sindicalismo desejado (imprensa, sindicalização, saúde no trabalho/CIPA, Banco de Dados, trabalho educativo e organização); no andar superior, abordava-se o papel da direção sindical, fazia-se um balanço avaliativo do encontro, convite para as próximas atividades e encerramento.

2 - As atividades de formação intermediária.

Nesta fase, os cursos eram gerais (constituídos por trabalhadores de diversas fábricas que tinham participado do estágio anterior) ou específicos (trabalhadores de grandes fábricas, por grupos econômicos e fábricas médias "aquecidas" - em processo de luta sobre questão de saúde, salário etc.).

O participante deste fase provinha portanto de fábricas de grande concentração operária, das empresas onde estava em curso alguma reivindicação coletiva ou, ainda, dos que tinham tomado a iniciativa de atender ao convite proferido no evento anterior. Assim, o número era menor, mas com nível de sensibilização política de superior qualidade.

Estes trabalhadores eram deslocados da sede e sub-sedes para fora da Capital (para o Sítio de Arujá), durante o período de um dia, para se analisar alguns dos elementos da organização e funcionamento do poder do capital e para se estudar as perspectivas de constituição do poder operário sob o lema: "saber é poder".

Se o estágio anterior era mais informativo e sindical, este era basicamente uma análise coletiva das condições materiais e traços ideológicos presentes, que determinam o domínio de poder e promovem a submissão.

A programação deste nível de atividade era constituída pelas seguintes itens:

a - solicitava-se, de início, aos participantes que, individualmente, representasse o local de trabalho. Para isso, recebiam cartolina e pincéis coloridos;

b - seguia-se uma leitura interpretativa do conjunto dos desenhos afixados nas paredes: primeiro, cada um verbalizava para o coletivo sua produção e, depois, sintetizando, o monitor analisava os pontos mais significativos estampados em cada uma das projeções gráficas;

c - após a divisão em grupos, pedia-se aos participantes que fizessem relação dos problemas mais sentidos por eles, enquanto trabalhadores inscrevendo-os em tiras de papel. Depois as tiras deviam ser afixadas em um dos quatro painéis, conforme o conteúdo fosse pertinente à: seção, fábrica, categoria, classe;

d - análise crítica da montagem dos painéis e reafixação coletiva dos problemas escritos nas tiras, adequando-os de forma mais correta em cada um dos painéis correspondentes;

e - estudo de elementos constitutivos da estrutura do poder (formas de dominação) econômico, político-administrativo e ideológico na realidade da fábrica. Em contraposição a isso, eram esboçados os mecanismos e procedimentos próprios do exercício do poder operário);

f - dramatização, como laboratório, de uma negociação com os representantes da empresa ou de uma reunião de CIPA a partir de um problema apresentado.

3 - No terceiro estágio, um curso denominado "balão".³¹

A Programação desta atividade abordava os seguintes pontos: a) fluxo de produção interno e externo (da fábrica e do ramo produtivo), b) condições econômicas da fábrica ou do grupo econômico, c) conjuntura econômica e d) formas de organização (abertas e fechadas) nos locais de trabalho.

4 - Encontro do "Coletivo Interfábrica".

Participavam deste nível apenas os militantes, os assessores e não mais do que três diretores da Secretaria de Formação.

Curso de formação política eram realizados naqueles encontros porém, a reunião tinha característica de ser, antes de tudo, uma instância organizativa da categoria. De certa forma, era uma reedição melhorada do Fundo de Greve que existia no início da primeira gestão. Melhorada porque

³¹ - Cada um dos três cursos tinha um nome. O primeiro estágio ficou mais conhecido como "Open" de "Open House" não só por ser aberto mas, por se contrapor às atividades, com esse mesmo nome, promovidas pelos R.Is., R.Hs. nas empresas. O segundo, por abordar a questão da dominação, poder: "Bomba Atômica". O terceiro nível tinha como símbolo o "Balão". Este instrumento - de confecção bastante simples, geralmente coletiva e pertencente à cultura popular - servia como instrumento didático na compreensão de conceitos, como por exemplo: de "autonomia de voo", de "oportunidade", das "condições atmosféricas", de "poder de fogo" etc.

constituia um organismo com razoável autonomia de poder. Competia à assessoria e aos representantes de base a coordenação da atividade.

Nos encontros, geralmente realizados fora das dependências da Entidade, fazia-se o programa e avaliação do calendário das atividades educativas e orientavam-se os trabalhos de fábrica. A responsabilização dos militantes na definição e nos encaminhamentos parece ter cumprido um papel essencial na execução das atividades educativas. Principalmente quando se refere à repercussão interna, na fábrica, promovida pelas atividades, aos temas a serem abordadas durante as aulas e formas de envolvimento dos demais companheiros de trabalho.

QUARTA PARTE - INDICADORES AVALIATIVOS DO DESENVOLVIMENTO DE PRATICAS PARTICIPATIVAS.

Devido à ocorrência de variáveis quase infinitas que interferem, naturalmente, no processo do desenvolvimento subjetivo quer em atitudes individuais, quer coletivas, não existe aqui, nenhuma pretensão de se estabelecer qualquer relacionamento de causa-efeito sobre as diferentes manifestações aqui estudadas. O estudo da relação entre a frequência e o desenvolvimento de práticas denominadas de "parti-

cipativas" ou de "continuidade" é antes uma preocupação de se considerar que em qualquer intervenção social há de se levar em conta o desdobramento e continuidade que podem estar relacionados ao estudo de determinadas iniciativas.

Considerando a alta rotatividade da categoria e a prática (bastante corrente nas entidades sindicais) de não cuidar da documentação e arquivamento dos acontecimentos da vida sindical e operária, fica difícil a obtenção de dados (tanto de ordem quantitativa, quanto de ordem qualitativa) para uma posterior análise. Além disso, deve-se lembrar que o estudo de caráter histórico-comparativo encontra ainda outros entraves sérios como a eliminação intencional e concentração de documentos nas mãos de alguns diretores preocupados no controle da informação e principalmente, a depredação dos registros durante os períodos de intervenção oficial no sindicalismo brasileiro.

Neste sentido, das atividades de formação anteriores à década de oitenta pode-se fazer apenas referências e, do período mais recente, deve considerar que os dados escasseiam na proporção direta do seu distanciamento cronológico.

Vimos que durante o período oposicionista e na fase inicial da diretoria (1982-1983) as atividades de formação eram voltadas, quase exclusivamente, à capacitação técnica e política devotada à direção sindical: os militantes consti-

tuíam parte integrante deste núcleo de poder - participavam das reuniões de diretoria. No período "pré-sindical", a atividade de educação sindical era realizada por entidade de apoio ao grupo de oposição. Depois, na fase seguinte, contratou-se uma entidade prestadora de serviço na execução desta tarefa: a GEB-URPLAN.

Foi somente a partir de 1985 que o Sindicato assume mais diretamente a incumbência de realizar as atividades educativas: tornando-as inerentes ao calendário regular da vida sindical. Eram dois diretores escolhidos pela diretoria e um assessor da entidade que ministravam as seções de educação sindical durante o período de 1985 e 1986.

Na avaliação dos cursos de formação sindical do período de 1986 está se tomando como referência apenas o segundo semestre daquele ano. Conforme o calendário do projeto, a meta era a realização de 8 encontros de dois dias na Colônia de Férias da Praia Grande. Propunha atingir um número de 320 trabalhadores de 27 empresas consideradas prioritárias. Entretanto, foi possível realizar atividades educativas em 5 turmas, atingindo apenas 105 trabalhadores provenientes de 22 empresas.

Apenas quinze daquele conjunto de trabalhadores estavam na categoria quatro anos mais tarde. O restante, quase todos, saíram por terem sido demitidos: indicando, portanto,

uma taxa de evasão superior à média geral da categoria.³² Dentre os que ainda permaneciam em 1990, 80% tiveram no período estabilidade temporária por terem sido eleitos para uma das instâncias legais: CIPA, C.A.C.H., delegado ou diretor sindical.³³

Como não houvesse uma prática de integração dos cursos em outras atividades sindicais e os diretores não tivessem o hábito de acompanhar os trabalhadores que haviam participado das atividades de formação, pode-se dizer que não houve o investimento político e ideológico necessário ao desenvolvimento enquanto militantes ou mesmo enquanto ativistas sindicais.

Em contrapartida, os que já eram ativistas ou que passaram a se integrar a outras atividades, num período imediatamente posterior aos dos cursos, constituem, precisamente, a metade daqueles (ainda pertencentes à categoria) que se fez presente ou nos cursos ou em atividades outras como - assembleias, congressos, seminários ou eventos sócio-culturais.

³² - Um terço dos que ainda estavam na categoria não foram encontrados na mesma empresa: depois de demitidos empregaram-se em fábricas da mesma base sindical.

³³ - Havia 1 delegado sindical e 2 diretores (um deles já era militante em 1986 e o outro iniciava sua participação justamente naquele período).

Mesmo pertencendo às instâncias que prevêem pela lei a estabilidade de seus integrantes, existem demissões à revelia. Por isso, daquele universo de 105 trabalhadores havia dois demitidos que eram cipeiros e em processo jurídico de reintegração.

Nos anos de 1987 e 1988 - período de aprofundamento da crise das perspectivas políticas do novo sindicalismo brasileiro - o trabalho de formação, de início, investiu toda sua força no amadurecimento político dos diretores. Depois, com a mesma exclusividade, dedicou-se ao trabalho de organização por empresa e, finalmente, voltou-se à formação de base através dos cursos de massa. Esta sucessão de definições não obedecia a nenhum projeto: deu-se de forma descontínua, sem combinar uma fase com a outra.

Durante o período do "giro político" rumo às atividades organizativas, o lugar da formação restringia-se a alguns pontos elementares que estivessem imediatamente relacionados ao funcionamento dos núcleos de trabalhadores.

Alguns meses depois observou-se que os núcleos cristalizavam-se - tornando-se cada vez mais fechados e clandestinos - ao ponto de chegar à afixia política. Aquela clandestinidade não tinha nada de funcional: o conhecimento atomizado da realidade da fábrica (contato quase nulo com companheiros das diversas seções) e a carência de uma visão política mais abrangente emperravam as iniciativas mínimas, necessárias à consolidação do próprio grupo.

Em resposta ao isolamento dos grupos deu-se, então, um novo "giro pendular", recaindo agora na formação de massa, pois, para desencalhar aquele projeto organizativo era pre-

ciso, antes de tudo, "afofar a terra" (sic) em torno dos núcleos em formação.

Assim, as atividades de Formação de Massa, atingindo um número expressivo de pessoas em cada uma das seção, mostrou-se um espaço bastante adequado ao entrosamento de trabalhadores de diferentes fábricas e de intercambio informal do reduzido número de militantes que frequentavam aqueles encontros.

Com referência ao nível de participação desses trabalhadores em atividades anteriores, pôde-se constatar que havia, dentre eles, apenas 6.5% dos 557 congressistas de 1988 e 4.4% dos que estavam relacionados no livro de presença de uma assembleia extraordinária de avaliação ao movimento grevista do período.³⁴

Fazendo levantamento do número de operários que ainda restavam nas fábricas em 1991, observou-se que não havia mais que 150 deles. E, cotejando estes com as listas dos nomes que frequentaram alguns dos eventos mais recente, foram aferidos os seguintes índices:

³⁴ - Foi feito convite de participação nos cursos numa assembleia de avaliação do movimento grevista, em que havia trabalhadores de 14 fábricas diferentes (5 farmacêuticas, 4 químicas, 4 tinturarias e 1 do setor cosmético).

A percentagem foi obtida cruzando as assinaturas de presença com as fichas de frequência nos cursos.

ção política mais geral: escola de quadros para os militantes.

Na análise do trabalho educativo da última fase, poderemos observar, a partir de alguns indicadores numéricos, a participação em atividades politico-sindicais e sua interação com as atividades estritamente educativas. Pode-se ver, também, o desenvolvimento do projeto de formação e seu desdobramento nas instâncias organizativas.

Tomando um conjunto de formulários dos trabalhadores que frequentaram cursos no período de um ano pôde-se somar 902 unidades.³⁰

Este número inclui trabalhadores vinculados a 108 unidades fabris. Em todas elas existia (antes do período em estudo) um número razoável de associados recebendo regularmente o Sindiluta. Contudo, comparando o número de trabalhadores dessas empresas com as que recebem o Boletim Diário (conforme a política dos critérios visto no II Capítulo), observa-se que: a) a percentagem de associados destas são inferiores àsquelas (28% e 32.9% correspondentes) e; b) que, em compensação, a media aritmética da concentração operária

³⁰ - Foram selecionadas as fichas legíveis e preenchidas corretamente e o período compreendido de agosto de 1990 a agosto de 1991. O número isolado aproxima-se dos 2/3 do total o que parece credenciar (com uma boa margem de segurança) os dados informativos.

por unidade produtiva, nestas fábricas, é sensivelmente mais elevada: 327 contra 259.

Diferentemente do critério de seletividade do mapa de endereçamento do Sindiluta (de competência e decisão da diretoria), a frequência aos cursos depende antes de tudo da iniciativa e disponibilidade de cada trabalhador. Embora os diretores privilegiem a convocação nas empresas definidas no rol das prioritárias, é contudo a prática dos ativistas, militantes e companheiros do próprio local de trabalho, que são mais determinantes. Isto é, a atitude dos colegas de seção - pela forma de relatar suas experiências nos cursos e na maneira de convencer aos demais, dispondo-se até a acompanhá-los em novos encontros - parece ter decidido muito mais do que todo e qualquer serviço de convencimento nas portas-de-fábrica ou de convites enviados pelo correio.

Ingressar em pequenos grupos é comportamento típico dos que estão chegando, pela primeira vez, nos cursos de massa: particularmente, as mulheres manifestam de maneira mais flagrante esse estilo comportamental. Os motivos de ordem psico-social que determinam tal atitude mereceriam um estudo mais demorado sobre o assunto. Por enquanto, ficam aqui apenas alguns considerações genéricas de que os mecanismos socio-culturais de dominação, mais particularmente através de seus instrumentos domesticadores da consciência (como por exemplo: o familiar, escolar, religioso e patronal) exercem

funções profundamente inibidoras do afloramento das iniciativas. Assim, o rompimento de hábitos sedimentados pela rotina em que se encontra submetida a vida operária, carece de um corpo maior do que o individual. Isto é, requer uma instrumentalização coletiva que estimule e respalde as vontades e as primeiras iniciativas individuais. Se, contudo, a utilização das práticas grupais é um recurso mais acentuado quando se refere ao segmento feminino, é possível suspeitar que quanto maior o peso da dominação ideológica sobre determinados grupos e sub-grupos sociais, mais é necessária a utilização, por parte desses segmentos, daquelas carecterísticas de comportamento social.

Contudo, não só no processo de abordagem inicial mas, também, na implantação e desenvolvimento do projeto de educação foi imprescindível contemplar, minimamente as características essenciais pertinentes aos determinados agrupamentos e setores sobre os quais se objetiva o trabalho de formação.

Além disso, como foi visto anteriormente, diante da tênue identidade enquanto categoria, prevalecem os liames que circunscrevem unidades menores, como os existentes entre os companheiros de determinados setores produtivos, determinados segmentos profissionais e de determinadas unidades fabris.

Acrescentando, às considerações acima expostas, a precária identificação dos trabalhadores enquanto categoria, enquanto pertencentes a uma mesma base sindical (também anteriormente descrita), pode-se reconhecer o papel decisivo da instância autônoma de militantes na realização efetiva do trabalho de educação dos trabalhadores. Os elos de reconhecimento e identidade constituem patamar primordial. Com eles e a partir deles se estabelecem o desenvolvimento da conscientização operária. Contudo, são as iniciativas dos militantes que, ao mesmo tempo, são participes daquela identificação, propulsores do envolvimento coletivo dos demais companheiros.

Por isso, está na constituição de um coletivo operário - no caso, denominado "Interfábrica" - o poder decisivo do desenvolvimento e execução do Projeto. A confluência desses dois fatores - a referência às particularidades combinada com a atuação política do Interfábrica - permitiu, ainda que de forma rudimentar, apresentar alguns resultados e apontar limites merecedores de alguns comentários e avaliação final.

Fazendo um cruzamento das frequências nos cursos de formação com o número de participação em eventos ocorridos no período, obtém-se o seguinte quadro:

: Eventos:					
: -----:					
:E. Mulher Congresso Assembleia Plenária Convenção:					
: -----:					
Curso:					
Balão	13 %	39 %	26 %	30 %	68 %
13%					
Especif.	20 %	20 %	20 %	21 %	44 %
22%					
Interm.	5 %	12 %	9 %	11 %	28 %
19%					
Casa Aberta	3 %	7 %	4 %	5 %	17 %
46%					
: -----:					
Total					
100%					

Observando-se o peso relativo que cada nível ocupa, proporcionalmente, no conjunto das frequências aos cursos, obtém-se um perfil do fluxo interno da participação nos diferentes níveis de aprofundamento. E no cruzamento dos cursos com algumas das atividades ocorridas no período de 1991, nota-se que há uma relação diretamente proporcional entre o grau de aprofundamento com a participação nos eventos relacionados.

Do cruzamento entre os eventos significativos da política sindical e as atividades estritamente educativas, destacam-se ainda o II Congresso, a Convenção e os Encontros de Mulheres. Estes fatos, merecem algumas considerações finais.

Observamos, primeiramente, que no II Congresso da Categoria (em que se definia, dentre outras coisa, a constitui-

ção das Plenárias Bimensais de Associados) 2/3 dos presentes , havia passado por algum curso de formação no período. Dentre esses, mais da metade tinha frequentado dois ou três estágios do programa educativo.³⁴

Em segundo lugar, conforme se pode ver no quadro abaixo, o segmento feminino compõe 1/3 da categoria e com um participação menor tanto da massa salarial quanto do quadro associativo.

a - Percentagem na composição da categoria:

masculina: 66,7%	feminina: 33.3%	total:100%
------------------	-----------------	------------

b - proporção média na participação da folha de pagamento das fábricas da categoria:

masculina: 70.8%	feminina: 29.2%	total:100%
------------------	-----------------	------------

c - participação no quadro dos sócios da entidade:

masculina: 71.4%	feminina: 28.6%	total:100%
------------------	-----------------	------------

³⁴ - Por exemplo, o conjunto dos delegados presentes na Primeira Plenária de Associados era composto por 26% de mulheres e 65% de homens. Relacionando as assinaturas do livro de presença com os nomes cadastrados na lista de frequência dos cursos, observamos que 90% da delegação havia participado, anteriormente, de alguma atividade educativa.

Pela sequência dos gráficos, pode-se observar que a taxa de sindicalização das mulheres é proporcionalmente menor que a dos homens.³⁷

d - houve crescimento numérico de trabalhadores que passaram pelos cursos mas, o aumento proporcional do segmento feminino foi maior que o masculino. Vejamos isto pela sequência dos biênios seguintes:

- 1986 e 1987;

-----	-----	-----
masculina: 86%	feminina: 14%	total:100%
-----	-----	-----

- 1988 e 1989;

-----	-----	-----
masculina: 68%	feminina: 32%	total:100%
-----	-----	-----

- 1990 e 1991;

-----	-----	-----
masculina: 58%	feminina: 42%	total:100%
-----	-----	-----

e - as mulheres não alcançaram o mesmo perfil participativo que os companheiros nos eventos gerais; exemplificando, vejamos alguma quantificação disso:

³⁷ - Contudo, existe diferenças setoriais significativas como por exemplo: nas empresas (farmacêuticas, cosméticas e de canetas); onde o número de trabalhadoras é equiparado ao dos homens. Quando o quadro de funcionários é equilibrado observa-se que o índice de sindicalização feminino ou é igual ou é maior que o masculino.

Segmentos:	-	masculino	-	feminino	-	total
Eventos:	-		-		-	
Convenção Cong.	-	79%	-	21%	-	100%
Assembleia	-	71%	-	29%	-	100%
Plenária	-	73%	-	27%	-	100%
Congresso	-	75%	-	25%	-	100%
média geral	-	74.5%	-	25.5%	-	100%

Relacionado apenas os que estavam inscritos nos cursos, observam-se as seguintes proporcionalidades nas atividades denominadas "Encontro de Cipeiros" e "Convenção Eleitoral":

Segmentos:	-	masculino	-	feminino	-	total
Eventos:	-		-		-	
Enc. cipeiros	-	84%	-	16%	-	100%
Conv. Eleitor.	-	66%	-	34%	-	100%

As mulheres participam menos do que os homens nas atividades gerais - tendendo a reproduzir o mesmo índice da distribuição no quadro associativo. Nas atividades promovidas em conjunto com a Secretaria de Saúde no Trabalho a frequência geral é baixa e as mulheres quase não têm presença nesta área de intervenção política.

Entretanto, elas acompanham a mesma tendência geral, descrita acima, associando assiduidade aos cursos com a presença nos eventos mais decisivos na condução da política

sindical. Por exemplo, na participação do II Congresso observa-se o seguinte:

	: Evento:
	: -----
Cursos :	II Congresso

Balão	37 %
9%	
Específ.	35 %
17%	
Interm.	9 %
15%	
Casa Aberta	4 %
48%	
Massa 2	1 %
10%	
Massa 1	10 %
1%	

Total	
100%	

Considerando: a) tendência de crescimento participativo nos cursos de formação - observada quando se compara com os períodos anteriores e, b) a significativa interação dos eventos específicos (por exemplo nos Encontros de Mulheres 30); tudo parece indicar que o segmento feminino ainda não incorporou, de forma mais incisiva, hábitos participativos nas atividades mais gerais.

38 -

- Cursos	- Percen.	-	I Enc. Mulher	-	II Enc. Mulher *
Balão	9%	-	26 %	-	37%
Específ.	17%	-	11 %	-	35%
Interm.	15%	-	9 %	-	9%
Casa Aberta	48%	-	3 %	-	4%
Massa 1+2	11%	-	30 %	-	11%
Total:	100%				

* O segundo evento deu-se em 1971, nove meses depois da realização do primeiro.

Poderiam estar ocorrendo resistência, dificuldades em lidar com os espaços públicos... Entretanto, parece-nos que o não envolvimento nas atividades mais gerais deve ser creditado, também e antes de tudo, no fato de não ter havido uma prática mais regular e sistemática de formação e acompanhamento.

QUARTO CAPITULO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um rápido balanço do conjunto dos pontos abordados e enfatizando aspectos mercedores de algumas considerações finais, vimos a necessidade de mencionar certos aspectos da composição da categoria e de particularidades no nível de representação sindical, com impacto no investimento do trabalho político.

No período delimitado pelo presente trabalho, observamos que tanto o número de empresas quanto de trabalhadores não apresentou um aumento significativo, principalmente, se levarmos em conta o crescimento da população residente na Capital paulista.¹ Ao contrário, observa-se um pequeno decréscimo da quantidade de empresas e funcionários. Mesmo que não tivesse sido registrada a saída dos trabalhadores pertencentes ao sub-setor dos produtos de higiene e limpeza, não se poderia considerar ainda uma situação de crescimento.²

¹ - Conforme indicadores do crescimento populacional feito pelo SEADE - Município de São Paulo/ 1990, São Paulo, SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990, p. 9.

² - Em outubro de 1988, foi constituído o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos de Higiene e Limpeza do Estado de São Paulo. Com isso, mais de 5.000 trabalhadores deixaram de pertencer à base do STIQFSP.

Se havia 1.296 empresas com um total de 57.600 trabalhadores em 1989, no início da década já podiam somar 1310 empresas. Em apenas 800 daqueles estabelecimentos já se atingia quase o mesmo o total de oito anos mais tarde: precisamente, 57 469 funcionários.³

Ainda, comparando com período anterior, observa-se uma diminuição na média da faixa etária da categoria, conforme se vê no quadro seguinte:

Faixas etárias	1971	-	1986	-	1990		
< -16	3.5%	-	< -18	3.0%	-	18-25	36.5%
16-20	12.4%	-	19-25	26.0%	-	26-35	39.5%
21-30	38.6%	-	26-35	39.0%	-	36-45	16.5%
31-40	25.9%	-	36-50	23.0%	-	-	-
41-50	13.0%	-	-	-	-	46- >	7.5%
50- >	6.6%	-	50- >	2.0%	-	-	-
s/resp.	0.0%	-	s/resp.	7.0%	-	s/resp.	0.0%
Total	100.0%	-	100.0%	-		100.0%	

Na segunda metade do último decênio aumentou o percentual de jovens na faixa de 18 a 25 anos: era de 26% em 1986 e, quatro anos e sete meses depois, chega a 36%. Também, o período de de 1971 a 1986 acusava uma pequena queda no índice dos que tinham mais de 50 anos de idade.

³ - O Censo da Categoria (março de 1981), feito pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Est. S. Paulo, baseou-se apenas em 800 empresas. Ficaram de fora 510 estabelecimentos, dos quais não se obteve informação.

⁴ - Conforme as seguintes pesquisas:

- DIEESE/STIQFSP - Caracterização, Situação e Férias do Trabalhador nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, SP., 1971, mimeo, p. 7.

- STIQFSP - Pesquisa da Categoria (705 entrevistas), SP. 1986.

- KOTSCHO - opus cit. p. 7.

Conforme os indicadores, observa-se que a categoria é composta de trabalhadores bastante jovem que - devido às condições sócio-econômicas - têm pouca oportunidade de frequentar entidades escolares.*

Quanto à distribuição dos trabalhadores no interior da categoria, já fizemos referência a ela no capítulo II. Contudo, vale ressaltar que alguns ramos - químico, farmacêutico e cosmético - representam quase a totalidade do conjunto, abarcando 62% das fábricas e 72% dos funcionários.

Se nesses principais setores está concentrada a maior massa operária, também suas unidades fabris contêm maior número relativo de trabalhadores. Nestas existem, em média, 62 funcionários por empresa; nas demais temos 40 por fábrica.

Liderando esse conjunto, temos o ramo químico com 33% das empresas e 28% da categoria, o farmacêutico com 15% das fábricas e quase o mesmo número de trabalhadores, 25%. Ainda quanto ao processo de concentração por unidade fabril é interessante se ater, um pouco mais, ao último setor. Observemos como se comportam os números de trabalhadores nos laboratórios conforme a origem do capital:

* - Numa pesquisa feita só com mulheres da categoria, em 1985, 70% das entrevistadas apontaram o desejo de estudar ou de voltar à escola.

quantidade trabalhador por fábrica	quantidade fábrica multinacional	% fábrica multinac.	quantidade fábrica nacional	% fábrica nacional
até 50 :	0	0	2	9,09
51-100 :	6	17,14	10	45,45
101-200 :	9	25,71	5	22,73
201-300 :	8	22,86	5	22,73
301-500 :	4	11,43	-	-
501-1000 :	7	20,00	-	-
+ de mil :	1	2,86	-	-
Total :	35	100,00	22	100,00

As nacionais são de pequeno e médio porte enquanto as multinacionais aparecerem como médias e grandes empresas, correspondendo ao lugar que elas ocupam no mercado de produtos farmacêuticos.⁷

Não mais do que duas dúzias de grandes laboratórios controlam 50% do mercado farmacêutico. E apenas uma empresa de capital nacional podia ser incluída nesse oligopólio.

Conforme levantamento feito pela sub-seção do DIEESE, em 1988, as multinacionais investiam, em média, 10% do seu faturamento global em pesquisas de novos produtos e no aperfeiçoamento produtivo, enquanto que as nacionais destinam

* - Conf. Contribuição Sindical de 1986 in STIQFSP/Sub-seção DIEESE - Perfil da Indústria Farmacêutica de maio/88 p. 7.

7 - É interessante observar que mesmo em períodos de crise econômica o setor farmacêutico e o de cosméticos são os que menos ressentem. Não se contraem, de imediato, com a mesma intensionalidade dos demais ramos produtivos. Essa inelastividade não se explica pela simples existência da exportação de seus produtos. Pois, como poderíamos justificar o caso dos cosméticos, quase de todo dependente do consumo interno?

cerca de 1% a novas descobertas.⁹ Com isso, 75% das matérias-primas utilizadas na produção dos remédios eram importadas e os laboratórios nacionais do setor ficavam com as transformações (químicas e físicas) mais simples. Não faziam muito mais do que misturar, dissolver, diluir e preparar os produtos para a comercialização.

Esse quadro econômico parece indicar que - conforme o lugar que ocupam os setores produtivos mais dinâmicos com relação aos mais tradicionais - concentração por unidade fabril, racionalidade no processo produtivo, modernização gerencial e política mais sofisticada nas relações trabalhistas manifestam expressivas afinidades de convivência.

Com isso, a categoria constitui um mosaico de realidades bastante heterogêneo. Proporcionalidade na partilha da massa salarial, nível dos conflitos trabalhistas e peso estratégico nas negociações sindicais requerem, em contrapartida, tratamentos desiguais conforme os setores e segmentos.

Nisso parece residir a maior dificuldade no entendimento do que significa trabalhar de forma unitário e representar de forma igualitária. Como combinar num mesmo projeto sindical "produtores de riqueza" responsáveis, por exemplo,

⁹ - Perfil da Indústria Farmacêutica, opus cit.

pelo "sétimo mercado consumidor do mundo" com os "assalariados" que percebem a metade daqueles?"

E nesse sentido que, questionando o aspecto unitário da imprensa sindical, enfatizamos a necessidade de se compreender que a uniformidade na veiculação das notícias e nas orientações massivas poderia significar, antes de tudo e paradoxalmente, um tratamento desigual, por não contemplar diferenças e particularidades subjetivas que caracterizam determinados setores operários.

O cuidado na abordagem dos interlocutores de determinados setores ou segmentos foi, dentre outros elementos, fruto de observação das diferentes reações provocadas por denúncias veiculadas pelo Sindiluta. Chamava a atenção o fato de que certas características de relacionamento fabril pareciam determinar formas diferentes de comportamentos por parte do público receptor das informações. E a observância dessas

* - Simultaneamente, apontamos a diferença salarial entre os operários nos estabelecimentos farmacêuticos (que, junto com os cosméticos, dizem trabalhar não em "fábrica", mas em "laboratório") e os pertencentes ao ramo das tinturarias e estamparias, onde o salário é o mais rebaixado da categoria. Conforme as Guias de Recolhimento de 1989, podemos observar as seguintes diferenças salariais:

Setor Farmacêutico			Setor Tinturaria/Estamp.-		
sexo	quant.	% salário	sexo	quant.	% salário
masc.	7 215	575.02	masc.	1 829	276.17
fem.	5 876	257.69	fem.	533	224.88
total	13 091	433.14	total	2 362	264.60

idiossincrasias é importante para avaliar propósitos educativos.

Nas experiências em que se procurava gerar "orientação política" durante os dias de paralização era necessária redobrada acuidade na observação das especificidades do conflito trabalhista.¹⁰ Por exemplo, as formas pelas quais eram "espontaneamente" constituídos os sub-agrupamentos, os elos de solidariedade, serviam como referência para orientar o desenvolvimento de atividades mais abrangentes e coletivas.

Superar a atomização das seções, estendendo-a para o conjunto maior, constituía a estratégia que seria utilizada nos cursos regulares de formação sindical, nos encontros específicos e nos acompanhamentos por níveis diferenciados de desenvolvimento, onde se buscava combinar o particular e concreto com questões de ordem mais geral.

Aliás, semelhante preocupação também deve ser estendida à análise dos números de associados e à representação ao nível da diretoria sindical.

O cruzamento quantitativo dos sindicalizados, dos setores e segmentos servia como ponto de partida para avaliar o

¹⁰ - Dentre as paralizações com longo período de duração nas quais foram realizadas atividades culturais e educativas, podem ser citadas as seguintes greves do ano de 1985: a da Avon, Darex, Colmeina e Vedat.

trabalho educativo da imprensa e dos cursos de formação. Quanto ao nível da representação sindical vale a pena fazer, ainda, algumas referências.

Conforme comentamos no capítulo I, desaparecia a velha disputa polarizando o ramo químico (caracterizado como corrente majoritariamente "progressista") e o farmacêutico (do lado dos governistas). E desaparecia com a ajuda da insolvência dos antigos laboratórios. Os laboratórios baseados em insumos de origem animal e vegetal, produtos biológicos, foram incorporados pela "racionalização" industrial, ou "aposentados" pelo advento de novas tecnologias, pela introdução de medicamentos sintéticos.

Vimos que desde o início até 1982, não havia mais do que 30 empresas representadas ao nível da diretoria executiva e que, dentre essas, havia algumas que eram super-representadas. Mas aquela situação se alterou ao ponto de se encontrar numa única diretoria colegiada um número maior de estabelecimento que a soma de todo o período anterior. Por exemplo, na terceira gestão havia 36 diretores provindos de 32 empresas diferentes.¹¹

¹¹ - Quanto aos setores representados, por exemplo, nas duas primeiras gestões (quando menos da metade dos diretores do primeiro período continuavam no segundo), havia 15 representantes de setor químico, 15 do farmacêutico, 3 do cosmético, 2 do de fertilizantes e, ainda, das tinturarias, de resina e do petroquímico.

Quanto à participação do segmento feminino na diretoria vimos que houve significativas alterações. Até 1982 uma única mulher havia ocupado posto executivo, na chapa de 1982 havia 6 mulheres e duas diretoras em cargos executivos. Mesmo assim, as mulheres não tiveram representação conforme a proporcional quantitativa (33%) que compõe a categoria.

Ainda quanto à representação institucional-trabalhista, deparamos com um número bastante elevado de diretores que não nasceram na região da Grande São Paulo. Entre os componentes da diretorias de 1982 a 1991 observa-se que 2/3 dos diretores eram migrantes enquanto que apenas 24.6% eram da própria região. Conforme a pesquisa "Perfil da Categoria", de 1990, a categoria é constituída por 59% de migrantes e 41% da Grande São Paulo.¹² Como isso, há uma situação em que os indivíduos oriundos de outras regiões ocupam em maior proporção o papel de dirigente sindical. Longe de ser uma exclusividade do STIQFSP, este parece constituir um fenômeno bastante generalizado, pelo menos, na Grande São Paulo.¹³ Valeria a pena estudar os mecanismos promotores de tal fato, relacionando-o à questão do chamado "atraso político" (ou da

¹² - Kotsho opus cit.

¹³ - Duas pesquisas realizadas, em 1982, sobre diversas categorias profissionais pertencentes à região metropolitana permitem que se generalize esta observação. Ver GRONDIN, M. - Perfil dos Dirigentes Sindicais na Grande São Paulo; São Paulo, CETEC, 1985, pp. 27, 80 e 81. VIESSER, M. e GRONDIN, M. - Diagnóstico dos Motivos de Sindicalização dos Trabalhadores, São Paulo, 13 de Maio/NEP, Caderno: Textos de Apoio no. 1, pp. 28-32.

"política do atraso") geralmente associada à origem rural, interiorana e nordestina dos trabalhadores.

De forma mais geral, vimos que o "novo sindicato" passou a representar, de maneira mais ampla, os diferentes segmentos e setores operários e a trabalhar para o conjunto maior da categoria. Mais se superou a tradicional prática de se fazer representar através do respaldo político estritamente baseado em determinadas empresas, quando mais se fazia sindicalismo acima dos limites da categoria. Quanto mais se fazia empenho em visar o conjunto da classe mais se investia efetivamente na própria categoria.

ANEXO 1

**LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICO
SOBRE O MOVIMENTO OPERARIO E
SINDICAL BRASILEIRO DE 1978 A
1989**

APRESENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL BRASILEIRO DE 1978 A 1989

O período compreendido entre 1978 e 1989 exhibe um extraordinário acúmulo de experiências na história do sindicalismo brasileiro. Correspondendo relativamente a esses acontecimentos históricos, são elaboradas análises e fomentados muitos debates. Tanto no nível acadêmico como no extra-acadêmico notamos uma produção bastante variada e extensa sobre o assunto.

Entretanto, e apesar do crescimento bibliográfico do período, muitos aspectos dessa realidade ficam por requerer elaboração teórica ainda maior.

De maneira geral, deve-se considerar a existência de duas formas de abordagem desse mesmo objetivo de estudo: uma a acadêmica, e a outra a dos que estão, por assim dizer, "dentro dos movimentos" e geralmente fora da universidade. Os documentos e publicações de entidades que se relacionam diretamente com o movimento sindical (sindicatos, centrais sindicais, associações, centro de orientação e assessoria sindical) se por um lado, apresentam limitações provenientes de seu propósito, de sua intencionalidade política e da necessidade mais imediata da ação no movimento, trazem, contudo, de maneira especial, elementos vivos de uma realidade social e histórica. Entretanto, as particulari-

dades desses textos fornecem material passível de análise, interpretação e o objetivamente merecedor de divulgação.

Os novos acontecimentos, na área sindical provocaram estudos animados por novas perspectivas teóricas. Muitos trabalhos, sob uma nova ótica, voltam ao passado no sentido de realizar outra reconstituição teórica. Assim, pode-se falar também de "novo" tomando como indício a data de edição, compreendendo nisso obras cujos enfoques são mais ou menos inovadores, ainda que retomando o exame de períodos cronologicamente anteriores.

Enfim, foi considerando as particularidades produzidas pela trajetória trabalhista brasileira, a extensiva diversidade da elaboração sobre o sindicalismo e a importância de se promover um levantamento de material útil à análise, elaboração teórica e ao trabalho universitário, que fazemos esta atualização bibliográfica do movimento operário e sindical. A palavra "atualização" na verdade aqui é utilizada para lembrar o conhecido levantamento realizado por Leônico Martins Rodrigues e Fábio A. Munhoz no início dos anos 70 e publicado em Estudo Cebrap no. 7.

Nesse sentido, apresentamento, como anexo, a listagem de publicações (livros, cadernos, teses, revistas, documentos, etc.) sobre o sindicalismo e movimento operário editadas sobretudo entre 1978 e 1988. A listagem também pode ser encontrada em disques-

tes de computador (padrão IBM-PC) em forma ASCII, para impressão ou consulta no Fundo de Apoio à Pesquisa - FAP/UNICAMP.

Campinas, 23 de outubro de 1990.

A.C.O. - Ação Católica Operária
Experiências e Histórico do Movimento Operário in Caderno de Texto da Ação Católica Operária; Porto Alegre, A.C.O., 73 pp.

A.C.O. - Ação Católica Operária
História da Classe Operária no Brasil in Cadernos da A.C.O. de maio de 1985; Rio de Janeiro, Ação Católica Operária, 1985, 4 vols., 372 pp.

ABBOUD, Miguel
Motivação e Satisfação no Trabalho- Uma análise da teoria e suas implicações para a gerência; tese de mestrado, FGV; São Paulo, mimeo, 1980, 186 pp.

ABRAMOWICZ, Betty S.
O Que Todo o Cidadão Precisa Saber Sobre as Greves in Cadernos de Educação Política; São Paulo, Global, 1985, 90 pp.

ABREU, Alice Rangel de Paiva
O Trabalho Industrial a Domicílio na Indústria de Confecção; tese de doutoramento, USP - Depto. Ciências Sociais; São Paulo, mimeo, 1980, 307 pp.

ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de
Administração Salarial e Aspectos Comportamentais em Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento; tese de doutoramento, USP FEA; São Paulo, mimeo, 1982, 236 pp.

ALDRINI, Dante Mendes
Estrutura Industrial e Diferenciação na Força de Trabalho em São Paulo:1880-1920; tese de doutoramento, USP FEA; São Paulo, mimeo, 1982, 319 pp.

ALEM, Silvio Frank

Os Trabalhadores e a Redemocratização- Estudo sobre Estado, partidos e participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato, 1942-1948; tese de mestrado, Unicamp - IFCH; Campinas, mimeo, 1981.

ALMEIDA, Fernando Lopes de

Política Salarial; Emprego e Sindicalismo 1964-1981 Petropolis, Vozes, 1982, 113 pp..

ALMEIDA, Fernando Lopes de

Política Salarial, Emprego e Sindicalismo: 1964-1981 Petropolis, Vozes, 1982, 112 pp..

ALMEIDA, Marcia Mendes de

O Sindicato dos Textéis em São Paulo- História 1933-1957; tese de mestrado, USP - Depto. Ciências Sociais; São Paulo, mimeo, 1981, 269 pp..

ALMEIDA, Maria Herminia

Sindicalismo Brasileiro e Pacto Social Coleção: Novos Estudos; in CEBRAP outubro de 1985; São Paulo, CEBRAP, 1985, 14-28 pp..

ALMEIDA, Maria Herminia

Projeto Transformações do Sistema de Relações in CEBRAP; São Paulo, CEBRAP, 1986, 78 pp..

ALMEIDA, Maria Herminia et alli

Sociedade e Política no Brasil pós-1964; São Paulo, Brasiliense, 1983, 214 pp..

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de

Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil:1930-1945; tese de doutoramento, USP - FFLCH; São Paulo, mimeo, 1978,.

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de

Trabalho e Cultura no Brasil in Ciências Sociais Hoje no.1; Brasília, CNPQ/AMPOCS, 1981, 408 pp..

ALVARENGA, Octavio Mello

Manual de Direito Agrário; Rio de Janeiro, Forence, 1985, 404 pp..

ALVES, Aloisio Pinto

A Política Salarial de 1979 a 1983- Um estudo comparativo dos efeitos na indústria metalúrgica, indústria de vestuário, calçados e artefactos de tecidos e entidades financeiras na região metropolitana de São Paulo; tese de doutoramento, USP FEA; São Paulo, mimeo, 1985, 2 volumes pp..

ALVES, Vania Malheiros Barbosa

Vanguarda Operária, Elite de Classe?; Coleção: Estudos Brasileiros no.13; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, 140 pp..

ALVES, Wagner Lino

A Greve do ABC in Escrita/Ensaio; São Paulo, Escrita/Ensaio, 1980.

ANDRADE, Regis de Castro

Por Que os Sindicatos São Fracos no Brasil; Coleção: Lua Nova; in Lua Nova de abril/junho de 1984; São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1984,.

ANTONIO, Alda M.

Uma Experiência na Secretaria do Trabalho; Coleção: Debate Sindical; in Debate Sindical de junho de 1987; São Paulo, CES, 1987, 32-37 pp..

ANTUNES, Ricardo

Por um Novo Sindicalismo; Coleção: Cadernos de Debate no.7; São Paulo, Brasiliense, 1980,.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro

Crise e Poder Coleção: Polêmicas do Nosso Tempo no.11; São Paulo, Cortez, 1985, 85 pp..

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro

O Que é Sindicalismo; Coleção: Primeiros Passos; São Paulo, Brasiliense, 1980, 100 pp..

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro

A Rebelião do Trabalho- O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80; Campinas, Ensaio, 1988, 224 pp..

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro

Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil- Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora; São Paulo, Cortez, 1988, 188 pp..

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro/NOGUEIRA, Arnaldo

O Que São Comissões de Fábrica; Coleção: Primeiros Passos no.47; São Paulo, Brasiliense, 1981, 124 pp..

APEOESP - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Formação Política e Sindical do Educador in Revista de Educação da APEOESP março de 1985, São Paulo, APEOESP, 1985, 10 pp..

ARAUJO, Braz José de

Operários Metalúrgicos em Luta (1933-1983); Coleção: Estudos Brasileiros; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 306 pp..

ARAUJO, José Bezerra de

Salários, Precos e Mobilidade do Trabalho em Dez Micro-Regiões do Estado da Bahia; tese de mestrado, U.F.da Bahia; Salvador, mimeo, 1980, 217 pp..

AROUCA, Jose Carlos

Enquadramentos Sindical; São Paulo, LTr, 1986, 220 pp..

ARRUDA, Marcos

Plano de Estabilidade e Trabalhador in Tempo e Presença; São Paulo, CEDI, 1986, 12-15 pp..

ARRUDA, Marcos

A Greve na C.S.N.- Metalúrgicos/Volta Redonda; in CEAS de setembro de 1984; Salvador, CEAS, 1984, 24-27 pp..

AZEVEDO, Beatriz Zago de (org.)

O Emprego no Rio Grande do Sul; Porto Alegre, RAIS, PNAD, e PME, 1985, 163 pp..

BAIARDI, Amilcar

Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia Coleção: Estudos Rurais; São Paulo, Hucitec, 1984, 156 pp..

BAIARDI, Amílcar

Inovação Tecnológica e Trabalho Assalariado na Agricultura Brasileira- Um estudo sobre a lavoura de arroz, cana e cacau; tese de doutoramento, Unicamp - Inst. Ec.; Campinas, mimeo, 1986, 284 pp..

BALSAN, N.

Hei de Vencer Mesmo Sendo Professor - A Introjeção da Ética do Dominador; in Revistas de Educação de out/dez de 1985; Brasília, AEC, 1985, 16-21 pp..

BARGAS, Osvaldo et alii

As Lutas Operárias dos Metalúrgicos em S. Bernardo São Bernardo, Fundo de Greve de S. Bernardo, 1983, 247 pp..

BARREIRO, Julio

Educação Popular e Conscientização; Petropolis, CRIART, 1980, 187 pp..

BARROS, Edgar Luiz

Democracia, Mas Sem a Classe Operária; Coleção: Brasil História vol. 4; São Paulo, Brasiliense, 1981, 213-222 pp..

BARROS, Fátima Regina de

A Organização Sindical dos Trabalhadores Rurais- Contribuição ao estudo do caso do Estado de São Paulo entre 1954-1964; tese de mestrado, Unicamp - IFICH; Campinas, mimeo, 1986, 171 pp..

BARROS, Maria L.

Características Educacionais da Força de Trabalho in CEAS março de 1987; Salvador, CEAS, 1987, 59-70 pp..

BARROS, Mônica Siqueira Leite de

As Mulheres Trabalhadoras e o Anarquismo no Brasil; tese de mestrado, Unicamp - IFICH; Campinas, mimeo.

BARROSO, Carmen

Mulher, Sociedade e Estado no Brasil São Paulo, Brasiliense, 1982, 190 pp..

BAVA, Silvio Caccia

A Nova República e os Movimentos dos Trabalhadores in Lua Nova de janeiro de 1987; São Paulo, CEDEC, 1987, 51-53 pp..

BELLENTANI, Lucio A.

Proposta para Debate- Uma alternativa sindical; in CIPES/FASE; São Paulo, CIPES/FASE, 1984, 20 pp..

BERNARDO, Antonio Carlos

Tutela e Autonomia Sindical: Brasil - 1930-1945; Coleção: Biblioteca Básica de C. Sociais, série 1A, Estudos Brasileiros vol.5; São Paulo, T.A. QUEIROZ, 1982, 211 pp..

BLAY, Eva Acterman

Eu Nao Tenho Onde Morar- Vilas operárias na cidade de São Paulo; São Paulo, Nobel, 1985, 332 pp..

BLAY, Eva Acterman

Trabalho Domesticoado, a Mulher na Industria Paulista; Coleção: Ensaios; São Paulo, Atica, 1978, 294 pp..

BODEA, Miguel

Trabalhismo e Populismo- O caso do Rio Grande do Sul; tese de mestrado, USP Depto. de Ciências Sociais; São Paulo, mimeo, 1985, 328 pp..

BOITO, Armando

A Ideologia do Populismo Sindical in Teoria & Política 2; São Paulo, Brasil Debates, 29-54 pp..

BOSISIO, Carlos

Como Construir a Autonomia e a Liberdade Sindical Petropolis, Vozes-IBASE, 1987, 47 pp..

BRITO, José C.

A Tomada da Ford- Nascimento de um sindicato livre; Petropolis, Vozes, 1983, 139 pp..

BRITO, Maria Noemi Castilhos

Sindicato no Feminismo- Uma luta de formiga; tese de mestrado, Unicamp - Antropologia; Campinas, mimeo, 1982, 192 pp..

BRITO, Vera M. V. de

Profissão Professor Secundário in ANDE 2(4); São Paulo, ANDE, 1982, 63 pp..

BRUNO, Lucia

O Que e Autonomia Operária; Coleção: Primeiros Passos; São Paulo, Brasiliense, 1985, 91 pp..

BULHÕES, Maria da Graça Pinto

O Movimento do Magisterio Público Estadual do Rio Grande do Sul de 1977 a 1982; tese de mestrado, U.F.R.G.S.; Porto Alegre, mimeo, 1983.

Caderno de Educação Popular

Depoimento- Fala um Operário; in Caderno de Educação Popular 2; Petropolis, Vozes, 1984, 72 pp..

Caderno de Educação Popular

Movimento dos Trabalhadores- Um Debate; in Caderno de Educação Popular; Petropolis, Vozes, 1983, 61 pp..

CALSING, Eliseu Francisco

A Política Salarial no Brasil- Um estudo do salário mínimo; tese de mestrado, IUPERJ; Rio de Janeiro, mimeo, 1978,.

CAMPANHOLE, Apriano

Entidades Sindicais, Legislação; Jurisprudência; Prática; São Paulo, Atlas, 1978, 448 pp..

CAMPOS, Maria C.

O Papel do Professor na Sociedade Moderna in Revista de Educação Brasileira no. 10, Brasília, Revista da Educação Brasileira, 1983, 57-77 pp..

CANALE, Dario

Problemas da Construção da História do PCB in Revista Novos Rumos de janeiro de 1986; São Paulo, Novos Rumos Ltda, 1986, 77-92 pp..

CANDIDO FILHO, José

O Movimento Operário, o Sindicato, o Partido; Petrópolis, Vozes, 1982, 203 pp..

CANDIDO, Antonio

Professor, Escola e Associação de Docentes in Linha D'Água de março de 1987; São Paulo, Linha D'Água, 1987.

CANEDO, Leticia Bicalho
O Sindicalismo Bancário em São Paulo no Período de 1923-1944, Seu Significado Político; Campinas, Ed. Unicamp, 1986, 324 pp..

CARDOSO, Hamilton
Sindicatos-Autonomia e Unidade; Petrópolis, Vozes-CEDEC, 1984, 19 pp..

CARONE, Edgard
A República Liberal I, Instituições e Classes Sociais (1945-1964); São Paulo, Difel, 1985.

CARONE, Edgard
Introdução ao Estudo do Movimento Operário no Brasil (1877-1944); Coleção: Ensaios de Opinião vol.10; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, Carlos
O Choque Antinflacionário e a Política Econômica in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de julho de 1986; Salvador, CEAS, 1986, 12-25 pp..

CASANOVA, Pablo G.
Os Pioneiros do Marxismo na América Latina in Ensaio 15/16 de setembro de 1986; São Paulo, Ensaio, 1986, 129-132 pp..

CASSEB, N. C. B.
As Condições de Reprodução da Força de Trabalho em São Paulo- Questão alimentar; tese de mestrado, PUC-SP; São Paulo, mimeo, 1983.

CASTRO, Pedro
Greve - Fatos e Significados; Coleção: Princípios; São Paulo, Atica, 1986, 72 pp..

CATANI, Denice Barbosa et alii
Universidade, Escola e Formação de Professor; São Paulo, Brasiliense, 1986.

CDQV - Centro de Defesa da Qualidade de Vida
São Bernardo - Nasce novo sindicalismo; Rio de Janeiro, Centro de Defesa da Qualidade de Vida, 1984, 22 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
Desemprego Explicado in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e
Ação Social de março de 1982; Salvador, CEAS, 1982, 20-28 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
Golpe Sobre Golpe in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e Ação
Social de setembro de 1984; Salvador, CEAS, 1983, 3-7 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
Os Petroquímicos e os Congressos in Cadernos do CEAS - Centro de
Estudo e Ação Social de março de 1984; Salvador, CEAS, 1984, 73
pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
O Povo Continua Lutando in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e
Ação Social de julho de 1984; Salvador, CEAS, 1984, 3-8 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
Rumos e Perspectiva do Movimento Popular in Cadernos do CEAS -
Centro de Estudo e Ação Social de novembro de 1984; Salvador,
CEAS, 1984, 85-96 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
As Greves e a Nova República in Cadernos do CEAS - Centro de
Estudo e Ação Social de julho de 1985; Salvador, CEAS, 1985, 4-7
pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
A Luta Por Uma Nova Organização Sindical in Cadernos do CEAS -
Centro de Estudo e Ação Social de novembro de 1985; Salvador,
CEAS, 1985, 44-49 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
Direito Sindical - Discussão com vistas à Eleição; in Cadernos do
CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de março de 1986; Salvador,
CEAS, 1986, 54-61 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
Em Torno da Convenção 87 da OIT in Cadernos do CEAS - Centro de
Estudo e Ação Social de setembro de 1986; Salvador, CEAS, 1986,
57-64 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
Constituinte, Salário e Dívida Externa in Cadernos do CEAS -
 Centro de Estudo e Ação Social de março de 1987; Salvador, CEAS,
 1987, 3-9 pp..

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social
Oposição Sindical in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e Ação
 Social no. 63; Salvador, CEAS, 1979, 76 pp..

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Agricultura: Agonia da Modernização in Novos Estudos de nov. de
 1983; São Paulo, CEBRAP, 1983, 54-63 pp..

CECCON, Claudius
Dez Coisas Sobre os Direitos dos Trabalhadores; Petrópolis,
 Vozes, 1985, 105 pp..

CEDAC - Centro de Ação Comunitária
Seminário Sindical Nacional; Coleção: Coletivo Sindical; in
 CEDAC; Rio de Janeiro, CEDAC, 1983, 50 pp..

CEDAC - Centro de Ação Comunitária
Técnicas e Métodos de Educação Sindical in CEDAC - Centro de Ação
 Comunitária DE 1985; Rio de Janeiro, CEDAC, 1985, 20 pp..

CEDAC-CAPPS
Sindicato Organizado pela Base in Seminário de Formação Sindical
 de out. de 1981; São Paulo, CEDAC-CAPPS, 1981.

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Sindicato Em Época de Crise; Petrópolis, Vozes, 1984, 130 pp..

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Sindicatos: Autonomia e Unidade in Cadernos Populares 1;
 Petrópolis.

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Liberdade Sindical e Democracia in Revista de Cultura
 Contemporânea 1, ano 1; São Paulo, CEDEC - Centro de Estudos de
 Cultura Contemporânea, 1977, 34-48 pp..

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Trabalhadores Urbanos no Brasil: 82-84; São Paulo, CEDI, 1986,
 198 pp..

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Metalúrgicos do ABC e a Nova República in Tempo e Presença de
 novembro de 1985; Rio de Janeiro, CEDI, 1985, 4-6 pp..

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Reforma Agrária e liberdade de Organização in Tempo e Presença
 de abril de 1986; São Paulo, CEDI, 1986, 32 pp..

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Movimento Operário: Balanço e Perspectiva in Tempo e Presença de
 janeiro de 1986; São Paulo, CEDI, 1986, 8-10 pp..

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
História dos Trabalhadores de São Caetano São Paulo, CEDI, 1987,
 132 pp..

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL
Mulheres Operárias; São Paulo, Nobel, 1979.

CENTRU - Centro do Trabalhador Rural
Formação Sindical in Formação Sindical do CENTRU - Centro do
 Trabalhador Rural; Recife, CENTRU, 29 pp..

CERQUEIRA, Luiz Egypto de
Imprensa e Indústria da Consciência- A informação e a contra-
 informação militante; tese de mestrado, PUCSP-História; São
 Paulo, mimeo, 1982, 95 pp..

CES
Os Sindicatos e a Mobilização pela Constituinte in Debate
 Sindical de maio de 1986; São Paulo, CES, 1986, 37-41 pp..

CES
A Quem Serve a Aprovação da Convenção 87? in Debate Sindical de
 maio de 1986; São Paulo, CES, 1986, 16-21 pp..

CES

Dívida Externa: Quem Paga Esta Conta? in Debate Sindical; São Paulo, CES, 1987, 20-25 pp..

CET - Centro de Estudos do Trabalho

O Massacre de Ipatinga in CET - Centro de Estudos do Trabalho de 1982; Petrópolis, Vozes, 1982, 20 pp..

CHAHAD, Jose Paulo Zeetano

Seguro-desemprego- Lição da história e a perspectiva para o Brasil; tese de livre-docência, USP-FEA; São Paulo, mimeo, 1986, 496 pp..

CIDAS - Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical

Texto Para Discussão- Tecnologia e Automação; in Boletim Sindical de janeiro de 1986; São Paulo, CIDAS, 1986, 52-60 pp..

CIDAS - Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical

O Movimento Sindical e a Constituinte in Boletim Sindical de janeiro de 1986; São Paulo, CIDAS, 1986, 29-31 pp..

CIDAS - Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical

A Greve dos 400 Mil Cortadores de Cana in CIDAS no. 19; São Paulo, CIDAS, 13 pp..

CIGNOLLI, A.

Estado e Força de Trabalho, - Introdução a política social no Brasil; São Paulo, Brasiliense, 1985, 117 pp..

CODA, Roberto

Situação no Trabalho e Características das Políticas de Recursos Humanos para Executivos tese de doutoramento, USP-FEA; São Paulo, mimeo, 1986, 254 pp..

COELHO, Maria Ines e ZANETTI, Hermes

Perpectivas de Associação de Docentes de Primeiro e Segundo Graus; São Paulo, Cortez, 1980, 181 pp..

COLETA, Jose Augusto dela

Acidentes de Trabalho; São Paulo, Atlas, 1989, 150 pp..

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura,
As Lutas Camponesas no Brasil, 1980; Rio de Janeiro, Marco Zero,
1981.

CORDOVA, Efrén

A Organização Sindical Brasileira e a Convenção 87 da OIT
Brasília, Ministério do Trabalho/IBRART - Instituto Brasileiro de
Relações do Trabalho, 1985, 54 pp..

CORDOVA, Efrén (coord.)

Las Relaciones Coletivas de Trabajo en America Latina - Estudio
de sus actores, sus diversas manifestaciones y sus conflictos com
especial referencia al setor privado; Genebra, OIT - Organização
Internacional do Trabalho, 1981.

CORREA, Hércules

Papel dos Sindicatos na Luta Democrática; São Paulo, Juruá, 1981,
28 pp..

CORREA, Hércules

O ABC de 1980; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Beatriz

O Trabalhador e a Produção Hoje: um ponto de vista; Rio de
Janeiro, Vozes-Nova, 1985, 78 pp..

COSTA, Leticia Borges

A Participação da Mulher no Merccado de Trabalho- O caso de São
Paulo; tese de doutoramento, USP-FEA; São Paulo, mimeo, 1982, 196
pp..

COSTA, Marcia R.

As Vítimas do Capital- Os acidentados do trabalho; Rio de
Janeiro, Achime, 1981, 117 pp..

COSTA, Sergio Amed

Estado Como Agente do Controle Sindical no Brasil- Um estudo
sobre três mecanismos de coerção: 1960-1964; tese de mestrado,
USP-Depto. de Ciências Sociais; São Paulo, mimeo, 1985.

COSTA, Sergio Amed

Estado e Controle Sindical no Brasil Coleção: Coroa Vermelha (Estudos Brasileiros) vol 12; São Paulo, T.A. Queiroz, 1986, 192 pp..

COUTINHO, Ronaldo do Livramento

Operário de Construção Civil- Urbanização e classe operária no Brasil; tese de livre-docência, UFF Dpto. de Ciências Sociais; Rio de Janeiro, mimeo, 1980.

CPO Nacional

A Classe Operária e Movimento Sindical do Brasil in cadernos do CPO; Duque de Caxias, CPO, 124 pp..

CPT - Comissão Pastoral da Terra

O Sistema Capitalista x O Sindicalismo Autêntico Coleção: Voz da Terra; in Voz da Terra de set. de 1984; Porto Alegre, CPT - Comissão Pastoral da Terra, 1984, 56-60 pp..

CPT/UCG/CJC

Sindicalismo e Educação Sindical in Caderno do CPT - Comissão Pastoral da Terra; Goiania, CPT, 1984, 24 pp..

CPV - Centro Pastoral Vergueiro

Discutindo a Estrutura Sindical Coleção: Apoio Mov. Sind.; in Caderno do CPV - Centro Pastoral Vergueiro; São Paulo, CPV, 1985, 45 pp..

CPV - Centro Pastoral Vergueiro

Autogestão Coleção: Documentação; in Caderno do CPV - Centro Pastoral Vergueiro; São Paulo, CPV, 1984, 73 pp..

CPV - Centro Pastoral Vergueiro

Greve e Repressão na Nova República Coleção: Documentação; São Paulo, CPV - Centro Pastoral Vergueiro, 1985, 186 pp..

CPV - Centro Pastoral Vergueiro

Luta Sindical- Radiografia de um jornal operário; São Paulo, Centro Pastoral Vergueiro, 1984, 264 pp..

CUT - I CONCLAT in Tempo/Presença de 1984; São Paulo, Tempo/Presença, 1984, 214 pp..

DEBERT, Guita Grin

Política de Significação no Início dos Anos 60:- O Nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISBEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG); tese de doutoramento, USP-Depto. de Ciências Sociais; São Paulo, mimeo, 1986.

DEL ROIO, Jose Luiz

Primeiro de Maio: Cem Anos de Luta, 1976-1986- Sua Origem, Seu Significado e suas Lutas; São Paulo, Global, 1986.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves

O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil - 1961-64; Petrópolis, Vozes, 1986, 224 pp..

DESEP/CUT: Central Unica dos Trabalhadores-SP

Os Trabalhadores na Constituinte in Debate Sindical de fevereiro de 1987; São Paulo, DESEP/CUT-SP, 1987, 07-09 pp..

DIAFERIA, Lourenço

Homem de Cimento- Reporter; São Paulo, Três, 1978, 56-68 pp..

DIAS, Arcelina

A Greve dos Metalúrgicos/ABC em 1980, na Imprensa; Coleção: Comunicação & Sociedade; São Paulo, Instituto Metodista, 1984, 137-148 pp..

DIAS, Edmundo Fernandes

Democracia Operária Coleção: Teses; Campinas, Unicamp, 1987, 2 vol. 366 pp..

DIAS, Eduardo

Um Imigrante e a Revolução - Memórias de um militante operário; São Paulo, Brasiliense, 1983, 122 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos

Balanco Anual - Greves 1979; in Balanço Anual de 1980, São Paulo, DIEESE, 1980, 37 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
CCQ ou Como Aumentar a Produtividade com Alienação; Coleção:
Automação; in DIEESE - Sindicato Metalúrgico de Santo Andre de
1983; São Paulo, DIEESE, 1983, 18 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Opinião dos Dirigentes Sobre Educação Sindical in DIEESE de
fevereiro de 1983; São Paulo, DIEESE, 1983, 5-7 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
O Movimento Sindical Perante a Automação in DIEESE de junho de
1983; São Paulo, DIEESE, 1983, 11-13 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
A Nova Automação- Comando Numérico; in DIEESE de setembro de
1983; São Paulo, DIEESE, 1983, 22-24 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Produtividade e Campanha Salarial in DIEESE, Anais de 1979; São
Paulo, DIEESE, 1979, 274 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Os Efeitos da Automação no Sistema Bancário in DIEESE de dezembro
de 1983; São Paulo, DIEESE, 1983, 37-41 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Os Efeitos da Automação no Sistema Bancário in DIEESE de janeiro
de 1984; São Paulo, DIEESE, 1984, 15-19 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Filiados do DIEESE discutem Reformas para a CLT in DIEESE de
abril de 1984; São Paulo, DIEESE, 1984, 9-13 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Experiências Sindicais com Automação in DIEESE de julho de 1984;
São Paulo, DIEESE, 1984, 25-26 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
A Convenção no.87 da OIT in DIEESE de novembro de 1984; São
Paulo, DIEESE, 1984, 16-21 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Os Mais Pobres e a Questão do Salário Mínimo in DIEESE de maio de
1986; São Paulo, DIEESE, 1986, 4-18 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Os Números da Automação na Indústria Brasileira in DIEESE de maio
de 1986; São Paulo, DIEESE, 1986, 39-41 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Rotatividade no Emprego Antes e Depois do Pacote in DIEESE de
agosto de 1986; São Paulo, DIEESE, 1986, 6-12 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Brasil Ratifica Convenção 148 OIT in DIEESE de dezembro de 1986;
São Paulo, DIEESE, 1986, ..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Baixos Níveis de Emprego e Salário: Siderurgia Brasileira in
DIEESE de janeiro de 1987; São Paulo, DIEESE, 1987, 5-7 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Precos Sobem, Salários Reais Declinam in DIEESE de fevereiro de
1987; São Paulo, DIEESE, 1987, 3-6 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos
Trabalhador de Baixa Renda: Precária Situação Alimentar in DIEESE
de junho de 1987; São Paulo, DIEESE, 1987, 5-7 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos

As Reivindicações dos Trabalhadores na Constituinte in DIEESE de
junho de 1987; São Paulo, DIEESE, 1987,.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos

Ciência e Tecnologia in DIEESE de julho; São Paulo, DIEESE, 1987,
15-18 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos

Aumenta o Desemprego no Setor Industrial in DIEESE de setembro de
1987; São Paulo, DIEESE, 1987, 15-23 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos

Plano de Controle da Economia in DIEESE de setembro de 1987; São
Paulo, DIEESE, 1987, 3-5 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos

Um Perfil dos Trabalhadores de Baixa Renda in DIEESE de outubro
de 1987; São Paulo, DIEESE, 1987, 5-15 pp..

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos

A Automação Como Forma de Controle Social in DIEESE de julho de
1986; São Paulo, DIEESE, 1986, 18-21 pp..

DIESAT - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de
Saúde e dos Ambientes de Trabalho

Insalubridade: Morte Lenta no Trabalho; São Paulo, Oboré, 1989,
223 pp..

DUARTE, Antonio e MIRANDA, Orlando

O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Trabalhismo e Social-
Democracia; Coleção: Cadernos de Educação Política no. 5 ; São
Paulo, Graal, 1985, 74 pp..

DULLES, John W.

Anarquistas e Comunistas no Brasil 1900-1945 Coleção: Brasil
Século XX, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

ECONOMIA & POLITICA

Microeletrônica e Automação:- Nova Fase da Indústria; in Economia & Política de julho de 1986, São Paulo, Brasiliense, 1986, 69-81 pp..

EQUIPE DO NOVA

Movimento dos Trabalhadores: um debate in Cadernos de Educação Popular no. 5; Petrópolis, Vozes.

EQUIPE DO NOVA

O Trabalhador e a Produção Hoje in Cadernos de Educação Popular no. 9, Petrópolis, Vozes.

ERBER, Fábio S. (org.)

Processo de Trabalho e Estratégias de Classe; Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 179 pp..

ERICKSON, Kenneth Paul

Sindicalismo no Processo Político no Brasil; São Paulo, Brasiliense, 1979, 241 pp..

ESCRITA/ENSAIO

A Nova República e o Plano Cruzado in Escrita/Ensaio no. 15/16 de setembro de 1986, São Paulo, 1986, 258-262 pp..

ESCRITA/ENSAIO

Formação, Estrutura e Lutas Cotidianas in Escrita/Ensaio no. 15/16 de setembro de 1986, 1986, 235-249 pp..

ESCRITA/ENSAIO

Movimento Operário- Novas e Velhas Lutas; in Escrita/Ensaio no. 6.

ESCRITA/ENSAIO

O Arrocho Treme nas Bases do ABC in Escrita/Ensaio no. 7.

FABELLA, Gonzalo et alli

Novas Relações Sindicais no Brasil in Cadernos IPEA/IPLAN; Goiânia, IPEA/IPLAN, 1984, 45 pp..

FALABELLA, Gonzalo et alii
Novas Relações Sindicais no Brasil: o Debate in IPEA/IPLAN de
 1984; Goiania, IPEA/IPLAN, 1983, 45 pp..

FALJONE, Admar
Prática das Negociações Sindicais; Rio de Janeiro, Tama, 1984,
 224 pp..

FARIA, Hamilton
A Experiência Operária nos Anos da Resistência; São Paulo, mimeo,
 465 pp..

FARIA, José Henrique de
Poder e Trabalho- As Comissões de Fábrica das Unidades;
Produtivas; tese de Mestrado, USP-FEA; São Paulo, mimeo, 1986,
 368 pp..

FARIA, José Henrique
Socialismo, Democracia e Formas de Gestão; Coleção: Socialismo &
 Democracia; São Paulo, Alfa Omega, 1984, 25-29 pp..

FARKAT, Magnus
Uma Proposta para Democratizar a Estrutura Sindical in Debate
 Sindical de setembro de 1986, São Paulo, Debate Sindical, 1986,
 4-9 pp..

FARKATT, Magnus
Uma Proposta para Democratizar a Estrutura Sindical in Debate
 Sindical do CES de set. de 1986; São Paulo, CES, 1986, 4-9 pp..

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social
Formação Sindical em Debate in Proposta de julho de 1986; Rio de
 Janeiro, FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social, 1-52
 pp..

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social
Comissão de Fábrica: uma forma de organização; Petrópolis, Vozes,
 1981, 60 pp..

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social
Organização de Fábrica; Porto Alegre, FASE - Federação de Órgãos
 para Assistência Social, 40 pp..

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social
Formação Sindical- A Experiência dos Químicos do ABC; in Cadernos
 da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social de 1983,
 São Paulo, FASE, 1983, 44 pp..

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social
Educação Política Coleção: Proposta; in Cadernos da Fase de junho
 de 1982; Rio de Janeiro, FASE - Federação de Órgãos para
 Assistência Social, 1982, 12-16 pp..

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social
Químicos do ABC; Coletanea: Proposta in Cadernos da Fase de julho
 de 1986; Rio de Janeiro, FASE - Federação de Órgãos para
 Assistência Social, 1986, 19-30 pp..

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social
Organizando a Fábrica in Fase da Fase de 1988; Porto Alegre,
 Seriema, 1988, 54 pp..

FERRANTE, Vera Lucia Botta
FGTS: Ideologia e Repressão; São Paulo, Atica, 1978, 419 pp..

FERREIRA, Rosa Maria Fischer
A Política e as Políticas das Relações do Trabalho; tese de
 mestrado, USP-FFCHL, São Paulo, mimeo, 1983, 417 pp..

FIGARO, Roseli
A Garra dos Trabalhadores da Aviação in Debate Sindical de
 setembro de 1986; São Paulo, Debate Sindical, 1986, 31-35 pp..

FLEURY, Afonso C. Correa
Organização do Trabalho Industrial- Um confronto entre teoria e
 realidade, tese de doutoramento, USP, São Paulo, mimeo, 1978.

FLEURY, Afonso Carlos Correa
Organização de Trabalho Industrial- Um confronto entre teoria e
 realidade, tese de doutoramento, USP-Politécnica, São Paulo,
 mimeo, 1978.

FLEURY, Afonso Carlos Correa
O Símbolo das Relações de Trabalho- Um estudo sobre relações de
 trabalho na empresa estatal, tese de livre docência, USP-FEA, São
 Paulo, mimeo, 1986, 237 pp..

FLEURY, Maria Tereza Leme et alli
Processo e Relações de Trabalho no Brasil; São Paulo, Atlas, 1985, 220 pp..

FNT - Frente Nacional do Trabalho
Justica do Trabalho; São Paulo, Paz e Terra, 1982, 245 pp..

FOLHETIM
A Democracia Começa na Fábrica- Entrevista de Luiz Weneck Vianna; in Folhetim de 7 de outubro de 1979, São Paulo, Folha de São Paulo, 1979, 14 pp..

FOLHETIM
As Mulheres em Greve in Folhetim de 25 de março de 1979, São Paulo, Folha de São Paulo, 1979.

FRANCO, Maria A.C. et allii
O Papel do Professor no Cotidiano Escolar- Um estudo sobre professores de 2o. grau no Rio de Janeiro; in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de set/dez de 1985, Brasília, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1985.

FREDERICO, Celso
Movimento Operário e Constituinte in Revista Novos Rumos de janeiro de 1986, São Paulo, Revista Novos Rumos, 1986, 113-124 pp..

FREDERICO, Celso
A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984 in Revista Novos Rumos de 1987, São Paulo, Revista Novos Rumos, 1987, 348 pp..

FREDERICO, Celso
O Outro do Outro- As metamorfoses da consciência de classe; tese de doutoramento, USP-FFCHL, São Paulo, mimeo, 1979, 207 pp..

FREDERICO, Celso
Consciência Operária no Brasil- Estudo de um grupo de trabalhadores; São Paulo, Atica, 1978, 140 pp..

FREDERICO, Celso
A Vanguarda Operária São Paulo, Símbolo, 1979, 154 pp..

FREIRE, Paulo e MELLO, Guiomar Namo de
A Educação em Questão in Revista de Educação da APEOESP de
 dezembro de 1985; São Paulo, APEOESP, 1985, 25-27 pp..

FREITAS, Lena Casello Brando Ferreira de
As Elites Brasileiras e a Escola Superior de Guerra; tese de
 doutoramento, USP-FFCHL, São Paulo, mimeo, 1986, 225 pp..

FUCHTNER, Hans
Os Sindicatos Brasileiros: Organização e função política; Rio de
 Janeiro, Graal, 1980, 159 pp..

GARCIA, M. Aurélio
São Bernardo: a (Auto) Construção de um Movimento Operário in
Desvio no. 1 de nov. de 1982; São Paulo, Desvio, 1982.

GASQUES, José
Uma Análise dos Fatores que Afetam os Salários na Agricultura;
 tese de doutoramento, USP - FEA, São Paulo, mimeo, 1981, 139 pp..

GEB-URPLAN - Grupo de Educação Popular/Urplan
Uma Proposta de Educação para a Luta e Organização in GEB-URPLAN
 de 1983; São Paulo, GEB-URPLAN, 1983, 330 pp..

GEP-URPLAN - Grupo de Educação Popular/Urplan
Práticas Alternativas de Educação no Meio Rural; tese de
 mestrado, PUC, in GEB-URPLAN, Rio de Janeiro, PUC, 1986, 11-18
 pp..

GEP-URPLAN - Grupo de Educação Popular/Urplan
41 Dias de Resistência e Luta - Uma análise de greve feita por
quem dela participou in Cadernos do Trabalhador No. 1, São
 Bernardo, GEP-URPLAN - Grupo de Educação Popular/Urplan, 1980.

GEP-URPLAN - Grupo de Educação Popular/Urplan
Cala Boca, Peão in Cadernos do Trabalhador No. 5, São Paulo, GEP-
 URPLAN - Grupo de Educação Popular/Urplan.

GEP-URPLAN - Grupo de Educação Popular/Urplan
Forjando o Aço. Forjando a Luta in Cadernos do Trabalhador No. 2,
 São Paulo.

GHIRALDELLI JR., Paulo

Educação e Movimento Operário; São Paulo, Cortez, 1987, 168 pp..

GIAMBIAGI, F. et alii

Política Salarial e Distribuição de Renda in Revista Economia e Política de outubro de 1987, São Paulo, Brasiliense, 1987, 92-102 pp..

GIANNOTTI, Vito

O Que é Estrutura Sindical; Coleção: Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1987, 72 pp..

GIANNOTTI, Vito

A Liberdade Sindical no Brasil; Coleção: Tudo é História; São Paulo, Brasiliense, 1987, 72 pp..

GIANNOTTI, Vito

Reconstruindo Nossa História- 100 anos de luta operária; Petrópolis, Vozes, 1988, 112 pp..

GOMES, Angela de Castro

A Invenção do Trabalhismo; Coleção: Formação do Brasil, Rio de Janeiro, Vertice/IUPERJ, 1988, 344 pp..

GOMES, Carlos M.

Formação Operária: Alguns pressupostos; Rio de Janeiro, Proposta /Fase, 1986, 40-50 pp..

GOMES, Gustavo Pedrosa de Maia et alii

Recessão e Desemprego nas Regiões Brasileiras; Recife, UFPE/PIMES, 1985, 106 pp..

GONÇALVES, Francisco L. S.

Duas Vertentes e Dois Projetos de Sindicalismo; São Paulo, CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1985, 42 pp..

GONÇALVES, Francisco Luiz Salles

Sindicatos Numa Época de Crise; São Paulo, Vozes, 1984.

GONÇALVES, José

Mão de Obra e Condições de Trabalho na Indústria; São Paulo, Hucitec, 1985, 157 pp..

GONÇALVES, Sebastião Ovidio
Salário, Motivação e Estratégias de Sobrevivência de
Trabalhadores Urbanos; tese de mestrado, PUC-RS, Porto Alegre,
 mimeo, 1982, 192 pp..

GRONDIN, Marcelo e VIEZZER, Moema
Diagnóstico dos Motivos de Sindicalização dos Trabalhadores;
 Coleção: Texto de Apoio no. 1, São Paulo, 13 de Maio/NEP - Núcleo
 de Educação Popular, 1982, 97 pp..

GROSSI, Yonne de Souza
Mina de Morro Velho: A Estração do Homem- A história de
experiência operária; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 265 pp..

GRZYBOWSKY, Cândido
Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo;
 Petrópolis, Vozes, 1987, 90 pp..

GTP da Região Sul
Sindicato Livre X Sindicato de Estado in Cadernos do GTP de
 1983, São Paulo, GTP, 1983, 19 pp..

HADLER, Maria Silvia Duarte
A Política de Controle da Classe Operária no Governo de Vargas;
 Coleção: Cara-a-Cara no. 2 de Dez. de 1978; Rio de Janeiro,
 Vozes, 1978, 107-114 pp..

HALL, Michael e PINHEIRO, Sergio (orgs.)
A Classe Operária no Brasil (1889-1930); São Paulo, Alfa Omega,
 1979.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sergio
A Classe Operária no Brasil; São Paulo, Brasiliense, 1981.

HARDEMAN, Foot Francisco
Trabalho Urbano e Vida Operária; Coleção: Brasil História vol. 3,
 São Paulo, Brasiliense, 1981, 275-298 pp..

HARDMAN, Francisco Foot
Nem Pátria, Nem Patrão- Vida operária e cultura emergente no
Brasil; São Paulo, Brasiliense, 1983, 199 pp..

HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor
História da Indústria e do Trabalho no Brasil e das Origens aos
anos 20; Coleção: Teses no. 6; São Paulo, Global, 1982, 416 pp..

HARDMAN, Francisco Foot
O Movimento Operário e a Revolução de 30; Coleção: Brasil
 História vol. 4, São Paulo, Brasiliense, 1981, 103-112 pp..

HAVELICK, Franklin, L.
Negociações Coletivas- Novas dimensões nas relações trabalhistas;
 Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 165 pp..

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de
A Morada da Vida- Trabalho familiar de pequenos produtores do
 Nordeste do Brasil; Coleção: Estudos sobre Nordeste vol. 7, Rio
 de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 164 pp..

HERNANDEZ, Ignácio
Memória Operária- Cidade Industrial-Contagem BH. 1968/1978; Belo
 Horizonte, Vega, 1979, 160 pp..

HOBSBAUM, Eric J.
Trajetória do Movimento Operário; Coleção: Trabalhadores, in
 Trabalhadores no. 2; Campinas, Fundo de Assistência a Cultura da
 Secr. de Cultura de Campinas, 1989, 40 pp..

HUMPHREY, J.
As Raízes e os Desafios do "Novo" Sindicalismo na Indústria
Automobilística; Coleção: Estudos CEBRAP no. 26, Rio de Janeiro,
 Vozes, 1980.

HUMPHREY, J.
A Fábrica Moderna no Brasil in Revista de Cultura e Política no.s
 5/6, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HUMPHREY, J.
Operários da Indústria Automobilística no Brasil- Novas
 tendências no movimento trabalhista; Coleção: Estudos CEBRAP no.
 23; Rio de Janeiro, Vozes, 1979.

HUMPHREY, John
Sindicato: Um Mundo Masculino; Coleção: Novos Estudos Vol. 2(1),
 São Paulo, CEBRAP, 1983, 47-52 pp..

HUMPHREY, John
Fazendo o "Milagre" - Controle Capitalista e Luta; Petrópolis,
 Vozes/CEBRAP, 1982, 251 pp..

HUMPHREY, John
Trabalho e Dominação; Coletanea: Estudos CEBRAP, Petrópolis,
 Vozes, 1980, 194 pp..

HUNGARO, Adilson Roberto
Salários e Preços no Setor Montador de Autoveículos, 1975/82;
 tese de mestrado, USP - FEA, São Paulo, mimeo, 1984, 101 pp..

IANNI, Octavio
O ABC da Classe Operária; São Paulo, Husitec, 1980.

IANNI, Octavio
A Classe Operária Vai ao Campo; São Paulo, Cebrap/Brasiliense,
 1986, 61 pp..

IBASE
A Participação dos Trabalhadores no FGTS in Revista Vozes de
 setembro de 1983, Petrópolis, Vozes, 1983, 180 pp..

IBASE
Inflação e Custo de Vida in Revista Vozes de agosto de 1983,
 Petrópolis, Vozes, 1983, 10-36 pp..

IBASE
Pacto Social in Dados de Base de setembro de 1985, Rio de
 Janeiro, IBASE, 1985, 6 pp..

IBASE
Nova República in Dados de Base de março de 1985, Rio de Janeiro,
 IBASE, 1985, 5 pp..

IBASE
Um Retrospecto Muito Breve de 1986 in Dados de Base de dezembro
 de 1986, Rio de Janeiro, IBASE, 1986, 1-4 pp..

IBASE
Política Trabalhista in Dados de Base de dezembro de 1986, Rio de
 Janeiro, IBASE, 1986, 23-33 pp..

IBASE

Dezembro de 1986 a Janeiro de 1987- Tempo de crise; in Dados de Base de dezembro de 1986, Rio de Janeiro, IBASE, 1986, 4-13 pp..

IBRAHIM, José

O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Comissão de Fábrica;
Coleção: Caderno de Educação Política, São Paulo, Global, 1986.

IV SEMANA DO TRABALHADOR

Igreja, Classe Trabalhadora e Democracia; São Paulo, Paulinas, 1984, 86 pp..

IVE, AFL-CIO

Manual de Liderança; Rio de Janeiro, Lidador, 1965.

KAGEYAMA, A.

Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70 in Cadernos de CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de novembro de 1983, Salvador, CEAS, 1983, 25-39 pp..

KHOURY, Yara Aun

As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária Coleção: Teoria e Práticas Sociais, São Paulo, Cortez, 1981, 221 pp..

KOURY, Guilherme P.

Sindicato e Política- Caso da Zona da Mata em Pernambuco de 1968-1974; tese de mestrado, UFPE, Recife, mimeo.

KOVAL, Boris

História do Proletariado Brasileiro 1857-1967; São Paulo, Alfa-Omega, 1982, 568 pp..

KRAYCHETE, Gabriel

Crise e Transformações no Processo de Trabalho in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de janeiro de 1985, Salvador, CEAS, 1985, 9-15 pp..

LAGO, Luiz Correa do et alii

Estrutura Ocupacional, Educação e Formação de Mão-de-obra- os países desenvolvidos e o caso brasileiro, tese de mestrado, FGV, Rio de Janeiro, mimeo, 1981.

LAINO, André
Controle Fabril- Poder e autoridade do capital; Petrópolis,
Vozes, 1983, 199 pp..

LAMAS, leandro
CUT e o Momento da Reforma Agrária São Paulo, Tempo e Presença,
1986, 8-10 pp..

LAZANA, Antonio Evaristo Teixeira
Diferenças de Salários na Economia Brasileira- Uma análise do
período 1960-83; tese de doutoramento, USP-FEA, São Paulo, mimeo,
1986, 216 pp..

LEITE, Marcia de Paula
Sindicatos e Trabalhadores na Crise do Populismo; tese de
Mestrado, Unicamp, Campinas, mimeo, 1983.

LEITE, Marcia de Paula
Reivindicações Sociais dos Metalúrgicos; São Paulo, Socialismo &
Democracia, 1984, 35-62 pp..

LEITE, Marcia de Paula
A Operária Metalúrgica- Estudo sobre as condições de vida e
trabalho das operárias metalúrgicas na cidade de S. Paulo; São
Paulo, Semente, 1982, 160 pp..

LEME, Marisa Sainz
A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945; Petrópolis,
Vozes, 1987.

LIMA, Luiz Antonio Poli
A Política Salarial do Governo do Estado de São Paulo Entre 1960-
1978; tese de mestrado, USP-FEA, São Paulo, mimeo, 1979, 2 vol.
pp..

LINHARES, H.
Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil; São Paulo,
Alfa-Omega, 1977.

LINHARES, Robert

O Açúcar e a Fome- pesquisa nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro; Coleção: Série Estudos Sobre o Nordeste, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 111 pp..

LINHARES, Robert

Greve na Fábrica Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 147 pp..

LOBO, Elizabeth

As Mulheres e os Sindicatos: Novas práticas in Tempo e Presença de novembro de 1986, São Paulo, Tempo e Presença, 1986, 4-6 pp..

LOBOS, Julio

Sindicalismo e Negociações; Rio de Janeiro, Jose Olimpio, 1985, 344 pp..

LOBOS, Julio

Manual de Guerrilha Trabalhista; São Paulo, Melhoramentos, 1987.

LOPES, Carmen Lucia Evangelho

O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Sindicato no Brasil; Coleção: Cadernos de Educação Política no. 10; São Paulo, Graal, 1982, 96 pp..

LOPES, José Sergio Leite

A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés"; Coleção: Pensamento Antropológico; São Paulo, Marco Zero/Ed. Universidade de Brasília, 1988, 623 pp..

LOYOLA, Maria Andrea Rios

Os Sindicatos e o PTB- Estudo de um caso em Minas Gerais; Coleção: Cadernos CEBRAP no. 35, Petrópolis, Vozes, 1980, 143 pp..

LOYOLA, Maria Andrea Rios

Les Ouvriers et le Populisme, les Attitudes Ouvriers a Juiz de Fora; tese de doutorado, Ecole Pratique des Houts Etudes, Paris, mimeo, 1973, 378 pp..

MAAR, W.

No Conclat Nao se Diz Cut? in Tempo e Presença de jan. de 1984, São Paulo, Tempo e Presença, 1984, 4-6 pp..

MACEDO, Roberto Brás Matos
Os Salários na Teoria Econômica; Rio de Janeiro, IDEA/INPES/PNDE, 1981.

MAFFEI, Eduardo
A Greve; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 162 pp..

MAGANO, Octavio S.
Organização Sindical Brasileira in Revista dos Tribunais de 1984, São Paulo, Revistas dos Tribunais, 1982, 204 pp..

MAGNANI, Silvia Ingrid
Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917); São Paulo, Brasiliense, 1982, 195 pp..

MANFREDI, D.
A Epopéia da "Gloria": Um caso de sugestão in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de março de 1983, Salvador, CEAS, 1983, 44-47 pp..

MANFREDI, Silvia Maria
Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica; São Paulo, Loyola, 1986, 325 pp..

MARAM, Sheldon Leslie
Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro: 1890-1920; Coleção: Estudos Brasileiros Vol. 34, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARANHAO, Ricardo
Sindicatos e Democratização- Brasil 1945/1950; São Paulo, Brasiliense, 1979, 123 pp..

MARANHAO, Ricardo
Os Trabalhadores e os Partidos; São Paulo, Semente, 1981.

MARANHAO, Ricardo e MENDES JR., Antonio
Origem do Proletariado Industrial no Brasil; Coleção: Brasil História vol.3, São Paulo, Brasiliense, 1981, 217-226 pp..

MARANHAO, Ricardo e MENDES JR., Antonio
Anarquistas e Anarco-sindicalismo no Brasil; Coleção: Brasil
 História vol. 3, São Paulo, Brasiliense, 1981, 311-321 pp..

MARANHAO, Ricardo e MENDES JR. Antonio
O Movimento Operário Diante do Populismo; Coleção: Brasil
 História vol. 4, São Paulo, Brasiliense, 1981, 241-244 pp..

MARDONI, Amneris
A Gestão da Produção Como Forma de Luta; Coleção: Desvios no. 3,
 Rio de Janeiro, Paz e Terra, 51-68 pp..

MARQUES, Rosa M.
A Automação e os Trabalhadores in Tempo e Presença de abril de
 1986, São Paulo, Tempo e Presença, 1986, 7-9 pp..

MARTINS, Carlos E.
Participação nas Empresas do Estado in Lua Nova de julho de 1984,
 São Paulo, Lua Nova, 1984, 91-93 pp..

MARTINS, Heloisa H.
Igreja e Movimento Operário no ABC in Tempo e Presença de agosto
 de 1987, São Paulo, Tempo e Presença, 1987, 16-19 pp..

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza
O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil; Coleção:
 Ciências Sociais, Coletânea: Realidade Social, São Paulo,
 Hucitec, 1979, 190 pp..

MESQUITA, Humberto
Tupi: a greve da fome São Paulo, Cortez, 1982, 192 pp..

MEYER, Doris Rinaldi
A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos- Estudo de uma comunidade
 rural nordestina; Coleção: Estudos sobre o Nordeste vol. no. 9,
 Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MIGUEL, Antonio e DOBRANSZKY, Emid Abreu
O 1o. Congresso Regional de Educação em Campinas in Educação e
 Sociedade de jan./abril de 1985, Campinas, APEOESP, 1985, 158-160
 pp..

MINAYO, Maria Cecília

A Saúde em Estado de Choque in Espaço e Tempo de 1986, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986, 128 pp..

MIRANDA, Glauro V.

Educação da Mulher e Participação na Força de Trabalho- in LEVIN, Henry M. Educação e Desigualdade no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1984, 254 pp..

MISSE, Michel

Classe Operária e Pensamento Político no Brasil; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MOISES, José Alvaro

Ligões de Liberdade e de Pressão - Os trabalhadores e as lutas pela democracia; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, 245 pp..

MOISES, José Alvaro

A Greve dos 300 mil e as Comissões de Fábrica; São Paulo, Brasiliense, 1978.

MOISES, José Alvaro e SILVA, Roque Aparecido da

Agora Aonde Vamos?- Debate; São Paulo, CEDEC/Brasiliense, 1984.

MOISES, José Alvaro et alii

Alternativas Populares da Democracia: Anos 80; Petrópolis, Vozes, 1982, 139 pp..

MOISES, José Alvaro

Problemas Atuais do Movimento Operário no Brasil in Revista de Cultura Contemporânea de julho de 1978, São Paulo, CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, 49-91 pp..

MOISES, José Alvaro

Greve de Massa e Crise Política- Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54; Coleção: Teoria e História no. 3; São Paulo, Polis, 1978, 168 pp..

MOMESSO, Luiz

A Origem e os Podres da Lei Sindical Atual in Debate Sindical de setembro de 1986; São Paulo, Debate Sindical, 1986, 10-14 pp..

MORAES, Reginaldo

Política Salarial & Sindicatos in Nova Republica: um balanço
Porto Alegre, L&PM, 1986, 227-254 pp..

MORAES, Reginaldo Carmelo Correa

A Fenix Tropical; tese de mestrado, USP-FFLCH, São Paulo, mimeo, 1981, 102 pp..

MORAIS, Fernando Gomes de

Socos na Porta; Coleção: Atualidade vol. 9; Coletânea: Cultura Universitária; São Paulo, Alfa-Omega, 1980, 158 pp..

MORAIS, Reginaldo

Pacto Social- Da negociação ao pacote; Coleção: Universidade Livre; Porto Alegre, L&PM, 1986, 112 pp..

MOREIRA, Ruy

O Movimento Operário e a Questão da Cidade-Campo- Estudo sobre a sociedade e o espaço; Petrópolis, Vozes, 1985, 215 pp..

MOSE, Anita

O Processo de Trabalho e Exploração dos trabalhadores in Cadernos CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de março de 1986; Salvador, CEAS, 1986, 32-40 pp..

MOTTA, Renato Oliveira da

O Movimento Operário e Sindical: algumas experiências in Plural no. 4, São Paulo, Plural, 1979, 56-67 pp..

MOURA, Clovis

O Negro no Mercado de Trabalho; São Paulo, Conselho de Participação e Desenv. da Comunidade Negra, 1986, 16 pp..

MOURA, Milton

O Povo na Praça in Cadernos CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de julho de 1984; Salvador, CEAS, 1984, 12-22 pp..

MUNAKATA, Kazumi

A Legislação Trabalhista no Brasil Coleção: Tudo e História no. 32; São Paulo, Brasiliense, 1981, 112 pp..

MUNHOZ, Fabio A.

Sindicalismo e Democracia Populista- Greve de 1957; in Caderno CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea No. 2; São Paulo, CEDEC, 1978, 21-27 pp..

NASCIMENTO, Amauri Mascaro

Direito Sindical; São Paulo, EDUSP, 1982, 368 pp..

NASCIMENTO, C.

Formação de Formadores: perspectivas políticas in Proposta/Fase de julho de 1986; Rio de Janeiro, FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social, 1986, 31-39 pp..

NEDER Ricardo T.

Novas Tecnologias- Capital e trabalho na crise; in Caderno CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, CEDEC, 1981, 26 pp..

NEDER, Ricardo T.

Resposta Sindical as Novas tecnologias in Caderno CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea ; São Paulo, CEDEC, 100 pp..

NEDER, Ricardo T. et alii

O Que Dizem da Automação os Trabalhadores in LUA NOVA de abril de 1986; São Paulo, LUA NOVA, 1986, 77-81 pp..

NEDER, Ricardo T. et aliii

Automação e Movimento Sindical no Brasil; São Paulo, Hucitec, 1988, 270 pp..

NETO, João Carlos de Oliveira

O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Salário, Preço e Inflação; Coleção: Cadernos de Educação Política no. 3; São Paulo, Graal, 1985, 94 pp..

NEVES, Lucia de Almeida

CET - Centro de Estudos do Trabalho No Brasil:1961-1964; Petrópolis, Vozes, 1986, 144 pp..

NICOLAI, R.

Os Professores de 1o. e 2o. Graus e o Congresso da APEOESP in Educação e Sociedade no. 13 ; São Paulo, APEOESP, 1982, 145-147 pp..

NOVAES, José

A Questão da Autonomia Sindical in CADERNO; Salvador, CADERNO, 1985, 12 pp..

NOVAES, José

A Questão da Unidade Sindical in Caderno de 1985; Salvador, Coclaf, 1985, 11 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

Contribuição Para a Análise das Greves de Maio /78; São Paulo, 13 de Maio, 1979, 48 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

Concepção e Estruturas Sindicais; São Paulo, 13 de Maio, 1984, 25 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

Concepções e Estruturas Sindicais in Cadernos do 13 de Maio/NEP - Núcleo de Educação Popular de 1984; São Paulo, 13 de Maio/NEP, 1984, 25 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

Contribuição para a Análise das Greves de Maio/78 in 13 de Maio/NEP - Núcleo de Educação Popular de 1979; São Paulo, 13 de Maio/NEP, 1979, 48 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

A História dos Salários no Brasil in 13 de Maio/NEP - Núcleo de Educação Popular de nov. de 1986; São Paulo, 13 de maio/NEP, 1986, 34 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

Estatutos de Comissões de Fábrica in Cadernos de 13 de Maio/NEP - Núcleo de Educação Popular de set. de 1982; São Paulo, 13 de Maio/NEP, 1982, 41 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

Vale Mais; São Paulo, 13 de Maio/NEP - Núcleo de Educação Popular, 1984, 50 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

As Estruturas Sindicais no Brasil in Cadernos de formação no. 6; São Paulo, 13 de Maio/NEP - Núcleo de Educação Popular, 1988, 46 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

Trabalhadores Muitas Lutas Uma Só Classe- História das centrais sindicais no Brasil; in Caderno de Formação no. 2; São Paulo, 13 de Maio/NEP - Núcleo de Educação Popular, 1988, 46 pp..

NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO

História do Movimento Operário - Sindical no Brasil; São Paulo, 13 de Maio/NEP - Núcleo de Educação Popular, 1985, 313 pp..

NUNES, Edison

Centrais Sindicais- Ferramentas das lutas políticas dos trabalhadores; in Lua Nova No. 2 de julho/setembro de 1985; São Paulo, Lua Nova, 1985, 87-92 pp..

NUNEZ, Tarson

Sindicalismo e Movimento Grevista; Porto Alegre, PUC/RS, 1987, 35 pp..

OBORE

A Greve dos Trabalhadores- História imediata; São Paulo, Alfa Omega, 1979.

OCIO, Domingo

Salários e Política Salarial; Coleção: Revista de Economia e Política de abril de 1986; São Paulo, Brasiliense, 1986, 5-26 pp..

OLIVA, Aloisio Mercadante

CUT, Um Ano Depois in Tempo e Presença de agosto de 1984; São Paulo, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1984, 19-20 pp..

OLIVA, Aloisio Mercadante

Neo-peleguismo e o Novo Sindicalismo in Tempo e Presença de agosto de 1987; São Paulo, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1987, 4-6 pp..

OLIVA, Nelson

Um Novo Cruzado no Povo in Caderno do CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de jan. de 1987; Salvador, CEAS, 1987, 12-18 pp..

OLIVEIRA, Francisco de

Crise Econômica e Pacto Social; Coleção: Novos Estudos; in Novos Estudos de out. de 1985; São Paulo, Cebrap, 1985, 3-13 pp..

OLIVEIRA, Francisco de

Por Quem as Greves Dobram in Novos Estudo de junho de 1985; São Paulo, CEBRAP, 1985.

OLIVEIRA, Jaime A. de A. e TEIXEIRA, M. Fleury T.

(Im)previdência Social- 60 anos de história da Previdência no Brasil; Petrópolis, Vozes, 1986, 357 pp..

OPOSICAO SINDICAL

Nas Raízes da Democracia in Cadernos do Trabalhador no. 4; São Paulo, Grupo de Educação Popular do URPLAN, 1982.

OPOSIÇÃO SINDICAL METALURGICA DE S.PAULO

Comissões de Fábrica Petrópolis, Vozes.

PAIVA, Vanilda- SILVEIRA, Maria Helena- FERNANDES, Florestan
Formação do Educador: profissional e política in Revista de Educação da APEOESP de dezembro de 1985; São Paulo, APEOESP, 1985, 5 pp..

PADLETTI, Ricardo

Força Metalúrgica; Coleção: Retrato do Brasil; São Paulo, Três, 1985, 299-300 pp..

PENA, Maria Valeria Junho

Mulheres Trabalhadoras- Presença feminina na constituição do sistema fabril; São Paulo, Paz e Terra, 1981, 277 pp..

PEREIRA, Carlindo Marques

O Massacre de Ipatinga in Caderno do Fundo de Greve; São Bernardo, F.G. do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, 1985, 156 pp..

PEREIRA, Duarte Pacheco

Um Perfil da Classe Operária- A dicotomia das Fábricas; São Paulo, Hucitec, 1981.

PEREIRA, Vera Maria Cândido

O Coração da Fábrica- Estudo de caso entre operários têxteis; Coletânea: Contribuições em ciências Sociais, Rio de Janeiro, Campus Ltda., 1979, 242 pp..

PESSANHA, Eliane Gonçalves da Fonte

Vida Operária e Política- Os Trabalhadores da Construção Naval de Niterói; tese de doutoramento, USP- FFCHL; São Paulo, mimeo, 1986, 364 pp..

PIMENTA, Eli

Aspectos da Greve Metalúrgica de Santo André em 1979; tese de mestrado, USP-FFCHL; São Paulo, mimeo, 1979, 246 pp..

PIMENTA, J.

O Massacre de Ipatinga: 20 anos depois in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de maio de 1983; Salvador, CEAS, 1983, 35-44 pp..

PINTO, Almir Pazzianotto

Central Unica, por que não? in Passado e Presente no. 17; São Paulo, Global, 1980, 63 pp..

PINTO, Luzia Alice Cônego Guedes

A Contag- Uma organização contraditória; tese de mestrado, UNEB; Brasília, mimeo.

POSSAS, Cristina

Saúde e Trabalho- A Crise da Previdência Social; São Paulo, Hucitec, 1989, 394 pp..

RAGO, Margareth

Do Cabaré ao Lar- A utopia da cidade disciplinar-1890 a 1930; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RAINHO, Luis F.

Formação Política: desafio e dilema in Tempo e Presença de agosto de 1987; São Paulo, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1987, 9-10 pp..

RAINHO, Luis F.

Os Peões do ABC- Estudo sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico na indústria automobilística; Petrópolis, Vozes, 1980.

RAINHO, Luiz F.

Movimento Sindical: a luta continua in Tempo e Presença de jan. de 1987; São Paulo, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1987, 6-7 pp..

RANDLE, C. Wilson

Contrato Coletivo de Trabalho- Princípios e Práticas; São Paulo, CPT/USAID, 1985, 645 pp..

RECONSTRUÇÃO - Educação, Assessoria, Pesquisa

Comissões de Fábrica em São Paulo in Cadernos do Reconstrução de Lutas Operárias no. 6; São Paulo, Reconstrução - educação, assessoria, pesquisa, 1985, 20 pp..

RENOV - Relações Educacionais e do Trabalho

Cadernos dos Trabalhadores in Cadernos dos Trabalhadores de 1985; São Paulo, Renov, 1985, 15 pp..

RESENDE, P. E.

Autogestão- Associação na produção e na democracia; in Lua Nova/CEDEC de janeiro de 1987; São Paulo, Lua Nova/CEDEC, 1987, 63-66 pp..

RESENDE, Antonio Paulo

História do Movimento Operário no Brasil; Coleção: Série Princípios; São Paulo, Atica, 1986.

REVISTA CULTURA VOZES

Os Cristãos e o Sindicalismo no Brasil in Revista Cultura Vozes de maio de 85, Petrópolis, Vozes, 1985, 194-297 pp..

REVISTA VOZES

Ecologia e Emprego- Uma análise do processo...; in Revista Vozes de ago. 85, Petrópolis, Vozes, 1985, 417-436 pp..

REVISTA VOZES

Vitoriosa a Greve da CSN (Metalúrgicos/V. Redonda) in Revista Vozes de set. 84, Petrópolis, Vozes, 1984, 58-60 pp..

RH ASSESSORIA

Movimento Sindical- Uma radiografia da estrutura; Rio de Janeiro, RH Assessoria e Comunicação, 1987, 99 pp..

RIBEIRO, Maria Luiza Santos

Formação Política do Professor de 1o. e 2o. Graus; São Paulo, Cortez e Edit. Associados, 1984.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos

Movimento dos Professores- As greves de 78 e 79 no Estado de S. Paulo; São Paulo, ANDES, 1982, 26-30 pp..

RODRIGUES, Arkcy Martins

Operário, Operária- Estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande S. Paulo; São Paulo, Símbolo, 1978, 143 pp..

RODRIGUES, E.

Os Anarquistas - Trabalhadores italianos no Brasil; São Paulo, GLOBAL, 1984, 176 pp..

RODRIGUES, Edgar

Alvorada Operária- Os congressos operários no Brasil; Porto Alegre, Mundo Livre, 1979.

RODRIGUES, Jessita Martins

A Mulher Operária- Um estudo sobre tecelãs; São Paulo, Hucitec, 1979, 146 pp..

RODRIGUES, Jose Albertino

Sindicato e Desenvolvimento no Brasil; São Paulo, Símbolo, 1979, 223 pp..

ROMANELLI, Geraldo

O Provisorio Definitivo- Trabalho e aspiração de bancários em São Paulo; tese de mestrado, USP-FFCHL; São Paulo, mimeo, 1978, 2 vol. pp..

ROMITA, Sayão

Sindicalismo; São Paulo, LTR, 1986, 263 pp..

RUI, José Carlos

A Presença dos Anarquistas nos Sindicatos in Debate Sindical de setembro de 1986; São Paulo, Debate Sindical, 1986, 37-42 pp..

RUY, José Carlos

Do Escravo ao Metalúrgico; Coleção: Retrato do Brasil vol.1; São Paulo, Três, 1985, 253-257 pp..

SABOIA, João

Salário Mínimo- A experiência brasileira; Coleção: Universidade Livre; Porto Alegre, L&PM, 1985, 96 pp..

SADER, Eder et alii

Movimento Operário Brasileiro (1900-1979); Belo Horizonte, Vega, 1980.

SALINAS FORTES, Lus Roberto e NASCIMENTO, Milton Moreira (orgs.)
A Constituinte em Debate São Paulo, SEAF, 1987.

SAMPAIO, Antonio Possidonio

Lula e a Greve dos Pedes; São Paulo, Escrita, 1982, 134 pp..

SAMPAIO, Antonio Possidonio

A Capital do Automovel- Na voz dos operários; São Paulo, Populares, 1979.

SANTOS, Abdias J.

Consciência Operária e Luta Sindical; Petrópolis, Vozes, 1980, 95 pp..

SANTOS, Abdias José dos

O Dia-a-Dia do Operário na Indústria; Petrópolis, Vozes, 1978, 130 pp..

SANTOS, Antonio Duarte dos

O Que Todo o Cidadão Precisa Saber Sobre Trabalhismo e Social-Democracia; Coleção: Cadernos de Educação Política ; Coletânea: Ação Política no. 5; São Paulo, Global, 1985.

SANTOS, Selene H.

Representação Coletiva, Valores e Ideologia in Revista Vozes de outubro de 1985, Petrópolis, Vozes, 1985.

SEADE

Três Anos de Greves em São Paulo : 1983-1985 in São Paulo em Perspectiva de julho de 1987; São Paulo, SEADE, 1987, 50-87 pp..

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - Depto. do Patrimônio Histórico, Divisão de Iconografia e Museus
Primeiro de Maio: Imagens e história do trabalho; São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

SEDUP/GRS

Os Assalariados da Cana no Brejo Paraibano in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de setembro de 1986; Salvador, CEAS, 1986.

SEGATTO, José Antonio

A Formação da Classe Operária no Brasil; Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

SFERRA, Guiseppina

Anarquismo e Anarcosindicalismo; Coleção: Série Princípios; São Paulo, Atica, 1987.

SILVA, Agenor

Os Reflexos do Plano Cruzado; São Paulo, Debate Sindical, 1986, 20-27 pp..

SILVA, Antonio Alvares da

Direito Coletivo do Trabalho; Rio de Janeiro, Forense, 1978, 237 pp..

SILVA, Ligia Osório

A Luta pela Regulamentação do Trabalho na Primeira República; Coleção: Cara-a-Cara no. 2; Rio de Janeiro, Vozes, 1978, 98-106 pp..

SILVA, Luis Inácio Lula

Sindicalismo e Participação Política; São Paulo, Global, 118 pp..

SILVA, Luis Inácio Lula
Lula Sem Censura; Petrópolis, Vozes, 1981, 120 pp..

SILVA, Maria Aparecida
Estado e Reprodução da Força de Trabalho no Brasil; São Paulo, Presença, 1984, 77-84 pp..

SILVA, Moacir Pinto (coord.)
Ação e Razão dos Trabalhadores da GM de S. J. dos Campos- A história contada por quem a faz; S. J. dos Campos, Fundo de Greve dos Metalúrgicos de S. J. dos Campos.

SILVA, Roque Antonio
Organização Sindical Brasileira; São Paulo, CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1984, 36 pp..

SILVA, Roque Antonio
Organização Sindical- Proposta dos trabalhadores; São Paulo, FASE/CEDEC, 1984, 45 pp..

SILVA, Roque Antonio
Os Sindicatos e a Transição Democrática; São Paulo, IBRART/CEDEC, 1986, 239 pp..

SILVA, Roque Antonio
Proposta Alternativa a Estrutura Sindical in Lua Nova de outubro de 1984; São Paulo, Lua Nova , 90-94, 1984 pp..

SILVA, Roque Antonio
Qual e o Lugar dos Sindicatos? in Lua Nova de abril de 1987; São Paulo, Lua Nova , 1987, 38-43 pp..

SIMÕES, Carlos
Direito do Trabalho e Modo de Produção Capitalista; Coleção: Fundamentos Gerais do Direito; São Paulo, Símbolo, 1979, 300 pp..

SIMÕES, Carlos
Lei do Arrocho- Trabalho, previdência e sindicatos no regime militar- 1964-1984; Petrópolis, Vozes, 1985, 191 pp..

SIMÕES, M.

A Central Unica dos Trabalhadores in Cadernos do CEAS - Centro de Estudo e Ação Social de novembro de 1983; Salvador, CEAS, 1983, 12-18 pp..

SINDICATO DOS METALURGICOS

Curso de Formação Sindical, São Bernardo, Sindicato dos Metalúrgicos, 1983.

SINDICATO DOS METALURGICOS

O Movimento Sindical e Automação; Campinas, Sindicato dos Metalúrgicos, 1987, 17 pp..

SINGER, Paul

A Formação da Classe Operária; Coleção: Discutindo a História; São Paulo, Atual/Unicamp, 1986.

SINGER, Paulo (org.)

A Formação da Classe Operária; Coleção: Discutindo a História; Campinas, Atual/Unicamp, 1986.

SOCIALISMO & DEMOCRACIA

Documento do Forum Sindical in Socialismo & Democracia de abr. de 1984; São Paulo, Alfa-Omega, 1984, 63-87 pp..

SOCIALISMO & DEMOCRACIA

Frente Democrática ou Frente Operária Popular? in Socialismo & Democracia de jan. de 1986; São Paulo, Alfa-Omega, 1986, 17-30 pp..

SOUZA, Francisco Araujo Salles de

Relações do Trabalho no Brasil- Um enfoque didático; São Paulo, IBRART/OIT, 1985, 138 pp..

SOUZA, Nair H.

Construtores de Brasília; Petrópolis, Vozes, 1983, 195 pp..

SOUZA, Paulo Renato Costa - MELLO, Guiomar Namo de - CACERES, Rita e MILHOMEN, NETO, Gumerindo

O Estado, o Sindicato e a Educação in Revista de Educação da APEOESP de dezembro de 1985; São Paulo, APEOESP, 1985, 1-7 pp..

SOUZA, Paulo Renato Costa

A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas; tese de doutoramento, Unicamp-IFCH; Campinas, mimeo, 1980, 190 pp..

SOUZA, Paulo Renato Costa

Emprego, Salário e Pobreza; São Paulo, Hucitec/Funcamp, 1980, 89 pp..

Souza, Paulo Renato Costa

O Que São Empregos e Salários; Coleção: Primeiros Passos no. 28; São Paulo, Brasiliense, 1981, 90 pp..

STEIN, José Carlos

Bastidores da Delegacia Regional do Trabalho - SP in Debate Sindical de setembro de 1986; São Paulo, Debate Sindical, 1986, 15-19 pp..

SZUTMAN, Elizabeth Silva

Política Empresarial de Controle da Força de Trabalho-Rotatividade como dominação; tese de mestrado, USP-Depto. de Ciências Sociais; São Paulo, mimeo, 1981, 241 pp..

TELLES, Jover

O Movimento Sindical no Brasil Coleção: Questão Social no Brasil; São Paulo, Ciências Humanas, 1981, 289 pp..

TELLES, Vera da Silva

Experiência do Autoritarismo Institucional- Os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70; tese de mestrado, USP-Depto. de Ciências Sociais; São Paulo, mimeo, 1985, 144 pp..

TREVISAN, Leonardo

Indústria, Operário, Greve (1917); São Paulo, Global, 1982, 49 pp..

TROYANO, Annez Andraus

Estado e Sindicalismo; Coleção: Ensaio e Memória no. 12; São Paulo, Símbolo, 1978, 184 pp..

VALLE, Rogério

Automação Industrial- Uma tecnologia de morte?; in Tempo de Presença de outubro de 1984; Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1984, 16-18 pp..

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de (coord.)
Criação de Metodologia de Acompanhamento de Acordos e Dissídios
Trabalhistas in FIPE; São Paulo, mimeo, 1981.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de (coord.)
A Ação dos Sindicatos e os Diferenciais de Salários: 1979-1982
tese de doutoramento, USP-FEA; São Paulo, mimeo, 1983, 217 pp..

VEIGA, Hercilda M.
A Redemocratização em Belem (1945-1947) in FASE - Federação de
Orgãos para Assistência Social de 1984; Belem, FASE, 1984, 94
pp..

VERDELHO, Valcedi
Em Busca da Unidade; Coleção: Retrato do Brasil vol. 2; São
Paulo, Três, 1985, 271-272 pp..

VIANNA, José de Segadas
Greve; Rio de Janeiro, Renovar, 1986, 129 pp..

VIANNA, Luiz Werneck
Estudos Sobre Sindicalismo e Movimento Operário in O Que se Deve
Ler em Ciencias Sociais no Brasil- Resenha de algumas
tendências; São Paulo, Cortez/Ampocs, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck
Liberalismo e Sindicato no Brasil; Rio de Janeiro, Paz e Terra,
1978, 288 pp..

VIANNA, Marilena
E A Escola Pública Como Vai? in Presença de janeiro de 1985; São
Paulo, Presença, 1985, 77-69 pp..

VIEIRA, Agamenon
Caminhos da Construção; João Pessoa, Colina Primavera, 1986, 130
pp..

WANDERLEY, Maria de Nazareth B.
O Camponês; um trabalhador para o Capital- Versão preliminar para
discussão; tese de mestrado, Unicamp-IFCH; Campinas, mimeo, 1981.

WEBB, Beatriz et alii
Textos Sobre Sindicalismo in Fase de 1978; Rio de Janeiro, FASE -
 Federação de Órgãos para Assistência Social, 1978, 74 pp..

WEFFORT, Francisco C.
Do Anarquismo ao Populismo; Coleção: Caderno Debate No.1; São
 Paulo, Brasiliense, 1976,.

WEFFORT, Francisco C.
Os Sindicatos na Política (Brasil 1955-1964); Coleção: Ensaio de
 Opinião; Rio de Janeiro, Paz e Terra/Inúbia, 1978, 18-27 pp..

WEFFORT, Francisco C.
Democracia e Movimento Operário- Algumas questões para a história
 do período 1945-1964; in Revista de Cultura e Política de ago. de
 79, São Paulo, CEDEC - Centro de Estudos de Cultura
 Contemporânea, 1979, 11-18 pp..

WEFFORT, Francisco C.
O Populismo na Política Brasileira; Coleção: Estudos Brasileiros
 vol. 25; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 181 pp..

WERNER, H. P.
Raízes do Movimento Operário em Osasco; São Paulo, Cortez, 1981.

WERNER, Helena Pignatari
Raízes do Movimento Operário em Osasco; São Paulo, Cortez, 1981,
 149 pp..

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta
Ideologia e Práticas Culturais- O controle ideológico dos
 trabalhadores de cana; tese de doutoramento, USP-Depto. de
 Ciências Humanas; São Paulo, mimeo, 1984, 264 pp..

ZAIDAM, Filho Michel
Pão e Pau- Política de governo e sindicalismo reformista no Rio
 de Janeiro; tese de mestrado, Unicamp-IFCH; Campinas, mimeo,
 1981.

ZYLBERSTAJN, Hélio
A Mulher e o Menor na Força de Trabalho; Brasília, Nobel, 1985,
 168 pp..

ANEXO 2

**FAC-SIMILES DE EXEMPLARES DO
SINDILUTA**

APRESENTAÇÃO

Um dos compromissos que a atual diretoria assumiu durante sua campanha eleitoral foi o de manter um jornal informativo para a categoria.

Hoje temos o SINDILUTA, jornal esta no segundo número e daqui a frente será mensal.

Mas os problemas nos locais de trabalho acontecem todos os dias e a dos trabalhadores contra a exploração também é diária.

Então, os trabalhadores têm necessidade de se comunicar a todo instante. O Sindicato precisa se comunicar com a categoria todos os dias.

Por isso está surgindo SINDILUTA DIÁRIO, publicação oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo. Está circulando de fábrica em fábrica, de 24 a 26, feitura.

Através do SINDILUTA DIÁRIO, a diretoria do Sindicato vai estar em contato com a categoria diariamente para informar, convocar, denunciar, tentar, conciliar e levar suas lutas de ordem.

E cada trabalhador vai poder comunicar seus problemas, suas pro-

cupações assim como tomar conhecimento das lutas que outros trabalhadores estão levando em outros locais de trabalho ou outras categorias.

SINDILUTA DIÁRIO será um porta-voz da classe trabalhadora contra os baixos salários, a insalubridade, a discriminação, as péssimas condições de trabalho, as arbitrariedades das chefias, a repressão patronal. Enfim, contra toda a exploração imposta pelo governo e pelos patrões.

Mas SINDILUTA DIÁRIO será, principalmente, um instrumento de luta dos trabalhadores. Sendo assim, não será um jornalzinho feito pelo Sindicato para o trabalhador. Mas um jornalzinho feito com os trabalhadores.

Os trabalhadores é que fornecerão o material a ser publicado, definirão a maneira de se tratar cada assunto, principalmente, cuidarão da distribuição, levando diariamente alguns exemplares para o seu local de trabalho, discutindo com os companheiros os assuntos publicados.

SINDILUTA DIÁRIO será, portanto, um jornalzinho do trabalhador e sendo assim depende de cada trabalhador.

Saiu o INPC: 47,5%

O INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - a ser aplicado para reajustar o salário dos companheiros das indústrias farmacêuticas, em maio, será de 47,5%.

Este índice, que é o maior desde a implantação da política dos reajustes semestrais, em novembro de 1979, mostra que a inflação continua subindo, assustadoramente.

Com estes 47,5% de reajuste, o salário dos trabalhadores nas indústrias farmacêuticas, a partir de

maio, passa para Cr\$ 61.242,00, durante o período de experiência e Cr\$ 63.012,00 para depois da experiência.

Se o governo não tivesse mudado a política salarial, o piso passaria para Cr\$ 63.214,20 (durante a experiência) e Cr\$ 65.041,20 (depois da experiência).

Ou seja, com o novo arrocho, um trabalhador da categoria que recebe o piso vai perder, em seis meses (até o próximo reajuste) Cr\$ 12.003,20. E quem fica com esse dinheiro é o patrão.

VITÓRIA

Hoje, mais uma vez os trabalhadores ganharam a batalha e a vitória. A luta dos companheiros venceu e os patrões foram derrotados. O reajuste de 47,5% foi conquistado. A partir de maio, os salários vão subir para Cr\$ 61.242,00. A inflação continua subindo, assustadoramente. Com estes 47,5% de reajuste, o salário dos trabalhadores nas indústrias farmacêuticas, a partir de



200 MIL LOTAM A PRAÇA DA SÉ EXIGINDO

DIRETAS JÁ

São Paulo viu ontem uma grande demonstração de que seu povo não está mais a fim de aguentar presidente da república escalado pelos patrões e militares.

O povo quer escolher seu presidente em eleição direta já, como repetiu seguidas vezes ao som de 200 mil vozes no grande comício realizado na Praça da Sé.

Foi o maior comício político realizado no Brasil. Esperava-se 100 mil pessoas, mas o dobro de gente ocupou a Praça e mesmo embaixo de uma chuva fria ficou até o começo da noite aplaudindo artistas, sindicalistas, governadores de Estado e representantes de partidos enjaulados na luta por eleições diretas.

7 de abril de 1983, aparece o primeiro número do Sindiluta.

O Sindiluta de 26 de janeiro em apoio às eleições diretas.

(Comentário de Paulo Sandroni, professor de economia da PUC e da Fundação Getúlio Vargas, sobre a polêmica econômica do governo).

03 de março de 1984

SINDILUTA



De repente, sem qualquer anúncio à nação, o presidente da República despejou um gigantesco "pacote econômico" nas nossas cabeças:

O governo diz que vai congelar os preços e acabar com a inflação. Diz que o salário não vai ser prejudicado. Mas o governo mente com a maior cara de pau.

Não axiate congelamento de preços. Tanto é verdade que o próprio governo pede ajuda da população para fiscalizar os preços. Todas as tentativas anteriores de controlar preços fracassaram. Por que iriam funcionar agora?

Além disso, houve vários aumentos de preços nas últimas semanas. O leite aumentou, a energia elétrica aumentou, o gasolina aumentou.

KOPIJO DOB SALARIO:
NIS O PLANO

No centro do plano está o roubo dos nossos salários. Não vai mais haver reajustes semestrais. Em março todos os salários serão transformados em uma nova moeda, o Cruzeiro, que vai substituir o cruzeiro.

Essa mudança de cruzei-
ro para cruzado vai ser
feita de acordo com uma
tabelinha. Os salários
serão reajustados de a-
cordo com a inflação o-
corrida desde o último
reajuste salarial (no ca-
so da categoria desde no-
vembro e dezembro), mas
a correção não vai ser
integral.

Por exemplo, o salário mínimo foi reajustado em novembro passado e está por volta de Cr\$ 600.000, agora, ele foi reajustado a passar a valer 805 cruzeiros, o que equivale a 800.000 cruzeiros. Só que a inflação nos últimos três meses foi de 54,7%; isto é um roubo

control on motion and balance.

OUTRAGE CONSUMERS AS

No momento em que escrevemos esta SINDIUTRA (64-folha) ainda é difícil avaliar todas as consequências deste plano. Mas não há dúvida de que este é o mais violento ataque deste governo patronal aos trabalhadores e que poderá trazer além do arrocho, desemprego e uma situação de vida pior para os trabalhadores.

No ano passado, o governo argentino colocou em prática um plano quase igual a este e as consequências foram dramáticas.

DEMOCRACIA OU DITADURA DOS PATRÕES?

Ao lançar o plano, a "democracia" da Nova República mostrou o que é na verdade: uma ditadura dos patrões. Os trabalhadores e o povo não foram consultados. O plano foi enfiado goela abaixo...

O Congresso Nacional não foi consultado. O plano foi decretado pura e simplesmente. Quem não

gustou que se vire.
 Reto e a "democracia"

dt .

SIN

SINDILUTA

பெயர்:

98

29 DE AGOSTO DE 1987

AGORA TEMOS A CUT

O Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras - Conclat, encerrado ontem, depois de aprovar um plano de lutas que inclui a realização de uma greve geral numa data a ser definida entre 14 e 25 de outubro, criou oficialmente a CBT - Central Única dos Trabalhadores.

O Círculo começou na sexta-feira de manhã, em São Bernardo, e terminou ontem de manhã, com participação de mais de 5 mil delegados, ou seja, trabalhadores representando todas as profissões do Brasil inteiro.

O que é a CUT

A CUT, a partir de agora, é a entidade nacional encarregada de coordenar e unir a luta de todos os trabalhadores da cidade e do campo. A CUT deverá ser representativa, democrática e independente, do governo, dos patrões e dos partidos políticos.

Sua primeira diretoria foi eleita ontem mesmo com a finalidade

de de encaminhar o plano de luta aprovado e estruturá-lo a CUB em todos os seus níveis, para que no próximo ano seja eleita a diretoria definitiva.

A direção da CUT é composta por 83 trabalhadores sendo que 15 foram nomeados pela comissão executiva. O coordenador da CUT, eleito ontem, é Jair Meneguelli, presidente cassado dos metalúrgicos de São Bernardo e o secretário geral, é Paulo Renato Paím, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, no Rio Grande do Sul. Os demais integrantes da Coordenação são: Jacob Bittar (petrolíferos de Paulínia), Adilson do Nascimento (metalúrgicos de Niterói) e Paulo Pires de Vasconcelos (metalúrgicos de João Monlevade em Minas Gerais), José Nogueira (trabalhador rural de Vitória da Conquista, Bahia) e Aveilino Ganzer (trabalhador rural de Santarém, no Pará).

Noticiando o nascimento da
CUT.

SINDILUTA

499 - 2ª FEIRA, 27 DE MAIO DE 1985 - TIRAGEM: 19.000

AIA CATEGORIA FOI PRO PAU



Ilustrando a comemoração do Boletim número 500.

Organização é a nossa arma.

CUT SINDILUTA



MAIS ARROCHO

Proposto em ano de muitas discussões e promessas não cumpridas, o Plano Cruzado tem a ra de afundar e saque das classes de renda média e baixa.

... sacrifício ainda maiores trabalhadores em troca da recuperação das negociações internacionais - pois - a favor de di vida exterior...

"Vamos suspender as lutas", apela Sarney em cadeia nacional de televisão aos trabalhadores. Então, fiquem quietos e trabalhem mais duro.

Para combater a inflação, de fender os salários dos trabalhadores e a melhoria das condições de vida em 28 de fevereiro de 85.

O que está por trás de tudo isso é assegurar o congelamento de salários, com todas as perdas materiais que você está sentindo na pele. O equilíbrio dessa vez foi quebrado. Isto quer dizer que, as empresas de verão reajustar os salários de junho em 20% e a partir daí os salários congelados, o equilíbrio (dependente da inflação que você tem direito a receber) será pago somente após o descongelamento. E quando... os preços levam petateiros à ruína. Não fim você acabou recebendo um salário em conta gotas.

Bom, haverá novas reajustes salariais, após o descongelamento. Mas serão pequenos, levando-se em conta a inflação da primeira metade. Então, não se queixem de inflação oficial e manipulada segundo os interesses de políticos e do governo.

outras medidas

* Aumento das castanhas (11,11) - a gasolina passa para R\$ 25,80; o álcool para R\$ 25 16,80; lotação de que a R\$ 130,00. * Tarifas de energia elétrica sobe 45%, telefones 31,8% e o preço do aço 32%.

salve-se quem puder

O DIEESE calcula que de janeiro até outubro os trabalhadores terão perdido mais de 20% do salário de 1984 (salvo das perdas anteriores). É certo, de a classe trabalhadora não se acalmar para acabar de vez com esse políptico de e partir para uma ampla mobilização contra mais essas medidas do governo, taxa que se sujeitar a produzir mais, ser explorado e possuir fome. Por tudo isso é que devemos no momento de agir contra esse governo, atropelar as manobras e jogar a Cruzada para a resposta a esta como FICP 78.

Sindiluta criticando o Plano Bresser.

FORA SARNIZ - NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA

MORTE NA NITRO

Falta de segurança mata trabalhador

Há muito tempo os trabalhadores vinham pedindo para a Nitro trocar uma mangueira de borracha usada no descarregamento de ácido fluorídrico, por uma mais resistente.

Mas a empresa dos irmãos Ermí - nio de Moraes, talvez preferindo economizar, para aumentar ainda mais seus lucros, não atendeu o pedido.

Ontem essa mangueira estourou e o trabalhador que estava com ela na mão morreu porque inalou aquele ácido e recebeu várias queimaduras pelo corpo.

O acidente ocorreu por volta das 9 horas. Faustino Honorato dos Anjos, com 37 anos de idade, casado, pai de três filhos, trabalhava na Nitro desde 1978 como operador no Departamento de Produtos Florados e segundo seus colegas estava acostumado a fazer a troca da mangueira. Por isso, quando ele estava na máquina, ele não percebeu que a mangueira estava com defeito e acabou sendo atingido pelo ácido.

Denunciando as péssimas condições de trabalho.

DIA 21 GREVE GERAL TODO MUNDO VAI PARAR

Em meio a uma onda de desemprego, os trabalhadores cruzam os braços protestando contra a política econômica, no dia 21 de julho de 1983.



**COLAUTO
JETEX
e
ZAMBON**

**FORMAÇÃO
SINDICAL**

Prossiguem os CURSOS DE FORMAÇÃO SINDICAL para os funcionários da JETEX, COLAUTO e ZAMBON. Não deixe de ir! Quem sabe mais ainda melhor. Veja os locais e horários: JETEX: HOJE, às 17:30 horas, na Igreja São Pedro (rua Moisés Marques, 804); COLAUTO e ZAMBON: AMANHÃ, às 18:15 horas, na sub-sede Sudeste do Sindicato (rua Volga, 94, altura do nº 1800 da via Anchieta).

VOCÊ
QUE É

SÓCIO DO SINDICATO

NÃO PODE ESQUECER DE PASSAR NUM DOS ENDEREÇOS DO SINDICATO PRA RETIRAR SEU CADERNO DO ACORDO COLETIVO DA CATEGORIA E O SEU CALENDÁRIO DE 1988.



CHILIQUE

EU NUNCA TINHA ME DADO CONTA DISSO: OS TRABALHADORES SÓ APARECEM NOS JORNAIS COMO BANDIDOS E BATERNEIROS!



QUANDO OS PATRÕES PRESSIONAM O GOVERNO E FAZEM GREVE PRA AUMENTAR OS LUCROS, A IMPRENSA DIZ QUE ELES FIZERAM "LOCUTE"!



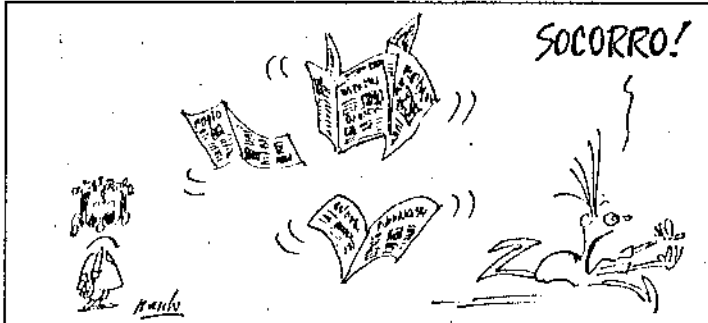
QUANDO A GENTE FAZ GREVE PRA AUMENTAR O SALÁRIO O JORNAL DIZ QUE SOMOS ARRUAÇEÍROS!



CHILIQUE, VOCÊ ESTÁ ADQUIRINDO CONSCIÊNCIA DE CLASSE!



SOCORRO!



SÓ O GATILHO NÃO RESOLVE. QUEREMOS AUMENTO REAL

Apesar dos disparos do gatilho, estamos percebendo que a cada dia que passa nos so salário vale menos. Isto acontece por uma razão muito simples: os patrões possuem uma ganância insaciável. Para cada reajuste de 20%, eles dobram os preços dos seus produtos.

Assim, enquanto os salários sobem pela escada os preços vão pelo elevador. E como citamos, para o patrão é fácil adiantar o gatilho, pois o resíduo (o que sobra de um mês para o outro de inflação) depois do disparo, equivale a quase 20%.

E tem mais, o gatilho dispara no início do mês e só é pago no final. Em abril, quando a Bayer adiantou o gatilho de maio, o reajuste só foi pago em 30 de abril.

E nesses 30 dias o aumento dos preços foi de 24,35% (segundo o DIESE). Assim nessa corrida desigual, o trabalhador está sempre perdendo.

POR ESTE MOTIVO EXIGIMOS:
* AUMENTO REAL DE SALÁRIOS E
QUE OS GATILHOS NÃO SEJAM
DESORGANIZADOS.

patrões X trabalhadores

Mas se os patrões determinam os preços de sua mercadoria, por que nós não podemos determinar o preço do nosso produto, que é nossa força de trabalho?

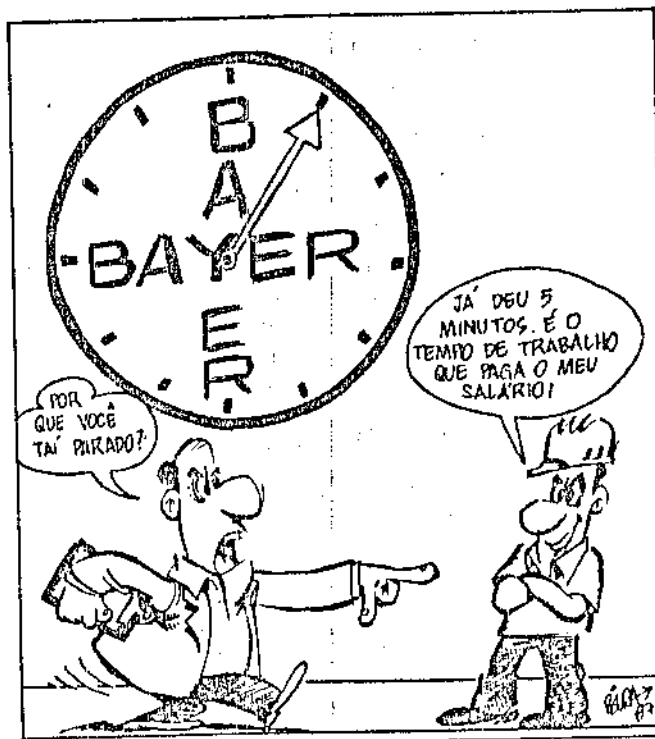
A razão é muito simples. Os patrões, além de deter o po-

der econômico e acentuar a exploração sobre a classe trabalhadora, detém o poder político. Isto é, possuem no governo gente de confiança que defende seus interesses. Além disso, se mantêm organizados em suas instituições, federações como a FIESP.

Enquanto tudo isso acontece de um lado, muitos trabalhadores ainda permanecem desorganizados, não participam de seus sindicatos, não se lançam na luta contra a

exploração patronal. Muitos companheiros não entendem o jogo político dos oportunistas e ainda por cima, quando vão votar, acabam por eleger picaretas e farsantes que depois nos apunham pelas costas.

É preciso que cada trabalhador tome consciência que, para se contrapor a tudo isso é preciso organização. É preciso de garra e muita luta. Esperar sentado que as coisas melhorem é uma fantasia.



A proposta da Nitro: continuar demitindo

Na mesa redonda de ontem na CPT entre a Nitroquímica e o Sindicato, a empresa continua se negando a negociar as demissões que vêm ocorrendo principalmente na seção de viscofloco. Ela não aceita re-considerar a desativação desse setor que emprega 400 companheiros, na maioria mulheres. Não quer, também, dar o número exato das demissões já consumadas.

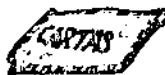
O sindicato exigiu que os trabalhadores demitidos sejam reaproveitados em outras seções e que a empresa forneça imediatamente a relação nominal de todos os trabalhadores que perderam o emprego. A Nitroquímica, numa posição in-

transigente e autoritária, se recusa a atender essas reivindicações e não faz questão de apresentar critérios adotados para as demissões.

A postura do sindicato baseia-se, inclusive, em duas leis (4923/65 e 3218/87) que, entre outros pontos, diz que trabalhadores dispensados em alguns setores devem ser reaproveitados em outros. Mas a Nitroquímica não quer saber de conversa. Afirma que desativará a seção de viscofloco e não pretende reaproveitar nenhum demitido.

A Nitro e o Sindicato terão outra mesa redonda no DPT em 6 de agosto (quinta-feira) às 13 horas. Nela o Sindicato

vai continuar batendo o pé para o atendimento de suas exigências, além de verificar em detalhes como a empresa pretende pagar as indenizações. E, desde já, é ponto pacífico que as homologações aconteçam no Sindicato, para evitar trambolhões. Não vamos abrir mão de nenhuma de nossas reivindicações. Os companheiros precisam ficar atentos e permanecerem em estado máximo de mobilização para um combate duro contra as práticas ditatoriais da Nitroquímica, ainda mais quando se sabe que as demissões servem para investimentos em outras empresas do Grupo Votorantim.



Squibb muda de tática para explorar temporários

Após as duas matérias publicadas pelo Sindiluta, denunciando o longo emprego de mão-de-obra temporária na Squibb, a empresa mudou de tática. Cria um novo meio de explorar os trabalhadores. Esta exploração chama-se Darenas: figura fantasma sem sede e cheia de mistérios em torno da sua criação.

Salvamos ajenas que pertence ao ISS, outra empresa escravo crata, encarregada de fazer a faxina na Squibb.

A Darenas apenas cria a ilusão de que o funcionário pertence à Squibb e estabiliza o desânimo e o inconformismo gerado pelo serviço temporário.

Mas ninguém sabe que a Squibb mantém um controle com a Darenas, e que a qualquer momento pode rompê-lo assim que a situação mandar.

E o que a Darenas, fará com os seus funcionários? Podem acreditar que nesse caso serão postos na rua, uma vez que a Squibb deixará de financiar essa alienadora de escravos. Nem a ISS, a qual pertence a Darenas, vai querer empregar os funcionários.

Observação: a Squibb mantém quase 100 funcionários pela Darenas. Todos temporários. A situação é alarmante.

É necessário a conscientização de todos os trabalhadores

da Squibb, no sentido de se dizer basta a toda essa safadeza promovida pelos srs. Monzoni, Nilo Coker, Martins, Ferraris, etc.

A luta é de todos. Somos seres humanos e como tal, não podemos permitir a exploração do homem sobre outro homem.

É tempo de despertar.

SINDILUTA: nossa luta é para que todos os temporários sejam efetivados pelas empresas. Esses companheiros são tremendamente explorados pelos patrões, ganham os mais baixos salários e estão mais expostos aos riscos de acidentes. Como o companheiro fri-sou, é hora de despertar.



MEIA-NOITE

MEIA-NOITE, VOCÊ SABE O QUE QUER DIZER ESTABILIDADE NO EMPREGO?

É... LA VEM VOCÊ COM ESSA CONVERSA DE SINDICATO...

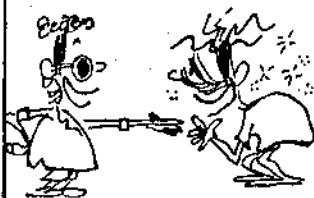
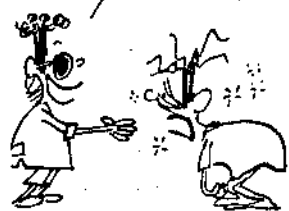
AH! ENTÃO VOCÊ SABE!

BEM... CLARO, HÃ... UM... É... BEM... SEI NÃO!

TER ESTABILIDADE NO EMPREGO QUER DIZER QUE VOCÊ NÃO VAI SER MANDADO EMBORA, QUE ESTÁ GARANTIDO!

E TODO MUNDO TERIA ESSE DIREITO?

SE NINGUÉM FOSSE MANDADO EMBORA, QUE GRACA IA TER EU COMPETIR COM OS COLEGAS PRA VER QUEM FAZ MAIS HORAS EXTRAS?



NATUREZA NA BAYER

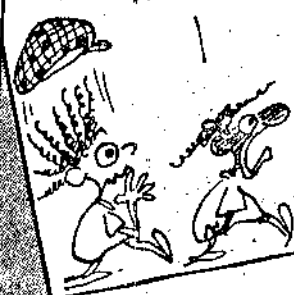
A BAYER É UMA EMPRESA COM INSTALAÇÕES LIMPAS, MODERNAS, IMPONENTES!



ESSA EMPRESA TÃO LIMPINHA, TÃO LAVADINHA, LAVA TAMBÉM O CÉREBRO DE MUITOS TRABALHADORES QUE VESTEM A CAMISA DO PATRÃO!



A BAYER NÃO PASSA DE UM QUARTEL DE LUXO!



NATUREZA, VOCÊ FICOU BRANCO!! SEUS CABELOS...

ih! CHEGAMOS PERTO DO SETOR DE AGROTÓXICOS!



ONDE PENSAM QUE VÃO?



BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

ABENDROTH, Wolfgang

A História Social do Movimento Trabalhista Europeu; Coleção: *Pensamento Crítico* vol 17, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 194 pp.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martines

Institucionalizar Ciência e Tecnologia - em Torno da Fundação Do IDORT (São Paulo, 1918/1931) in *Revista Bras. de História* no. 14, vol. 7 de março/agosto, São Paulo, 1987, pp. 58-78.

ANTUNES, Ricardo

A Rebelião do Trabalho - O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80; Campinas, *Ensaio*, 1988, 224 pp.

ANTUNES, Ricardo

Algumas Considerações Preliminares sobre a Consciência de Classe do Operariado Brasileiro in *Temas de Ciências Humanas* no. 9, pp. 159-179, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980.

ANTUNES, Ricardo

O Novo Sindicalismo; São Paulo, Brasil Urgente, 1991, 150 pp.

ANTUNES, Ricardo

O Que é Sindicalismo; Coleção: *Primeiros Passos*; São Paulo, Brasiliense, 1989, 100 pp.

ANTUNES, Ricardo/NOGUEIRA, Arnaldo

O Que São Comissões de Fábrica; Coleção: *Primeiros Passos* no. 47; São Paulo, Brasiliense, 1981, 124 pp.

ANWEILER, Oskar

Les Soviets en Russie 1905-1921; *Bibliothèque des Histoires*, França, Ed. Gallimard, 1972, 350 pp.

ARAÚJO, Maria Barbosa de

O Batismo do Trabalho: A experiência de Lindolfo Collor - col: *Retratos do Brasil*, Vol. 156, São Paulo, Civilização Brasileira, 1981, 193 pp.

ASSOCIAÇÃO BENEF. CULT. MET. S. BERN.

Fundo de Greve: da resistência à autonomia sindical; São Bernardo (SP), Ass. Benef. e Cultural, 1987, 36 pp.

BARREIRO, Julio

Educación Popular y Proceso de Conscientización; México, Siglo Veintiuno, 1974, 10. edição, 161 pp.

BASSO, Lelio
Socialismo y Revolución; México, Siglo Veintiuno, 1985, 490 pp.

BERNARDO, Antônio Carlos
Tutela e Autonomia Sindical: Brasil, 1930-1945; Coleção: *Biblioteca Básica de Ciências Sociais*, São Paulo, Quieroz Editor Ltda, 1982, 221 pp.

BOITO JR., Armando (org.)
O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80 - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, 196 pp.

BOITO JR., Armando
Sindicalismo de Estado no Brasil; tese de doutoramento, Dpto. de Ciências Humanas da FLCH-USP, São Paulo, mimeo, 1989, 378 pp.

BRAVERMAN, Harry
Trabalho e Capital Monopolista - a degradação do trabalho no século XX; Rio de Janeiro, Zahar Ed., 3a. ed., 379 pp.

BRITON, Maurice
Os Bolcheviques e o Controle Operário; Porto, Ed. Afrontamento, s/d, 204 pp.

BURNET, Jean
Interinvest Guide: Brasil e o Capital Internacional; 5a. ed., Rio de Janeiro, Interinvest, 1983, 964 pp.

CANEDO, Leticia Bicalho
O Sindicalismo Bancário em São Paulo - No período de 1923-1944: seu significado Político - col: *Ensaio e Memória* no. 13, São Paulo, Símbolo, 1978, 220 pp.

CARVALHO, Luiz Antonio de
A Escola do Trabalho e o Trabalhador da Escola; Coleção: *Polêmica do Nosso Tempo* no. 22, São Paulo, Ed. Cortez, 1988, 87 pp.

CASTELLS, Manuel
Cidade, Democracia e Socialismo; Coleção: *Pensamento Crítico*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980, 193 pp.

CAVA, Ralph Della
Igreja e Estado no Brasil do Século XX: Sete Monografias Recentes sobre o Catolicismo Brasileiro, 1916/64 - in Estudos CEBRAP no. 12, maio/junho de 1975; pp. 6-52, São Paulo, CEBRAP/Ed. Bras. de Ciências Ltda., 1975.

CERQUEIRA, Luiz Egydio de
Imprensa e Indústria da Consciência - A informação e contra-
informação militante; mestrado, PUCSP - História; São Paulo,
 mimeo, 1982, 195 pp.

CEZARINO JR., A. F.
Direito Corporativo e Direito do Trabalho - São Paulo, Liv-
 raria Martins, 1940, 134 pp.

COHN, Gabriel
Problemas da Industrialização no Século XX - in MOTTA, C. G.
 (org.), *Brasil em Perspectiva*, Rio de Janeiro, Difel, 1975,
 pp. 283-316.

COSTA, Sérgio Amad
Estado e Controle Sindical no Brasil (Um Estudo Sobre Três
Mecanismos de Coerção - 1960-1964); São Paulo, T. A. Queiroz
 Editor, 1986, 192 pp.

COTTA, Alain
Le Corporatisme; Paris, Presses Universitaires de France,
 1984, 125 pp.

CPV - Centro Pastoral Vergueiro
Luta Sindical - Radiografia de um jornal operário; São
 Paulo, Centro Pastoral Vergueiro, 1984, 264 pp.

CURY, Carlos, R. Jamil
Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais - 2a.
 ed., São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984, 201 pp.

CUT, Secretaria nacional de Formação
Seminário Nacional de Metodologia; *Forma e Conteúdo* no. 1,
 fev/1990, 41 pp.

DECCA, Edgard de
O Silêncio dos Vencidos - São Paulo, Brasiliense, 1981, 209
 pp.

DEJOURS, Chistophe
Travail: Usure Mentale: Essai de psychopathologie du
travail; Col: *Médecine Humaine*, Paris, Le Centurion, 1980,
 155 pp.

DIARIO DA NOITE
 São Paulo, 29 de out. de 1957, p.2.

DIAS, Edmundo Fernandes
Democracia Operária Coleção: *Teses*; Campinas, Unicamp, 1987,
 2 vol. 366 pp.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos

Rotatividade no Emprego antes e Depois do Pacote in DIEESE de agosto de 1986; São Paulo, DIEESE, 1986.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos

As Reivindicações dos Trabalhadores na Constituinte in DIEESE de julho de 1987; São Paulo, DIEESE, 1987.

DIESAT - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

Insalubridade: Morte Lenta no Trabalho; São Paulo, Oboré, 1989, 223 pp.

EM TEMPO

São Paulo, 6 a 19 de maio de 1982.

O ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 5 de nov. de 1985.

FAUSTO, Boris (org.)

Crime, Violência e Poder - São Paulo, Brasiliense, 1983, 277 pp.

FAUSTO, Boris

Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920) - São Paulo, Difel, 1986, 283 pp.

FASE - Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional

Formação Sindical em Debate in Proposta de julho de 1986; Rio de Janeiro, Fase, 52 pp.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Comissão de Fábrica: uma forma de organização; Petrópolis, Vozes, 1981, 60 pp.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Formação Sindical - A experiência dos químicos do ABC; in Cadernos da FASE, 1983, 44 pp.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Organizando a Fábrica in Cadernos da Fase de 1989, Porto Alegre, Seriemá, 1988, 54 pp.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO EST. DE S. PAULO

Censo da Categoria; Assessoria Econômica da FTIQFSP, 1981.

FOLHA BANCARIA

São Paulo, 4 de maio de 1982.

FOLHA DE SÃO PAULO

São Paulo, 7 de nov. de 1985.

FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho

A Escola do Trabalho e o Trabalho da Escola; Coleção: *Polêmica do Nosso Tempo* no. 22, São Paulo, Editora Cortez, 2a. edição, 1988, 87 pp.

FREITAS Jr., Antonio Rodrigues

Sindicato: Domesticação e Ruptura - Um Estudo da Representação Sindical no Direito Brasileiro; São Paulo, Dpto. Editorial da Ordem dos Advogados do Brasil, 1989, 198 pp.

GEB-URPLAN - Grupo de Educação Popular/Urplan

Uma Proposta de Educação para a Luta e Organização in Geb/Urplan de 1983; São Paulo, Geb-urplan, 1983, 33 pp.

GERRATANA, V., MAGRI, L., SALVADORI, M. et alii

Consejos Obreros y Democracia Socialista; *Cuadernos de Pasado y Presente*/33, Córdoba, Ed. Pasado y Presente, 1972, 239 pp.

GHIRALDELLI JR., Paulo

Educação e Movimento Operário; São Paulo, Cortez, 1987, 168 pp.

GIANNOTTI, V. e NETO, Sebastião

CUT, Por Dentro e Por Fora; Petrópolis, Vozes, 1991, 102 pp.

GIANNOTTI, Vito

O Que é Estrutura Sindical; Coleção: *Primeiros Passos*, São Paulo, Brasiliense, 1987, 72 pp.

GIANNOTTI, Vito

Reconstruindo Nossa História - 100 anos de luta operária; Petrópolis, Vozes, 1988, 112 pp.

GIANNOTTI, Vito

O Que é Jornalismo Operário; mimeo, 1987, 88pp.

GOMES, Angela de Castro

A Invenção do Trabalhismo; Coleção: *Formação do Brasil*, Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, 344 pp.

GORZ, André

Estratégia operária e Neocapitalismo; Rio de Janeiro, Zahar, 1968, 196 pp.

GORZ, André

O Socialismo Difícil; Rio de Janeiro, Zahar, 1968, 248 pp.

GORZ, André

Adeus ao Proletariado: para além do socialismo; Rio de Janeiro, Forense-Univ., 1987, 203 pp.

GRONDIN, Marcelo e VIEZZER, Moema

Diagnóstico dos Motivos de Sindicalização dos Trabalhadores; São Paulo, 13 de Maio/NEP, 1982, 97 pp.

HARDMAN, Francisco Foot

Nem Pátria, Nem Patrão - Vida operária e cultura emergente no Brasil; São Paulo, Brasiliense, 1983, 199 pp.

HELLER, Agnes

O Cotidiano e a História; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 190 pp.

HELLER, Agnes

Para Mudar a Vida: felicidade, liberdade e democracia; São Paulo, Brasiliense, 1982, 204 pp.

HOBBSBAWM, Eric J. et alii

História do Marxismo - o marxismo na época da Segunda Internacional; Coleção: *Pensamento Crítico* vol. 46, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 339 pp.

HOBBSBAWM, Eric J. (org.)

História do Marxismo - o marxismo na época da Segunda Internacional; Coleção: *Pensamento Crítico* vol. 54, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 314 pp.

HOBBSBAUM, Eric J.

Trajetória do Movimento Operário; Coleção: *Trabalhadores* no. 2, Campinas, Fundo de Assistência e Cultura da Secretaria de Cultura de Campinas, 1989, 40 pp.

HOBBSBAUM, Eric J.

Mundo do Trabalho: Novos estudos sobre a história operária; Coleção *Oficina da História* no. 2, São Paulo, Paz e Terra, 1987, 447 pp.

HALL, M. e PINHEIRO, P. S.

Alargando a História da Classe Operária - organização, lutas e controle; Coleção: *Remate de Males* no. 5, Campinas, 1985, pp. 96-120.

JORNAL DA TARDE

São Paulo, 10. de nov. de 1985.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, 26 de nov. de 1985.

KAUTSKY, Karl e PANNEKOEK, Anton

Debate sobre la Huelga de Massas; *Cuadernos de Pasado y Presente*/63, Córdoba, Ed. Pasado y Presente, 1975, 212 pp.

KEYNES, Maynard John
A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda - São Paulo,
 Nova Cultural, 1985, 333 pp.

LEUENROTH, Edgard e NEGRO, H.
O Que é Maximismo ou Bolchevismo: Programa Comunista - São
 Paulo, edição clandestina, 98 pp.

KOTSCHO ATENDIMENTOS E CONTATO
Perfil da Categoria: análise de resultados; São Paulo, 1990,
 mimeo, 271 pp.

LAGARDELLE, Hebert
Huelga General y Socialismo; *Cuadernos de Pasado y Pre-
 sente/61*, Córdoba, Ed. Pasado y Presente, 1975, 300 pp.

LOBOS, Julio
Sindicalismo e Negociações; Rio de Janeiro, Melhoramentos,
 1987.

LOYOLA, Maria Andreia
Os Sindicatos e o PTB; Petrópolis, Vozes, 1980.

LOPES, Carmen Lucia Evangelista
O Que Todo cidadão Precisa Saber Sobre Sindicalismo no Bra-
 sil; Coleção: *Cadernos de Educação Política* no. 10, São
 Paulo, Graal, 1982, 96 pp.

LOPES, José Sergio Leite
A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chami-
 nés"; Coleção: *Pensamento Antropológico*; São Paulo, Marco
 Zero/Ed. Universidade de Brasília, 1988, 623 pp.

LOPES, Juarez R. Brandão
Sociedade Industrial no Brasil - 2a. col: *Corpo e Alma do
 Brasil*, São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1964, 186 pp.

LOSOVSKY, D.
Marx e os Sindicatos: o marxismo revolucionário e o movi-
 mento sindical; São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1989, 210
 pp.

LUTA SINDICAL
 São Paulo, maio de 1982.

LUXEMBURGO, Rosa
Greve de Massas Partido e Sindicatos; Coimbra, Centelha,
 1974, 109 pp.

MANDEL, Ernest. (org.)
Control Obrero Consejos Obreros Autogestion; *Cuadernos Ro-
 jos*, Vol. 2, Argentina, Ed. Bilbao, 1973, 176 pp.

MANFREDI, Silvia Maria

Educação em Sindicatos (Quem disse que a gente não sabe?); tese de doutoramento, Dpto. de Ciências Sociais da Fac. FLCH-USP, São Paulo, 1983, 347 pp.

MARANHAO, Ricardo

Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950); São Paulo, Brasiliense, 123 pp.

MARONI, Amnérís

A Gestão da Produção como Forma de Luta; Coleção: *Desvios* no. 3, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 68 pp.

MARONI, Amnérís

A Estratégia da Recusa (análise das greves de maio/78); São Paulo, Brasiliense, 1982, 135 pp.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza

O Estado e a Burocratização do Sindicalismo no Brasil; Coleção: *Ciências Sociais*, Coletânea: *Realidade Social*, São Paulo, Hucitec, 1979, 190 pp.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, (DANGEVILLE R. Org.)

O Sindicalismo - teoria, organização, atividade; *Biblioteca Ciência e Sociedade* no. 4, 2 vol, Porto, Escorpião, 1974.

MEDEIROS, Jarbas

Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945; Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978, 625 pp.

MICELI, Sérgio

Intelectuais e classe Dirigente no Brasil (1920-1945) - Rio de Janeiro, Difel, 1979, 212 pp.

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Rio de Janeiro, Serviço de Estatística e da Previdência e Trabalho/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, No. 66 de fev. 1940, 417 pp.

MONTGOMERY, David

El Control Obrero en Estados Unidos; Ministerio de Trabajo e Seguridad Social, Madrid, 1985, 231 pp.

MOISES, José Alvaro

Greve de Massa e Crise Política - Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54; Coleção: *Teoria e História* no. 3; São Paulo, 1978, 168 pp.

MOISES, José Alvaro

Classes Populares e Protesto Urbano; tese de doutoramento, USP - Dpto. Ciências Sociais da Fac. de Fil. Let. e Ciências Humanas, São Paulo, 1978, 257 pp.

MOORE JR., Barrington
Injustiça; as bases sociais da obediência e da revolta; Brasiliense, São Paulo, 1987, 713 pp.

MORAES FILHO, Evaristo de
Direito do Trabalho (Páginas de História e Outros Ensaios); São Paulo, Ed. LTR Ltda., 1982, 315 pp.

MORAES FILHO, Evaristo de
O Problema do Sindicato Único - seus fundamentos sociológicos; Coleção: Estudo Sociais no. 7, Alfa-Omega, São Paulo, 1952, 403 pp.

MORAES, Reginaldo Carmelo Correia
Política Salarial & Sindicatos in *Nova República*: um balanço, Porto Alegre, L&PM, 1986, 227-254 pp.

MORAIS, Reginaldo Carmelo Correia
Pacto Social - Da negociação ao pacote; Coleção: *Universidade Livre*, Porto Alegre, L&PM, 1986, 112 pp.

MUNAKATA, Kazumi
A Legislação Trabalhista no Brasil - coleção: *Tudo é História*, no. 32, São Paulo, Brasiliense, 1981, 112 pp.

NAGLE, Jorge
A Educação na Primeira República - in *O Brasil Republicano*, Hist. G. Civ. Bras., vol. 2, tomo III, São Paulo, Difel, 1985, pp. 261-291.

NEVES, Lucília de Almeida
CGT no Brasil 1961-1964; Vega S/A, Belo Horizonte, 1981, 151 pp.

COMPANHIA NITROQUIMICA BRASILEIRA
Nitro Jornal (distribuição interna), no. 50
São Paulo, junho de 1957.

NOTÍCIAS DE HOJE
São Paulo, 25 de out. de 1957, p.2.

NOTÍCIAS POPULARES
São Paulo, 4 de maio e 18 de maio de 1982 e de 11 de março de 1982.

NUNES, Carlos Relix
Além da Greve; São Paulo, Editora Jornalística Criart, 1977, 187 pp.

OLIVEIRA, Francisco de
A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista - col. *Questionando a Economia Brasileira*, Cebrap 1, São Paulo, CE-BRAP/Brasiliense, 1976, 134 pp.

OLIVEIRA, Francisco de Salles

Educação e Organização Científica do Trabalho - São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, 590 pp.

PACHECO, Mário Victor de Assis

Indústria Farmacêutica e Segurança Nacional - col: *Retratos do Brasil* no. 69, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, 221 pp.

PANKRATOVA, Ana M.

Los Consejos de Fábrica en la Rusia de 1917, Barcelona, Editorial Anagrama, 1976, 122 pp.

PANZIERI, DE PALMA, GORZ, et alii

A Divisão Capitalista do Trabalho; Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, 268 pp.

PARVUS, MEHRING, VANDERVELDE, LUXEMBURGO E KAUTSKY

Debate sobre la Huelga de Masas I a Parte; Serie: *Teoría y Práctica de la Acción Obrera II*, Cuadernos de Pasado y Presente/62, Córdoba, Ed. Pasado y Presente, 1975, 283 pp.

PERROT, Michelle

Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, 332 pp.

PINHERIO, Paulo Sergio

Brasil: A Grande Depressão e a Industrialização - in Hist. do Séc. XX no. 47, pp. 1415-1420, São Paulo, Abril Cultural, 1974.

PINHERIO, Paulo Sergio

Política e Trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930) - col. *Estudos Brasileiros* no. 5, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, 191 pp.

RAGO, Margareth

Do Cabaré ao Lar - A utopia da cidade disciplinar - 1890 a 1930; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RECONSTRUÇÃO - Educação, Assessoria, Pesquisa

Comissões de Fábrica em São Paulo in Cadernos de Reconstrução de Lutas Operárias no. 6; São Paulo, Reconstrução - Educação e Assessoria, Pesquisa, 1985.

RODRIGUES, José Albertino

Sindicato e Desenvolvimento no Brasil - col. *Ensaio e Memória* no. 22, São Paulo, Símbolo, 1979, 223 pp.

RODRIGUES, Arakcy Martins

Operário, Operária - Estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo, Símbolo, 1978, 143 pp.

RODRIGUES, Edgar
Os Anarquistas - Trabalhadores Italianos no Brasil; São Paulo, Global, 1984, 176 pp.

RODRIGUES, Leôncio Martins
CUT: os militantes e a ideologia; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, 140 pp.

RODRIGUES, Leôncio Martins
Industrialização e Atitudes Operárias; São Paulo, Brasiliense, 1970.

RODRIGUES, Leôncio Martins (org.)
Sindicalismo e Sociedade; Difel, São Paulo, 1968, 360 pp.

RODRIGUES, Leôncio Martins
Trabalhadores, Sindicato e industrialização, Brasiliense, São Paulo, 1974, 159 pp.

SADER, Eder
Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1979-80); Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, 329 pp.

SALVADORI, Massimo L.
Gramsci e Il Problema Storico della Democrazia; 2a. ed., Turim, Ed. Giulio Einaudi, 1977, 403 pp.

SEADE, Fundação
Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo; 1991.

SIMÃO, Azis
Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo; São Paulo, Ed. Dominus, 1966, 245 pp.

SIMONSEN, Roberto C.
O Trabalho Moderno - São Paulo, Seção de Obras de Estado de São Paulo, 1919, 45 pp.

STIQFSP
Boletim Semanal Informativo - no. 1 ao 19 de 1981 e 1982.
O Trabalhador Químico de 1966 a 1981.
Sindiluta (boletim diário) - 1983 a 1991.

STIQFSP
 Atas de: reuniões de diretorias, posses, seminários, assembleias gerais (ordinárias e extraordinárias), congressos, plenárias, apurações eleitorais).

STIQFSP

Documentos como: estatutos, programas, projetos e avaliações de atividades, listas de presenças, fichas dos associados, guias de contribuição sindical, acordos de convenção coletiva de trabalho.

STIQFSP

Publicações da Secretaria de Comunicação e Banco de Dados: Perfil, Conjuntura, Resenha Semanal e Chamando Atenção; de 1987 a 1991.

TEIXEIRA, Palmira Petratti

A Fábrica do Sonho: Trajetória do Industrial Jorge Street - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, 193 pp.

TELLES, Jover

O movimento Sindical no Brasil; Coleção: *Questão Social no Brasil*; São Paulo, Ciências Humanas, 1981, 289 pp.

THOMPSON, E. P.

Tradición, Revuelta y Consciencia de Classe: Estudios sobre la crisis de la sociedade pro industrial; Barcelona, Editorial Critica, 1979.

TOURAINÉ, Alain, WIEVIORKA, Michel e DUBET, F.

Le Mouvement Ouvrier; Coleção: *Mouvements* no. 2, Paris, Fayard, 1984, 440 pp.

TRONTI, Mario

Operários e Capital; Porto, Afrontamento, 1971, 395 pp.

TRONTI, M., PANZIERI, R., BOLONGNA S. et. Alti

Processo de Trabalho e Estratégia de Classe; *Biblioteca de Ciências Sociais*, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1982, 179 pp.

TROYANO, Annez Andraus

Estado e Sindicalismo; Coleção: *Ensaio e Memória* no. 12; São Paulo, Símbolo, 1978, 184 pp.

ULTIMA HORA

São Paulo, 30 de out., (primeiro caderno) p. 5.

VIANA, J. de Segadas

Brasil Trabalhista - Rio de Janeiro, Edição do Departamento de Imprensa e Propaganda, 1944, 90 pp.

VIANA, J. de Segadas

O Sindicato no Brasil, - Rio de Janeiro, José Olímpio, 1953, 122 pp.

VIANNA, Luiz Werneck

Liberalismo e Sindicalismo no Brasil; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 288 pp.

VIANNA, Oliveira

Direito de Trabalho e a Democracia Social (O Problema do Trabalho no Estado) - Rio de Janeiro, José Olímpio, 1951.

WEBER, Henry

Marxismo e Consciência de Classe; Moraes Edit., Lisboa, 1977, 315 pp.

WEBER, Max

Economia y Sociedad - Esbozo de sociología comprensiva; Fondo de Cultura, Mexico, 1947 pp.

WEFFORT, Francisco C.

O Populismo na Política Brasileira; Coleção: *Estudos Brasileiros* vol. 25; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 181 pp.

WISNER, Alain

Por Dentro do Trabalho - Ergonomia: Método & Técnica - São Paulo, FTD/Oboré, 1987, 167 pp.

ZAPATERO, Virgilio

Marxismo y Ética; Coleção: *Universitaria*, Ed. Pluma, Madrid, 1980, 250 pp.

13 DE MAIO/NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Contribuição Para a Análise das Greves de Maio/78; São Paulo, 13 de Maio/NEP, 1979, 48 pp.